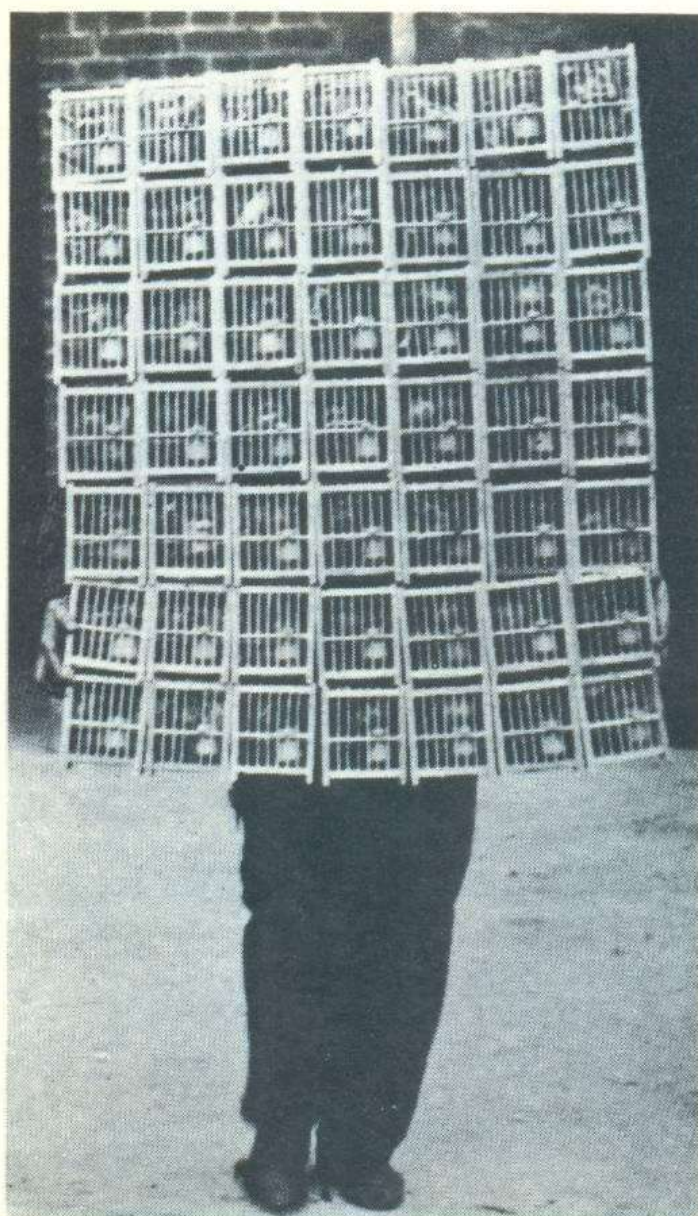


JOËL DOR

Estruturas e clínica psicanalítica



ín. Psican.

TIMBRE
TAURUS

A redação deste texto foi objeto de um curso proposto aos estudantes do mestrado de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, quero sublinhar tratar-se de uma abordagem psicanalítica organizada segundo uma perspectiva sintética que achei poder definir em torno da noção de "diagnóstico".

Sem dúvida nenhuma, a questão de diagnóstico remete-nos diretamente à dimensão de um "embaraço técnico" no campo do inconsciente, tão logo o clínico seja confrontado, na urgência que se sabe, aos meandros da prática.

Trata-se, antes de mais nada, de uma dificuldade de "balizamento", sabendo que o termo é usado numa acepção quase que exclusivamente topográfica. (...) Mesmo se essas balizas em nada prejudicarem a natureza da pertinência da prática, nem por isso deixarão de ser *balizas metapsicológicas* que nos permitem circunscrever certas entidades nosográficas estáveis, por pouco que esta perspectiva seja remetida ao contexto coerente da referência empregada a fundá-la: o inconsciente. (...)

No que diz respeito a este curso, trata-se, mais precisamente, de introduzir essa noção de diagnóstico, numa *perspectiva estrutural*. Como tal, essa perspectiva impõe que nos prolonguemos no descritivo dinâmico e econômico das principais estruturas psicopatológicas: estruturas histérica, obsessiva, perversa. As estruturas psicóticas foram deliberadamente deixadas de lado, em razão de sua complexidade, que exigiria um maior espaço de tempo para este curso.

J.D.

Joël Dor

Estruturas e clínica psicanalítica

Tradução

Jorge Bastos e André Telles

Revisão técnica

Carmen Mirian Da Poian

Livrarias Taurus-Timbre Editores, Rio de Janeiro, 1991

© Joël Dor 1991

**Direitos adquiridos
para a língua portuguesa por
Livrarias Taurus-Timbre Editores**

Livraria Taurus
Av. Ataulfo de Paiva, 1.321-b, Leblon
Rio de Janeiro, RJ, 22440
Tel.: (021) 239-5994

Livraria Timbre
R. Marquês de São Vicente, 52, lj. 221, Gávea
Rio de Janeiro, RJ, 22451
Tel.: (021) 274-1146

Sumário

Prefácio, 7

Introdução, 9

Primeira parte

Diagnóstico e estrutura

- I. A noção de diagnóstico em psicanálise, 13
- II. Sintomas, diagnóstico e traços estruturais, 17
- III. A função paterna e as estruturas psíquicas, 24

Segunda parte

A estrutura perversa

- IV. O ponto de vista freudiano sobre as perversões, 33
- V. O ponto de **ancoramento** das perversões, 39
- VI. Diagnóstico diferencial entre as perversões, a histeria e a neurose obsessiva, 44
 - 1. Na neurose obsessiva, 44
 - 2. Na histeria, 45
- VII. O perverso e a lei do pai, 48
- VIII. A mãe fálica, 57
- IX. Novo diagnóstico diferencial entre as estruturas neuróticas e as perversões, 55
 - 1. Na neurose obsessiva, 55
 - 2. Na histeria, 58

Terceira parte

A estrutura histérica

- X. Estrutura histérica e lógica fálica, 65

- XI. Os traços da estrutura histérica, 68
- XII. A mulher histérica e sua relação com o sexo, 75
- XIII. A histeria masculina, 85
- XIV. A relação com o sexo no histérico masculino, 90

Quarta parte

A estrutura obsessiva

- XV. A problemática obsessiva, 97
- XVI. Os traços da estrutura obsessiva, 100
- XVII. O obsessivo, a perda e a lei do pai, 105
- XVIII. O obsessivo e seus objetos de amor, 110

Notas, 115

Bibliografia das obras citadas, 119

Bibliografia de referência, 121

Prefácio

A redação* deste texto foi objeto de um curso proposto aos estudantes do mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Agradeço muito especialmente a Luiz Alfredo Garcia-Roza, Teresa Pinheiro e a seus colegas** pela boa vontade da homenagem ao me confiarem este curso, sabendo este apresentar-se, desde o início, em condições certamente confortáveis para mim, mas suscetível de criar dificuldades para o auditório de estudantes ali presente. De fato, a opção tomada foi de apresentar integralmente o conteúdo do curso em língua francesa. Fiquei particularmente grato a esta proposta, sobretudo não dispondo eu dos meios para me exprimir em português do Brasil, e isto me fazia supor que me dirigia a um auditório que dominava bastante bem minha própria língua.

Além do mais, devo reconhecer que me vi confrontado com uma assembléia das mais vigilantes e muito bem preparada para as dificuldades que supõe a transmissão de articulações teóricas e clínicas já bem delicadas de se formularem em francês.

A acolhida calorosa e intelectualmente exigente feita a este ensinamento conforta-me na idéia de ter conseguido a transmissão do essencial do seu conteúdo. Se fosse necessária uma prova seria a das múltiplas solicitações que me foram feitas, não só de deixar à disposição da UFRJ, mas também aos estudantes que ali encontrei, o traço substancial de minhas intervenções. Agradeço muito.

Mais especialmente agradeço a Carmen Mirian Da Poian, que pressentiu o interesse dessas solicitações permitindo, quando da minha recente estadia no Rio, a conclusão, nos melhores prazos, junto às Livrarias Taurus-Timbre, da solução editorial que convinha a esta expectativa. Daí, meu agradecimento, igualmente, aos editores.

* Mesmo em se tratando da formalização escrita de um curso, conservei certas figuras de estilo que lembram e retomam o perfil da alocução original.

** Joel Birman, Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Vera **Lucia** Silvia Lopes.

Introdução

A título introdutório, gostaria de indicar algumas razões que me levaram a organizar a trama deste curso em torno do tema “Estruturas e clínica psicanalítica”.

Em primeiro lugar, quero sublinhar tratar-se de uma abordagem psicanalítica organizada segundo uma perspectiva sintética que achei poder definir em torno da noção de “diagnóstico”.

Sem dúvida alguma, a questão do diagnóstico remete-nos diretamente à dimensão de um "embaraço técnico" no campo do inconsciente, tão logo o clínico seja confrontado, na urgência que se sabe, aos meandros da prática.

Trata-se, antes de mais nada, de uma dificuldade de "balizamento" sabendo que o termo é utilizado numa acepção quase que exclusivamente topográfica. Torna-se regra, neste nível, ser confrontado a certas confusões nas referências clínicas que podem, inclusive, às vezes, parecer inexistentes.

Certamente, não há expediente radical que contorne essa dificuldade. Sabemos todos que ela depende, em larga medida, de um tempo inevitável de experiência a se adquirir. Depende igualmente de "ferramentas" subjetivas de que se dispõe para fazer frente a esta prática. Ao menos com respeito a essas duas ocorrências, ensinamento algum poderia vir a substituir a elaboração psíquica que elas exigem. Mas nem por isso é impossível "balizar o terreno". A expressão é metafórica mas remete muito diretamente ao posicionamento de balizamentos clínicos rigorosos. Mesmo se essas balizas em nada prejudicarem a natureza da pertinência da prática, nem por isso deixarão de ser *balizas metapsicológicas* que nos permitam circunscrever certas entidades nosográficas estáveis, por pouco que esta perspectiva nosográfica seja remetida ao contexto coerente da referência empregada a fundá-la: a investigação do inconsciente.

Essas balizas metapsicológicas que evoco exigem uma distinção em dois níveis diferentes. De um lado, aquelas suscetíveis de intervirem na "elaboração do diagnóstico" — na acepção bem específica que este termo requer no campo psicanalítico. Por outro lado, trata-se de se ater a balizas suscetíveis de intervirem no quadro da condução da cura e da dinâmica que daí resulta. São, então, por assim dizer, “intransmissíveis” fora do trabalho de elaboração que pode ser feito por qualquer um em sua própria prática.

Não me inscrevo, no que diz respeito a este curso, no projeto de uma transmissão exaustiva. Trata-se, mais precisamente, de introduzi-los nessa noção de diagnóstico, numa *perspectiva estrutural*. Como tal, essa perspectiva impõe que nos prolonguemos no descritivo dinâmico e econômico das principais estruturas psicopatológicas: estrutura histérica, estrutura obsessiva, estrutura perversa. As estruturas psicóticas foram deliberadamente afastadas deste trabalho, não só em razão de sua complexidade, mas também, e talvez sobretudo, tendo em vista o tempo que me foi deixado para levar a termo este ensinamento.

Primeira parte

Diagnóstico e estrutura

I. A noção de diagnóstico em psicanálise¹

Gostaria de **trazê-los** a essa problemática do diagnóstico no campo psicopatológico com uma incursão clássica em certas concepções freudianas.

Bem cedo, desde 1895 — ou seja, desde o nascimento da psicanálise — Freud levantou esta questão. Faço alusão ao estudo de 1895 intitulado "Psicoterapia da **histeria**"².

A propósito das dificuldades "técnicas" que encontrava na aplicação do método terapêutico de Breuer, por *detecção* e *abreação*, com os histéricos, Freud viria a tirar um certo número de conclusões importantes. Por um lado, parecia-lhe difícil obter uma idéia pertinente de um caso de neurose sem tê-lo submetido a uma análise aprofundada. Mas acrescentava, por outro lado, que antes, inclusive, de estar apto a apreender o caso em detalhe, era necessário *estabelecer um diagnóstico* para determinar a orientação do **tratamento**.³ Com outras palavras, Freud tinha perfeitamente apontado, desde o início de sua obra, a ambigüidade em torno da qual se coloca o problema do diagnóstico no campo da clínica psicanalítica: estabelecer precocemente um diagnóstico para decidir quanto à condução da cura, enquanto a pertinência deste diagnóstico só receberá confirmação após um certo tempo de tratamento. ←

Esta dimensão paradoxal constitui, de fato, toda a especificidade do diagnóstico em psicanálise. Isto nos impõe esclarecer esta noção, colocando-a em perspectiva com a significação que toma no universo da clínica médica.

Um diagnóstico é um ato médico mobilizado por dois objetivos. Primeiramente, um objetivo de observação, destinado a determinar a natureza de uma afecção ou uma doença, a partir de uma semiologia. Em seguida, um objetivo de rffiwifirnçnn, que permite localizar um estado patológico no quadro de uma noso-

grafia. O diagnóstico médico é, então, sempre colocado numa dupla perspectiva: a) em referência a um diagnóstico etiológico; b) em referência a um diagnóstico diferencial. Além disso, o diagnóstico médico se propõe não só a estabelecer o prognóstico vital ou funcional da doença, mas ainda a escolher o tratamento mais apropriado. Para isto, o médico dispõe de um sistema de investigação multivariado. Ele põe em curso, primeiramente, uma investigação anamnética destinada a recolher os fatos comemorativos da doença pelo viés de uma entrevista. Apóia-se, em seguida, em uma investigação armada, destinada a reunir informações, procedendo ao exame direto do doente, com a ajuda dos mediadores técnicos, instrumentais, biológicos, etc.

Uma determinação assim, do diagnóstico, no campo da clínica psicanalítica, torna-se, de antemão, impossível, pela razão da própria estrutura do sujeito. A única técnica de investigação de que o analista dispõe é a sua *escuta*. Tanto quanto caduca a noção de investigação armada, permanece essencialmente verbal o material clínico fornecido pelo paciente. Será, então, de imediato na dimensão do *dizer* e do *dito* que se delimitará o campo de investigação clínica.

Ora, como sabemos, esse espaço de palavra está saturado de "mentira" e tem o imaginário como parasita. De fato, é o lugar onde vem se exprimir o desdobramento fantasmático; é também aquele em que o sujeito dá testemunho de sua própria cegueira, já que não sabe realmente o que diz através do que enuncia, do ponto de vista da verdade do seu desejo, do ponto de vista, então, daquilo que subtende o sintoma em seu trans vestimento. Por esta razão, o estabelecimento do diagnóstico se subtrai aos dados empíricos objetivamente controláveis. Sua avaliação é essencialmente subjetiva, na medida em que só se sustenta a partir do discurso do paciente, e toma apoio na subjetividade do analista que ouve.

Existindo aí uma diferença radical para com o diagnóstico médico, não existem, entretanto, pontos de balizamento estáveis nesse campo intersubjetivo?

Não estamos num campo de interações puramente empáticas ou de influências sugestivas. A psicanálise se definiu, precisamente em sua especificidade, tão logo Freud conseguiu arrancar suas intervenções próprias do domínio da sugestão. Cabe, pois,

pensar que uma certa topografia das afecções psicopatológicas pode, no entanto, se definir. Essa topografia advém principalmente de um certo modo de balizamento que deve levar em conta as propriedades mais fundamentais do seu objeto: a *causalidade psíquica* e, mais particularmente, o caráter imprevisível dos efeitos do inconsciente.

Desde o início, a relação lógica que existe entre um diagnóstico e a escolha do tratamento é uma relação singular. Não remete a uma relação de implicação lógica como é o caso na clínica médica. O analista deve estar apto a se apoiar em certos elementos estáveis, tanto na elaboração do diagnóstico quanto na escolha da condução da cura, que daí depende. Como veremos, esse balizamento necessita, entretanto, de uma grande vigilância. Donde o perigo da *psicanálise selvagem* denunciada por Freud numa crítica bem **pertinente**.⁴

Neste curto estudo, Freud nos dá uma ilustração brilhante da prudência que se deve ter quanto ao diagnóstico, e dos perigos que resultam de uma intervenção que se apoiasse na causalidade lógica operando no campo médico. Mostra-nos, **notavelmente**,⁵ o quanto a "interpretação selvagem" apóia-se sempre numa racionalização causalista precipitada e fundada num encaminhamento hipotético-dedutivo que não considera a distância que separa o dizer do dito.

O ato psicanalítico não pode se apoiar prontamente na identificação **diagnóstica** como tal. Uma interpretação psicanalítica não pode se constituir, em sua aplicação, como pura e simples consequência lógica de um diagnóstico. Se tal fosse o caso, poderíamos dispor de tratados de terapêutica analítica, da mesma maneira como as diferentes disciplinas médicas se utilizam todas de tais obras em seus respectivos campos.

A sagacidade precoce de Freud permite-nos, assim, alguns aprendizados preliminares neste problema do diagnóstico.

O primeiro desses aprendizados consiste em evidenciar a *dimensão potencial do diagnóstico*. Na clínica analítica, o ato diagnóstico é necessariamente, de partida, um ato deliberadamente posto em suspenso e relegado a um devir. É quase impossível determinar, com segurança, uma avaliação diagnóstica sem o apoio de um certo tempo de análise. Mas é preciso, no entanto, circunscrever, o mais rápido possível, uma posição diagnóstica para decidir quanto à orientação da cura.

O segundo aprendizado vem do próprio fato dessa potencialidade. Por tratar-se de uma avaliação diagnóstica relegada ao devir de uma confirmação, essa potencialidade suspende, ao menos por um tempo, a entrada em ação de uma intervenção com valor diretamente terapêutico.

O terceiro aprendizado, que resulta dos dois precedentes, insiste no *tempo necessário à observação*, anterior a qualquer decisão ou proposta de tratamento. É o tempo dedicado ao que habitualmente chamamos "entrevista preliminar" ou ainda, para retomar a expressão freudiana: "tratamento de experiência".⁶

Por pouco que seja um tempo de observação, esse tempo preliminar permanece inscrito, desde o seu começo, no dispositivo analítico:

"Essa experiência preliminar já constitui, no entanto, o início de uma análise e deve-se conformar às regras que a regem; a única diferença pode ser a de o psicanalista deixar falar sobretudo o paciente, sem comentar sua fala além do absolutamente necessário para o prosseguimento do seu relato."

Desde o início, Freud sublinha a importância do dispositivo do discurso livre, logo nas entrevistas preliminares. De fato, aí está o ponto fundamental que subtece o problema da avaliação diagnóstica, que se deve circunscrever na ordem do "dizer" do paciente, e não ao nível dos conteúdos na ordem do seu "dito". Daí resulta uma mobilização imperativa da *escuta*. Este único instrumento de discriminação diagnóstica deve ter prioridade sobre o *saber nosográfico e as racionalizações causalistas*.

A este respeito, Maud Mannoni consagrou um excelente livro, no qual insiste nesta mobilização imediata da escuta:

"E por que a primeira entrevista com o psicanalista é mais reveladora nas distorções do discurso que no seu próprio conteúdo."⁸

De um modo geral, os desenvolvimentos que ela dedica às primeiras entrevistas, ilustram, de maneira muito pertinente, essa problemática ambígua, mas inevitável, do diagnóstico no campo da psicanálise, tal como Freud muito cedo nos advertia.

II. Sintomas, diagnóstico e traços estruturais

Em toda prática clínica, é usual procurar estabelecer correlações entre a especificidade dos sintomas e a identificação de um diagnóstico. Felizmente, os sucessos terapêuticos dependem, em forte escala, da existência dessas correlações. Se este dispositivo causalista mostra-se, todavia, eficaz, é porque o corpo responde a um processo de funcionamento também regulado segundo um idêntico princípio. Existe um certo tipo de determinismo orgânico. Quanto mais o conhecimento deste determinismo for aprofundado, mais o número de correlações entre as causas e os efeitos se multiplica. Por outro lado, mais a especificação dos diagnósticos igualmente se afina.

Mesmo sendo este princípio uniformemente observável nos diversos campos da clínica médica, não o é, absolutamente, no espaço da clínica psicanalítica. Esta diferença se dá por conta do determinismo particular que opera no nível dos processos psíquicos, ou seja, a causalidade psíquica, que procede por outras vias.

O sucesso da terapêutica médica depende, em larga escala, da regularidade, da fixidez das ocorrências causais que intervêm ao nível do corpo. No que **concerne** à causalidade psíquica, por menos que haja igualmente determinismo, este não obedece às aquelas linhas de regularidades. Em outras palavras, não existem agenciamentos estáveis entre a natureza das causas e a dos efeitos. Não sendo, pois, possível estabelecer previsões como de uso nas disciplinas biológicas e, **mais** especificamente, médicas.

No campo científico, uma previsão só é observável porque se **apóia** em uma lei. Ora, uma lei nada mais é que uma explicação objetiva e generalizável que dá conta de uma articulação estável entre causas e efeitos. A causalidade psíquica não é objeto de leis, pelo menos no sentido empírico e restrito que o termo toma nas ciências exatas. Outra maneira de dizer que *a psicanálise não é*

é no dizer que algo se estrutura

uma ciência, em razão da própria ausência de legalidade entre as causas e os efeitos que invalidam, por exemplo, qualquer previsão estável.

Será necessário, então, partir deste estado de fatos que nos obriga a constatar não haver *inferências estáveis entre as causas psíquicas e os efeitos sintomáticos na determinação de um diagnóstico*. Esta constatação é essencial na medida em que se inscreve de encontro ao funcionamento habitual dos nossos processos mentais. Pensamos espontaneamente numa ordem cartesiana de racionalidades que nos leva, de ordinário, a estruturar nossas explicações segundo linhas de pensamento sistematicamente causalistas no sentido do discurso da ciência. Rejeitar esta ordem de pensamento por implicações lógicas constitui, então, sempre um esforço particular a se produzir na entrada do trabalho psicanalítico.

Isto não quer dizer que uma articulação assim não tenha que se submeter a certas exigências de rigor. Nem tudo é possível ao sabor das fantasias de cada um. Nem tudo é possível, sob pretexto de ser preciso desligar-se da racionalidade lógica formal. Um guia subsiste como fio condutor a se seguir: *o dizer daquele que se escuta*. É no dizer que algo da estrutura do sujeito é localizável. Ora, é com a estrutura que se deve contar para se estabelecer um diagnóstico.

As correlações que existem entre um sintoma e a identificação **diagnóstica** supõem a entrada em cena de uma cadeia de procedimentos intrapsíquicos e intersubjetivos, que dependem da dinâmica do inconsciente. Esta dinâmica jamais se desenvolve no sentido de uma implicação lógica e imediata entre a natureza de um sintoma e a identificação da estrutura do sujeito que manifesta este sintoma. O conhecimento atual que temos desses procedimentos inconscientes invalida, de antemão, uma possibilidade assim, de relação **causal** imediata. Basta a observação de qualquer aspecto do processo inconsciente para se dar conta de nada haver a se esperar de um tal determinismo. Algumas ilustrações elementares permitem que se justifique este ponto.

Reportemo-nos aos argumentos desenvolvidos por Freud a propósito do *procedimento primário*. Com ele, somos levados ao âmago da lógica desconcertante dos processos inconscientes. Para citar apenas um aspecto, interessemos-nos um momento por esse "destino das pulsões" que Freud designa: *retorno sobre a própria pessoa*:

“O retorno sobre a própria pessoa se deixa melhor apreender tão logo se considere o masoquismo como, precisamente, um sadismo retornado sobre o próprio eu e que o exibicionismo inclua o fato de olhar o próprio corpo. A observação analítica não deixa qualquer dúvida quanto a este ponto: o masoquismo goza, também, com o furor dirigido à sua própria pessoa, o exibicionismo partilha o gozo daquele que o olha se despir.”²

Fica perfeitamente claro que o alcance de um processo deste tipo invalida a idéia de uma relação causal direta entre um diagnóstico e um sintoma. A atividade sádica sintomática supõe esta lógica contraditória do retorno sobre a própria pessoa. Ora, este processo de retorno não permite a aplicação de uma explicação causal imediata.

Prolonguemos mais adiante as conseqüências desta observação. Suponhamos que esta lógica contraditória seja uma lógica estável no nível dos processos inconscientes. Imaginemos assim equivalências fixas:

masoquismo	→	sadismo
exibicionismo	→	voyeurismo

Mesmo que existisse a estabilidade dessas equivalências, ela não permitiria, a partir de manifestações sintomáticas, deduzir um diagnóstico **seguro**. De fato, todos os dados cotidianos da experiência clínica desmentem uma certeza assim.

Suponhamos que o sintoma voyeurista implique logicamente o exibicionismo; suponhamos admitido, assim, o “retorno sobre a própria pessoa” como lei fixa. A partir daí, pode-se, por isto, deduzir um diagnóstico de perversão a partir da observação de um sintoma como o exibicionismo?

Não é assim que se passa. O ensinamento que tiramos da clínica mostra-nos que o componente “exibicionismo” pode, igualmente, estar muito presente na histeria. Como prova, basta essa disposição espetacular do “dado a ver” nos histéricos.

Examinemos um outro exemplo: a atividade sintomática da *ordem* e da *arrumação*. Em alguns sujeitos, esta atividade, que toma proporções bem inquietantes, torna-se uma verdadeira enfermidade do agir. Ora, tradicionalmente, as investigações freudianas familiarizaram-nos com a idéia de que esta particularidade sintomática do comportamento devia ser colocada por conta do *componente erótico anal*, que é uma disposição constitutiva da **neurose obsessiva**. Freud explica-o em três textos **fundamentais**.³

A partir dessas explicações, pode-se concluir, diante de um determinado sintoma, **um diagnóstico** de neurose obsessiva? Quanto a isto, ainda devemos nos mostrar bem prudentes. A experiência clínica mostra-nos regularmente a existência bem ativa deste sintoma em certos casos de histeria. De fato, em algumas mulheres histéricas, este sintoma desabrocha com facilidade, em particular na **intendência** doméstica. Sabemos bem tratar-se de um sintoma "de empréstimo conjugal". Em sua disposição para adiantar-se ao desejo do outro, uma mulher pode, com efeito, muito facilmente tomar por empréstimo este sintoma do companheiro masculino obsessivo, em função de um processo de identificação histérica.

Uma vez mais, este exemplo mostra não existir solução de continuidade direta entre uma cartografia de sintomas e uma classificação diagnóstica. Essa descontinuidade entre a observação do sintoma e a avaliação **diagnóstica** impõe que se recentre o problema diferentemente, sobretudo à luz da especificidade dos processos inconscientes, que não podem ser objeto de uma observação direta sem que se exija a participação ativa do paciente, quer dizer, uma *participação de palavras*.

Encontramos, assim, uma das prescrições freudianas mais fundamentais, que aparece na entrada do edifício analítico: "o sonho é a via real que leva ao inconsciente". Mas esta prescrição só tira sua eficácia na medida em que um sujeito é encaminhado a sustentar um "discurso" com referência a seu sonho. *E o discurso que é a via real*. Sem ele, não haveria **decodificação** possível para a passagem-ao-ato do inconsciente.

Quanto a isto, relembremos algumas direções de pensamentos formuladas por Lacan na perspectiva do seu famoso "retorno a Freud":

"E como, mesmo um psicanalista de hoje, não se sentiria ele vindo a tocar a fala, quando sua experiência recebe dela seu instrumento, seu marco, seu material e até mesmo o zum-zum de suas incertezas?

(...) É toda a estrutura da linguagem que a experiência psicanalítica descobre no inconsciente."⁴

Aliás, desde 1956, num texto: "Situação da psicanálise e formação do **psicanalista**"⁵, Lacan não deixava de insistir na incidência da palavra na experiência do inconsciente:

- "Para saber o que se passa em análise, deve-se saber de onde vem a palavra. Para saber o que é a resistência, é preciso saber o que faz tela ao advento da fala (...) por que eludir as questões que o inconsciente provoca? Se a associação dita livre nos dá acesso a elas, será por uma liberação que se compara à dos automatismos neurológicos?

Se as pulsões que aí se descobrem são do nível diencefálico, e mesmo do rinencéfalo, como conceber que elas se estruturam em termos de linguagem?

Pois se desde a origem é na linguagem que se fizeram conhecer seus efeitos, suas astúcias, que aprendemos desde então a reconhecer, não denotam menos, em sua trivialidade assim como em suas finezas, um procedimento *linguageiro*".⁶

21/3
003
■

Para voltar mais diretamente à problemática do sintoma, evocemos esta fórmula de Lacan, tirada do "Relatório de Roma" (1953):

"(...) o sintoma se resolve inteiro numa análise da linguagem, porque é ele próprio estruturado como uma linguagem, ele é linguagem, da qual a palavra deve ser liberta".⁷

Na medida mesmo em que a formação do sintoma é tributária da palavra e da linguagem, o *diagnóstico* não pode deixar de se ver aí concernido. As *referências diagnósticas estruturais* advêm, então, num só registro. Não constituem, todavia, elementos confiáveis nesta avaliação *diagnóstica*, senão à condição de se os poder desligar da identificação dos sintomas. A identidade de um sintoma nunca é senão um artefato a ser colocado por conta dos efeitos do inconsciente. A investigação *diagnóstica* precisa, então, se prolongar aquém do sintoma, isto é, num espaço intersubjetivo, aquele que Freud definia como comunicação de inconsciente a inconsciente, com sua célebre metáfora telefônica.⁸

☛

Este espaço intersubjetivo é, em outras palavras, aquele ordenado pela articulação da palavra. É, então, no desdobramento do dizer que se manifestam essas *referências diagnósticas estruturais*, tais quais incisões significativas do desejo que se exprimem naquele que fala. Essas referências nada mais são que indícios que balizam o funcionamento da estrutura subjetiva. Como tais, só podem fornecer informações quanto ao funcionamento da estrutura porque representam "painéis de significação" impostos pela dinâmica do desejo. De fato, a especificidade da estrutura de um sujeito se caracteriza, antes de mais nada, por um perfil

(predeterminado da economia do seu desejo, que é governada por uma trajetória estereotipada. São semelhantes trajetórias, estabilizadas, que chamarei, por assim dizer, traços estruturais). As referências diagnósticas estruturais aparecem, então, como indícios codificados pelos traços da estrutura que são, eles próprios, testemunhas da economia do desejo. Donde a necessidade, para precisar o caráter operatório do diagnóstico, de se estabelecer claramente a distinção que existe entre os "sintomas" e os "traços estruturais".

Se se quer claramente poder utilizar um "diagnóstico" na clínica psicanalítica, convém acentuar a diferença essencial que existe entre sintomas e traços estruturais.

É fácil pôr em evidência essa diferença a partir de um caso clínico qualquer. Eu, longa e minuciosamente, encaminhei uma ilustração assim a partir de uma experiência da clínica da histeria, tirada de minha prática pessoal, em meu livro *Estrutura e perversão*, a que vocês podem se remeter.

Lembrem-se o quanto Freud insistia em nos dizer que o sintoma é sempre sobredeterminado, na medida em que está sempre diretamente ligado à ação do processo primário — sobretudo a *condensação*. No caso clínico a que lhes remeto,⁹ fácil é ver o quanto a condensação mostrou-se operante ao nível dos elementos significantes que estruturaram o sintoma (sintoma de automutilação). Conseqüentemente, o sintoma se apresenta deveras como um material significativo que diz muito mais sobre isso do que parece de imediato. É boa ocasião para se verificar a tese de Lacan que descreve o sintoma como *metáfora*, quer dizer, uma substituição **significante**.¹⁰

Nessas condições, podemos compreender em que a natureza do sintoma tem sempre apenas um valor significativo tão aleatório quanto imprevisível. Enquanto formação do inconsciente, o sintoma se constitui, com efeito, por sucessivas estratificações significantes. Ora, nessa estratificação, a "seleção" dos significantes não obedece a qualquer **princípio** de escolha estável. E a ação **simultânea** dos processos metafóricos e metonímicos¹¹ que opera esta seleção. Os componentes significantes constitutivos no sintoma mantêm-se, então, diretamente tributários das "fantasias" do inconsciente. Ao lado, todavia, da indeterminação relativa da escolha dos significantes que intervêm nesta formação do inconsciente, existe uma determinação **incontornável**: trata-se de uma

determinação cujá intencência do material ~~do~~ material ~~significante~~ se efetua apesar do sujeito. Esta **intencência** é característica do funcionamento da estrutura, ou seja, de um certo modo de gestão do desejo. A avaliação **diagnóstica** deve, pois, permanecer ligada à referência desta intencência, única a pôr em jogo traços notáveis e estáveis.

O problema do diagnóstico parece, então, tributário de uma nova questão. Qual é a constância, se é que existe, desses traços estruturais que só podem supor uma certa estabilidade na organização da estrutura psíquica?

diferença entre sintoma e traço estrutural
abordada num caso clínico no livro Estrutura
versos, do mesmo autor.

III. A função paterna e as estruturas psíquicas

(É em função dos amores edipianos que se constitui, para todos, a
| entrada em cena de uma estrutura psíquica, ou, como assinalava
| Freud, a “escolha” da sua própria neurose. Esses amores edipia-
/ nos nada mais são que o desenvolvimento, com estardalhaço, da
/ relação que o sujeito trava com a função fálica, ou seja, com a
| função paterna. Se esta relação (é vetor de ordem) — no sentido de
organização —, é, igualmente, portador de desordem, pois a
estrutura psíquica apresenta a particularidade essencial de *ser*
determinada uma vez por todas. Como um fator de ordem pode
ser diretamente articulado a um fator de desordem? Como com-
preender que a estrutura psíquica constitui, ao mesmo tempo, uma
etapa decisiva na economia psíquica propriamente dita, enquanto

to conservação das estruturas biológicas. Não me deterei aqui na
evocação desta referência, amplamente desenvolvida em meu
livro *Estrutura e perversão*¹ Semelhante analogia não tinha outro
objetivo senão tentar circunscrever — *via* metáfora — os princí-
pios mais constitutivos que intervêm na organização das estru-
turas psíquicas. Uma coisa é introduzir seus elementos mais gerais
através de uma analogia metafórica, uma outra coisa é captar em
torno de que esta economia do desejo pode induzir, sob a influên-
cia da função fálica, tipos de estruturas diferentes. Pois é justa-
mente quanto à discriminação desses tipos que devemos refletir,
se quisermos tirar alguns ensinamentos precisos do ponto de vista
do diagnóstico, na clínica. Neste sentido, a memória dos amores
edipianos ganha toda importância, visto ser nessas vicissitudes

que o sujeito negocia sua relação com o falo, isto é, sua adesão à conjunção do desejo e da falta.

Claro, isto implicaria retomar em detalhe toda a dinâmica edipiana, que se joga, como sabem, na *dialética do ser e do ter*, ou seja, esse momento que leva o sujeito, de uma posição em que está *identificado com o falo da mãe*, a uma outra posição onde, renunciando a esta identificação, aceitando, então, a *castração simbólica*, ele tende a se identificar, seja com o sujeito *suposto não tê-lo*, seja, pelo contrário, com aquele *suposto tê-lo*. Como podem imaginar, esta operação se dá no decorrer deste processo de simbolização, designado por Lacan: (metáforado Nome-do-Pai). Não retomarei aqui a descrição desta dialética edipiana, proponho que tomem o desenvolvimento que consagrei a isto, a partir de Lacan, em meu livro *Introdução à leitura de Lacan*?

De imediato, preferiria antes acentuar certos momentos particulares dessa dinâmica edipiana, a saber, esses momentos determinantes para o sujeito, em que as apostas do desejo mobilizadas pela relação com o falo mostram-se particularmente favoráveis à cristalização de organizações estruturais. Outra forma de se dizer que essas diversas estruturas são determinadas por um ou outro desses diferentes momentos cruciais. Assim acontece para com a organização das estruturas perversas, obsessivas, históricas e psicóticas, das quais se pode referenciar a posição, a partir de fatores favoráveis que intervêm nas interferências dos desejos recíprocos da mãe, do pai e da criança, em relação ao objeto fálico.

Como já insisti várias vezes, essa estruturação psíquica constitui uma organização definitiva. Avançando no terreno desta questão espinhosa, quero salientar o seguinte: uma coisa é a estrutura ser irreversivelmente determinada, outra, é ser a economia do seu funcionamento sujeita a "variações de regime". Não devemos nos esquecer, simplesmente, de que somos sempre, como sujeitos, efeitos do significante. É na intendência desses efeitos significantes que a estrutura trabalha e nós em nada a dominamos. No máximo, podemos imaginariamente subscrever a idéia de termos nossa pequena palavra a dizer neste domínio. Daí o porquê todos estarmos condenados a aderir à estrutura do fantasma. Mas, dizendo esta palavra, nada mudaremos, visto que trazemos imediatamente o desmentido no momento mesmo em que a articulamos. Lembro-lhes o alcance deste famoso adágio

freudiano, contemporâneo da descoberta da psicanálise: “O eu não é senhor em sua própria casa”. Devemos tomar cuidado com as conseqüências irreversíveis implicitamente enunciadas nesta fórmula. Ninguém é obrigado a subscrevê-la, mas, seguramente, a partir desta descoberta freudiana realiza-se a evidência de uma verdade que adere precisamente à estrutura do desejo daquele que o enuncia. Mesmo se, como gostava de repetir Lacan, esta verdade pode apenas se “semi-dizer”, ela não deixa de estar ali, na medida em que apela às ordens da estrutura e do desejo, que se esforçam por aí encontrar sua própria expressão. Para insistir ainda na dimensão irreduzível da estrutura de língua — a saber, o simbólico — lembremos que esta ordem é tanto mais determinante quanto mais a eleição dessa estrutura, por um sujeito, for justamente aquilo por onde ele advém ao simbólico.

O advento ao simbólico, lembro, é o advento do sujeito propriamente dito, que é ganho no terreno de uma conquista que é precisamente aquilo através do que se elabora a estrutura psíquica.

Essa organização estrutural, que se constitui nos arcanos da dialética edipiana, permanece marcada pelos dois tempos fortes representados pela *dimensão do ser e a dimensão do ter para com o falo*. Nesta dinâmica da passagem do ser ao ter se testam, com efeito, algumas cartadas decisivas do ponto de vista da inscrição da criança na função fálica.

No que regula o curso do Édipo, a função fálica supõe quatro protagonistas: a mãe, o pai, a criança e o falo. Constituindo este último termo o elemento central em torno do qual vêm gravitar os desejos respectivos dos três outros. Neste sentido, enunciava Lacan a quem quisesse ouvi-lo, para fazer psicanálise, era preciso saber, ao menos, contar até três. Nesta alfabetização numérica mínima, entretanto, saber contar até três implica saber contar até três, a partir de *um*, portanto, até quatro. De fato, sendo, este elemento *um*, o falo, trata-se da referência única que permite ao sujeito regular seu desejo com referência ao desejo de um outro.

O falo — enquanto ele é este elemento “um” — é, portanto, ao mesmo tempo, o elemento que se inscreve fora da continuidade dos desejos, já que é em relação a ele que uma continuidade de desejo pode se constituir; mas também é ele o elemento que ordena a possibilidade de uma tal continuidade, visto que, fora de sua presença, o desejo não se desenreda do seu ancoramento inaugural. E, aliás, deste ponto de ancoramento que se deve partir,

função paterna →

se quisermos localizar rigorosamente esses momentos decisivos que evoquei precedentemente. Trata-se, com efeito, antes de mais nada, de circunscrever esses momentos onde a economia do desejo da criança telescopeia a função fálica e aí se negocia, na medida de uma inscrição.

Essa função fálica se caracteriza, prioritariamente, pela incidência que o significante fálico, no decorrer da evolução edipiana, vai ter, para a criança. Do ponto de vista da estrutura, o primeiro momento decisivo é aquele em que se inicia, para ela, o questionamento da identificação fálica. Trata-se aí de uma vivência **identificatória** primordial onde a criança é radicalmente identificada com o objeto único do desejo da mãe, o objeto do desejo do Outro, o seu falo.

Um tal questionamento é fundamental para a criança, pelo menos em nome dessa razão essencial de que irá, afinal, encontrar, a "figura paterna". Não se trata, é claro, da figura paterna enquanto "presença paterna", mas enquanto instância mediadora do desejo. De fato, a intrusão desta figura do pai introduzirá, na economia do desejo da criança, um certo modo de vetorização que é, propriamente dito, o que se designa como *função paterna*, que nada mais é senão a *função fálica*, com toda ressonância *simbólica* que supõe.

A função fálica só é operatória na medida em que vetoriza o desejo da criança em relação a *uma instância simbólica mediadora*: o *pai simbólico*. Outra forma de dizer que devemos nos guiar em relação a esta distinção fundamental introduzida por Lacan, entre pai real, pai imaginário e pai simbólico. Quanto a isto, envio-os uma vez mais, a um de meus trabalhos: *O pai e sua função em psicanálise*, onde esforcei-me em demonstrar o quanto tal distinção mostra-se crucial do ponto de vista de sua incidência na organização da estrutura do sujeito.

Essa distinção introduzida por Lacan, entre pai real, imaginário e simbólico, não é pura e simples duplicação da trilogia *Simbólico, Imaginário, Real* (S.I.R.).

O *pareal* é o pai na realidade do seu ser, isto é, o pai *hic et nunc*, seja ou não o genitor. Ora, no "aqui e agora" de sua história, esse pai real nunca é o que intervém no curso do complexo de Édipo. O que intercede, é o *pai imaginário*. Encontramos aí, em toda sua significação, o termo *imago*, no sentido que Freud lhe atribui. O pai nunca é captado ou apreendido senão sob forma

dessa *imago paterna*, isto é, uma figura do pai tal como a criança tem interesse de perceber na economia do seu desejo, mas também, tal como consegue uma representação a partir do discurso que a mãe lhe sustenta.

Na medida em que essa distância é circunscrita, entre a dimensão do *pai real* e a figura do *pai imaginário*, a consistência do *pai simbólico* ressalta ainda mais, no sentido em que sua intervenção estrutural na dialética edipiana se especifica no fato único de ser puramente significante, a que se resume fundamentalmente a função paterna, ~~como tal~~. Mas por que esta função paterna é estruturante, isto supõe sua intervenção no registro da castração.⁴

Em outros termos, quando se aborda a questão do pai no complexo de Édipo, deve-se ser vigilante quanto ao sentido que convém dar a esta "entidade paterna". Deve-se saber balizar a economia do desejo da criança, de acordo com o seu engajamento com o pai imaginário ou simbólico. Essa discriminação supõe, no mínimo, que estejamos sempre aptos a situar os riscos edipianos fora da realidade, neste sentido mesmo de que o Édipo é e permanece sempre uma mobilização imaginária, na criança. Antes de mais nada, é a trajetória imaginária que ela "se oferece" para resolver subjetivamente o enigma colocado pela diferença dos sexos. A dinâmica edipiana representa, efetivamente, esse percurso imaginário que a criança é levada a construir para encontrar uma resposta satisfatória a essa questão.

Resulta daí uma consequência clinicamente importante: o pai real parece perfeitamente secundário nos riscos desejantes edipianos. O que permite, aliás, esclarecer todas as ambigüidades chamadas por expressões como *presença paterna* ou mesmo *carência paternas*. Quando esses atributos são postos em relação com a dimensão do pai real, não têm quaisquer alcances significativos e operatórios frente à função fundamentalmente estruturante do *pai simbólico*. De fato, que o pai real esteja ou não presente, seja ou não carente, isto permanece completamente secundário no que, edipianamente, está em jogo. Em contrapartida, se a presença ou ausência paternas concernem mais diretamente ao pai imaginário ou ao pai simbólico, esses atributos tornam-se, então, essencialmente determinantes.

Em outras palavras, uma evolução psíquica perfeitamente estruturante para a criança pode muito bem ter lugar fora da presença de qualquer pai real.⁵ Por outro lado, isto supõe, numa figura

assim, que as dimensões do pai imaginário e do pai simbólico estejam constitutivamente presentes. Isto não é um paradoxo. Pelo contrário, trata-se aí de uma exigência de palavras, de discurso, ou seja, de uma exigência significante: o pai sempre deve ser significado à criança, mesmo não sendo esta confrontada à presença real do pai. -

O que, para a criança, é estruturante, é que ela possa fantasmear um pai, isto é, elaborar a figura de um pai imaginário, a partir da qual ela investirá, ulteriormente, a dimensão de um pai simbólico.

No caso extremo em que o pai real é ausente ou "designado inexistente" na realidade, nem assim deixa a função estruturante de ser ainda potencialmente operatória, na medida mesmo em que esta referência a um "outro" (*heteros*) é significada no discurso materno como uma instância terceira mediadora do desejo do Outro.

A distinção entre o *pai real*, o *pai imaginário* e o *pai simbólico* constitui um balizamento sem o qual não só a dimensão do complexo de Édipo permanece amplamente ininteligível, mas, também refratária ao sentido e ao alcance do ato psicanalítico I

É, então, essencialmente, em torno da dimensão do pai imaginário que a criança encontra o pai no Édipo, como elemento perturbador, suscetível de repor em questão a certeza de sua *identificação fálica*. Um questionamento assim nunca é, de fato, instituído. Não poderá intervir senão porque já estava ali, implicitamente presente, no discurso da mãe. A falta de imediatamente agir, a criança, entretanto, pressente que a mãe se significa a ela como objeto potencial do desejo do pai. No mais, é este pressentimento que leva a criança a uma sobreinterpretação concernindo ao seu próprio *status* junto à mãe. Quando começa a adivinhar que a mãe não deseja apenas a ela, a criança transforma imaginariamente essa constatação em um jogo de rivalidade. Esforça-se em ocultar que a mãe possa desejar o pai e, ao mesmo tempo, investe o pai como objeto de desejo rival junto à mãe. Em outras palavras, *o pai torna-se um objeto fálico rival junto a ela*. O questionamento da identificação fálica da criança não pode ser compreendido fora deste espaço da *rivalidade fálica propriamente dita*: "to be or not to be o falo" (Lacan).

Fácil é captar a importância dos significantes neste momento decisivo, já que é através do discurso que a criança percebe haver balizas que lhe permitem vetorizar seu desejo numa direção em

que poderá promover o seu desdobramento rumo a um outro horizonte. Mas, da mesma forma, esta direção pode se fechar, à falta de significantes conseqüentes, para remeter, mais adiante, a interrogação desejante da criança para a questão da diferença dos sexos.

A função dos significantes intervém, aqui, como **uma** operação dinamizadora — poder-se-ia dizer quase uma função catalizadora. Na medida em que o discurso materno deixa em suspenso o questionamento da criança quanto ao objeto de desejo da mãe, esta questão se reaviva empurrando sua interrogação para mais adiante. Esta "suspensão **significante**" diante do enigma da diferença dos sexos é capital, no sentido em que impõe, à criança, interrogar o desejo materno para além do lugar onde sua identificação fálica tem um ponto de repouso. O discurso da mãe assegura-lhe, então, um apoio favorável para novas investigações que a levarão a um horizonte ainda mais enigmático, anunciando a *ordem da castração*. Outra forma de dizer que os significantes maternos revelam-se determinantes em mobilizar a criança para outro espaço que não aquele do desejo imediato que ela negocia com a mãe.

Por pouco que este impulso da criança encontre o menor suporte para se suspender, toda sua dinâmica desejante tende para um estado em que a entropia se superpõe ao esforço psíquico que ela deve produzir para combatê-la. Desta suspensão induzida em torno do requestionamento da identificação fálica, pode resultar um enquistamento de toda a economia do desejo, que contribuirá para a instalação de uma fixação psíquica irreversível. E em torno de uma aposta assim que se organiza, efetivamente, **uma estruturação perversa**, cuja origem encontramos precisamente nos *traços* sob os quais poderemos nos basear para estabelecer um diagnóstico no campo da clínica psicanalítica.

Segunda parte

A estrutura perversa

IV. O ponto de vista freudiano sobre as perversões

Vocês certamente têm na lembrança que o problema do processo perverso foi examinado por Freud sob diversos aspectos e em diferentes momentos do desenvolvimento de sua obra.

A partir dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*,¹ Freud institui uma distinção entre as *inversões* e as *perversões* propriamente ditas. Esta diferença tem seu fundamento na plasticidade do mecanismo pulsional e em sua aptidão a se prestar a "desvios" em relação ao fim e ao *objeto* das pulsões. As *inversões* corresponderiam a desvios concernindo ao objeto da pulsão, enquanto que as perversões remeteriam a um desvio quanto ao fim.

Além desta discriminação, que Freud toma emprestada — excetuando-se a pulsão — da psicopatologia clássica de sua época,² ele insiste, todavia, em inscrever o processo sexual perverso no desenvolvimento normal da sexualidade, ao menos no que tange à sexualidade infantil e sua *perversidade polimorfa*,³ da qual ele nos explica as ressurgências na economia libidinal do sujeito adulto.

A argumentação freudiana nos leva a um primeiro ponto de demarcação decisivo entre neuroses e perversões. Remeto-os então à célebre — se bem que problemática — fórmula:

"A neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão".⁴

Esta proposição parece insistir sobre um ponto essencial da economia pulsional. Os sintomas neuróticos resultam sempre de um certo recalçamento dos componentes pulsionais da sexualidade. De tal maneira, que Freud é levado a supor que o caráter sintomático da neurose representa:

"[...] uma conversão de pulsões sexuais que deveriam ser chamadas perversas (no sentido amplo da palavra) se pudessem, sem se afastarem da consciência, encontrar uma expressão em atos imaginários ou reais".⁵

Esta demarcação freudiana entre processos neurótico e perverso é importante, ao menos, como veremos adiante, porque já pressupõe uma diferença do ponto de ancoramento destas estruturas no contexto da dialética edipiana.

Em 1915, a elaboração teórico-clínica do processo perverso encontra uma base suplementar em um estudo que Freud intitula: "Pulsões e suas vicissitudes".⁶ Designadamente, Freud define dois "destinos pulsionais" característicos do processo perverso: a "inversão em seu contrário" e o "retorno sobre a própria pessoa". As propriedades pulsionais que estes dois mecanismos supõem permitem introduzir uma unidade mais fundamental a respeito das perversões. De fato, a noção de *modificação quanto à meta e quanto ao objeto da pulsão* autoriza uma generalização metapsicológica decisiva. Com efeito, a distinção introduzida em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* entre "inversões" e "perversões", torna-se, senão inútil, pelo menos inconseqüente. O conjunto dos processos pulsionais que as caracterizam constitui, precisamente, uma das dimensões essenciais do processo perverso. A partir desta generalização, começa então a se desenhar para Freud a perspectiva de uma *estrutura perversa* que falta definir para além dos parâmetros estereotipados até aí indicados por certos modos de realizações sexuais.

Muito seguramente, Freud assim orienta suas investigações no caminho da busca de um mecanismo metapsicológico inaugural da perversão, especialmente a partir da elaboração de noções tais como a denegação da realidade — com sua incidência quando da castração — e a clivagem do eu, como propriedade intrínseca do funcionamento do aparelho psíquico. É, aliás, com estas duas últimas noções que somos trazidos de volta à dialética edipiana.

O desenvolvimento do complexo de Édipo tem seu ponto de partida na noção de *atribuição* fálica da mãe. Esta atribuição do falo tem, com efeito, sua origem em torno da questão da diferença dos sexos que é, de saída, para a criança, uma questão enigmática. Todavia o curso imaginário do complexo de Édipo constituirá o desenvolvimento da resposta que a criança tentará trazer a este enigma. Remeto-os, quanto a isto, a um texto essencial: "A organização genital infantil":

“No decorrer destas buscas, a criança chega à descoberta de que o pênis não é um bem comum a todos os seres que se lhe assemelham (...) Sabemos como elas reagem às primeiras impressões provocadas

pela ausência de pênis. *Negam esta ausência e crêem ver, apesar de tudo, um membro: lançam um véu sobre a contradição entre observação e preconceito* achando que ele ainda está pequeno e que crescerá dentro em pouco, chegam lentamente a esta conclusão, de um grande alcance afetivo: antes, em todo caso, ele estava aí com certeza, tendo em seguida sido retirado. *A ausência de pênis é concebida como o resultado de uma castração e a criança encontra-se agora no dever de enfrentar a relação de castração com sua própria pessoa*”.⁷

A atribuição fálica é a concepção de alguma coisa que deveria ter estado lá e que é, portanto, vivida como falta. Por esta razão, o *objeto fálico* é um *objeto estritamente imaginário*. Podemos então dizer que, em Freud, a questão da *castração* está, de roldão, irredutivelmente ligada à *dimensão imaginária do falo*, e não à dimensão do órgão: o pênis ou a ausência do pênis.

Passo agora muito rapidamente sobre a seqüência da explicação freudiana. A criança não renuncia de bom grado à representação da *mãe fálica*, sem a qual estaria abruptamente confrontada com o real da diferença dos sexos. Ora, este real, a criança não tem nenhum interesse psíquico em acolhê-lo como tal, isto é, como pura diferença. Com efeito, o real desta diferença é precisamente aquilo através de que lhe seria necessário aceitar uma consequência insuportável: a dimensão imaginária de sua própria identificação fálica. Ela deveria, portanto, de uma certa maneira, renunciar a se constituir como único e singular objeto do desejo da mãe. A *vetorização* de seu desejo para com o Outro mobiliza esta proteção fantasmática que recusa o real da diferença dos sexos em benefício de uma construção que se *apóia* sobre a *elaboração imaginária de um objeto suposto faltar: o falo*, e sobre uma concepção da diferença dos sexos elaborada sobre o modo: *ser castrado ou não ser castrado*. É, aliás, por esta razão fantasmática que Freud especifica que o confronto com a castração não pode deixar de ser *angustiante* para a criança. Uma tal construção imaginária não pode, de fato, senão *favorecer* a crença na *ameaça de castração*: ela poderia realmente ser castrada assim como sua mãe talvez tenha sido.

E aí, portanto, que Freud situa a emergência da *angústia de castração*, e, por via de consequência, a origem de certas reações defensivas destinadas a neutralizá-la. Estas construções psíquicas defensivas testemunham não apenas a recusa da criança em aceitar a diferença dos sexos, mas também o trabalho psíquico que ela deve operar precocemente para contornar ou se subtrair à

incidência da castração. Freud nos indica que estas construções psíquicas vão, em uma larga medida, predeterminar e orientar o curso da economia psíquica segundo certas modalidades que atualmente designamos em termos de estruturas psíquicas.

Esquemáticamente, lembremos que Freud distingue três possibilidades de soluções diante da angústia de castração. Dois tipos de soluções em que o sujeito só aceitará a incidência da castração sob a reserva de continuamente transgredi-la. Uma outra solução em que o sujeito aceitará a obrigatoriedade da castração a ela se submetendo, de bom ou mal grado, mas desenvolvendo toda uma nostalgia sintomática diante da perda sofrida. No primeiro caso, somos levados às perversões; no segundo caso, à nostalgia sintomática dos histéricos e obsessivos.

Do ponto de vista freudiano, a estrutura perversa parece, então, encontrar sua origem em torno de dois pólos: de um lado, na angústia da castração; de outro, na mobilização de processos defensivos destinados a contorná-la. A este título, ele evidencia dois processos defensivos característicos da organização do funcionamento perverso: a *fixação* (e a regressão) e a *denegação da realidade*. Segundo ele, trata-se dos dois mecanismos respectivamente constitutivos da *homossexualidade* e do *fetichismo*.

A homossexualidade resultaria, essencialmente, de uma reação de defesa narcísica diante da castração, no decorrer da qual a criança *fixaria* eletivamente a representação de uma mulher provida de um pênis, a qual persistiria no inconsciente de uma maneira ativamente presente no dinamismo libidinal ulterior.⁸

Uma leitura atenta do texto "As teorias sexuais infantis" evoca imediatamente uma observação: a organização do processo perverso, sobre a vertente da homossexualidade, está implicitamente relacionada por Freud à *homossexualidade masculina*. Isto manifesta, sem equívoco, que a homossexualidade masculina se origina certamente de uma estrutura perversa enquanto que a questão subsiste de saber se acontece o mesmo com a homossexualidade feminina. Este problema é particularmente importante do ponto de vista do diagnóstico. De fato, a própria idéia da existência de uma *estrutura perversa* na mulher é bastante problemática, quando, ainda assim, é incontestável que possamos observar manifestações perversas nos comportamentos femininos.⁹ Em suma, a homossexualidade masculina inscreve-se em um dispositivo psíquico radicalmente diferente daquele que preside à homossexualidade feminina.

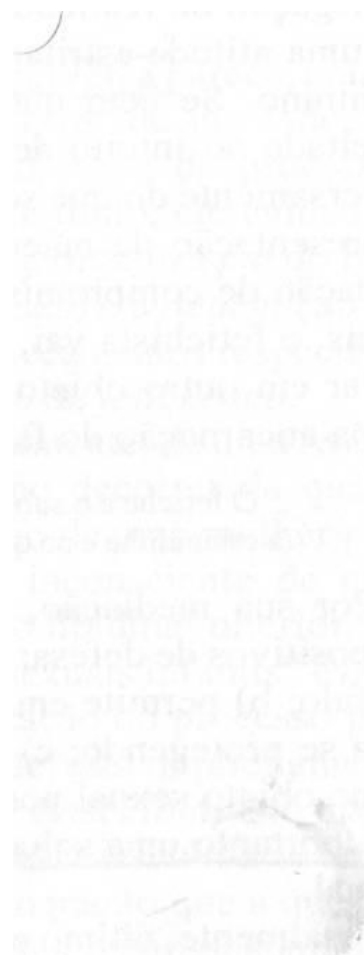
Isto se encontra ainda melhor confirmado pelo outro aspecto do funcionamento perverso evocado precedentemente: o fetichismo. Clinicamente, ele aparece como uma disposição exclusivamente masculina. O processo defensivo em ação é mais complexo do que o que encontramos a propósito da homossexualidade. Ele se funda essencialmente sobre a *denegação da realidade*, ou seja, a recusa de reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante: a ausência do pênis na mãe — e na mulher. A estratégia de defesa instalada pela denegação da realidade está associada a um mecanismo correlato: *a elaboração de uma formação substitutiva*. Esta operação se desenrola em dois tempos: de um lado, a denegação da realidade propriamente dita, isto é, a manutenção de uma atitude estritamente infantil diante da ausência de pênis feminino. Se bem que percebida pelo sujeito, esta ausência é rejeitada no intuito de neutralizar a angústia de castração. Mas diversamente do que se passa na homossexualidade, a fixação da representação da mãe fálica é mais lábil e autoriza assim uma situação de compromisso. Já que a mulher na realidade não tem pênis, o fetichista vai, por outro lado, encarnar o objeto suposto faltar em outro objeto da realidade: o objeto fetiche, o qual se torna encarnação do falo:

“O fetiche é o substituto do falo da mulher (da mãe) no qual acreditou a criancinha e ao qual nós sabemos por que ela não quer renunciar”.¹⁰

Por sua mediação, o objeto fetiche institui assim diversos dispositivos de defesa: a) ele permite antes de tudo não renunciar ao falo; b) permite em seguida conjurar a angústia de castração dela se protegendo; c) permite finalmente escolher uma mulher como objeto sexual possível enquanto suposta possuir o falo. Aí está portanto uma solução que evita ao fetichista a saída homossexual.

Finalmente, último elemento de revisão, a elaboração progressiva da explicitação do processo perverso levará Freud, a partir do fetichismo, a isolar a noção de clivagem do eu, isto é, a dimensão de uma clivagem intrapsíquica essencial à descrição da estrutura psicológica do sujeito. De fato, o funcionamento do fetichismo evidencia um mecanismo psíquico singular: a coexistência de duas formações psíquicas inconciliáveis entre si: de um lado, o reconhecimento da ausência de pênis na mulher; de outro, a denegação da realidade deste reconhecimento. Há algo aí com-

pletamente contraditório entre o fato de que a realidade é denegada pelo sujeito sobre um fundo de ausência e que a instauração do objeto fetiche permanece a testemunha mais eloqüente do reconhecimento permanente desta ausência. Ora, observa Freud, estes dois conteúdos psíquicos contraditórios em relação à realidade coexistem no aparelho psíquico sem jamais influenciarem-se reciprocamente. Daí a hipótese freudiana de uma clivagem psíquica que não cessará de se confirmar enquanto instância intrínseca à estrutura do sujeito como tal. Remeto-os aos diferentes trabalhos que Freud consagrou a este problema, especialmente de um modo indireto, a partir da clínica das psicoses.¹¹



V. O ponto de ancoramento das perversões

Voltemos à dialética edipiana, onde a identificação fálica inaugural é colocada em questão pela intrusão de um pai imaginário, fantasmado pela criança como objeto fálico rival de si própria junto à mãe. Este duelo fálico apresenta a seguinte particularidade: ele realiza a marca de uma ingerência nos negócios do gozo materno. De fato, a criança descobre, através desta figura paterna, um concorrente fálico junto à mãe, como objeto único e singular de seu gozo. Ao mesmo tempo, a criança descobre correlativamente duas ordens de realidade que vão doravante interrogar o curso de seu desejo. Em primeiro lugar, acontece de o objeto do desejo materno não ser exclusivamente dependente de sua própria pessoa. Por conseguinte, esta nova disposição abre, para a criança, a expectativa de um desejo materno que seria potencialmente outro, diferente daquele que ela tem por ele. Em segundo lugar, a criança descobre sua mãe como uma mãe *ausente*, ou seja, uma mãe que em nada satisfaz a criança, identificada com o que acredita ser o único objeto de seu desejo, portanto, com o falo. No terreno desta dupla ocorrência, a figura do pai entra na liça, em um registro que não pode ser outro senão o da rivalidade.

Reencontramos a pista desta rivalidade mais tarde, sob a forma de um traço estrutural estereotipado da perversão: o desafio. Com o desafio, somos irremediavelmente levados a encontrar este outro traço estrutural: a transgressão, como seu complemento inseparável.

O que institui, e ao mesmo tempo conforta, o *terreno da rivalidade fálica imaginária*, é o desenvolvimento sub-reptício de um pressentimento, cujas conseqüências aparecerão como irreversíveis, sobre a questão da diferença dos sexos. Trata-se, com efeito, para a criança, de antecipar um universo de gozo novo por trás desta figura paterna, que lhe aparece como radicalmente

estranha, na medida em que ela a supõe como um universo de gozo *que lhe é interdito*. Outra maneira de dizer que no caso, trata-se de um universo de gozo do qual ela está excluída. Este pressentimento é o meio pelo qual a criança adivinha a ordem irredutível da castração, da qual, de uma certa maneira, ela nada quer saber. Da mesma forma, isso pode constituir para ela o início de um novo saber sobre a questão do desejo do Outro. Neste sentido, podemos compreender como se constitui uma vacilação em torno do problema de sua identificação fálica. Da mesma forma, percebemos como a angústia de castração pode se atualizar em torno desta incursão paterna que impõe à criança, não apenas uma nova **vetorização** potencial de seu desejo, mas os riscos de gozo que aí se encontram amarrados.

No curso evolutivo desta situação edipiana, uma semelhante **estase** do desejo e de seus riscos é inevitável. Por mais que o seja, não deixa de ser uma incidência decisiva. É efetivamente com o sinal desta incidência que o perverso lança a sorte de sua própria estrutura. Permanecendo cativa desta estase do desejo, a criança pode aí sempre encontrar um modo definitivo em relação à função fálica. De fato, para ela, tudo se dá em torno deste ponto de **báscula** que vai, ou não, precipitá-la para uma etapa ulterior, onde pode se abrir uma nova promoção na economia do desejo, que poderíamos designar como uma dinamização rumo à assunção da castração.

O perverso não cessa de fazer desta assunção da castração a base, sem nunca conseguir aí se engajar como parte integrante na economia de seu desejo. Dito de outra forma, sem nunca conseguir aí assumir essa parte *perdedora*, da qual se poderia dizer que assim o é, justamente, porque *lhe falta ganhar*. Trata-se, no caso, muito evidentemente, deste movimento dinâmico que propulsiona a criança para o real da diferença dos sexos, subtendido pela falta do desejo, diferença que é promovida mais como algo de **simbolizável** do que sobre o modo da lei do *tudo ou nada*. De uma certa maneira, com isso designamos este ponto de báscula que escapa ao perverso, na medida em que ele se encerra precocemente na representação de uma *falta não simbolizável*. É justamente uma tal falta não simbolizável que vai aliená-lo em uma dimensão de inesgotável contestação psíquica, operada através da mobilização da denegação, ou ainda da *renegação* concernindo à castração da **mac**.

denegação
renegação

Em outros termos, trata-se de um momento em que se obtura, para o futuro perverso, a possibilidade de acesso ao limiar da castração simbólica, que tende a fazer advir o real da diferença dos sexos como a única causa do desejo. Evidentemente, a falta* significada pela intrusão paterna é justamente o que assegura ao desejo sua mobilização em direção à possibilidade de uma nova dinâmica para a criança. Em torno deste ponto de balança, o que está implicitamente colocado em questão é o problema do significante da falta do outro: $S(\bar{A})$. Tocamos aqui na sensibilização da criança concernindo à dimensão do *pai simbólico*, ou seja, o pressentimento psíquico que a criança deverá enfrentar para abdicar de sua representação do *pai imaginário*. Somente o intermediário deste significante da falta no Outro é suscetível de descolar a figura do pai imaginário de sua referência a um objeto fálico rival. O significante da falta no Outro é logicamente o que irá levar a criança a abandonar o *registro do ser* em benefício do *registro do ter*.

A passagem do *ser* ao *ter* não pode se produzir senão na medida em que o pai aparece para a criança como tendo aquilo que a mãe deseja. Mais exatamente, como sendo suposto ter o que a mãe é suposta desejar junto a ele. Esta atribuição fálica do pai é justamente o que o institui como *pai simbólico*, ou seja, o pai enquanto representante da Lei para a criança, portanto o pai enquanto mediação estruturante do interdito do incesto.

Acontece que é precisamente desta sombra carregada do pai simbólico que o perverso não quer saber a partir do momento em que se coloca para ele a questão de reconhecer algo da ordem da falta no Outro. Esta renegação isto é, esta contestação, tem por objetivo recusar qualquer possibilidade de simbolização desta falta. Por conseguinte, encontramos em ação um processo estereotipado do funcionamento perverso pelo qual uma vertente concernindo ao desejo da mãe é concomitantemente encontrada e negada. Em outros termos, a criança se encerra na convicção contraditória seguinte: de um lado, a intrusão da figura paterna deixa entrever à criança que a mãe, que não tem o falo, deseja o pai porque ele o "é" ou porque ele o "tem": por outro lado, se a mãe não o tem, talvez no entanto o pudesse ter? Para fazer isto, basta lho atribuir e manter imaginariamente esta atribuição fálica. E esta manutenção imaginária que anula a diferença dos sexos e a falta que ela atualiza. A coexistência destas duas opções, em

relação ao objeto fálico, impõe à economia do desejo um perfil que constitui a própria estrutura do funcionamento perverso

Este perfil é ordenado por uma lei do desejo que não permite ao sujeito assumir nela a possibilidade para além da castração. Trata-se de uma lei cega que tende a se substituir à lei do pai, ou seja, a única lei suscetível de orientar o desejo da criança rumo a um destino que não é obturado antecipadamente. Outra maneira de dizer que o que obtura a assunção do desejo perverso é a lei que o sustenta: uma lei do desejo que se emprega para nunca ser referida ao desejo do outro. De fato, apenas a lei do pai impõe ao desejo esta estrutura que faz com que o desejo seja fundamentalmente desejo do desejo do outro.

Na medida em que a lei do pai é denegada como lei mediadora do desejo, a dinâmica desejante fixa-se de uma maneira arcaica. Confrontada com o fato de dever renunciar ao objeto primordial de seu desejo, a criança prefere renunciar ao desejo como tal, isto é, ao novo modo de elaboração psíquica que é exigido pela castração. Tudo se passa então como se a angústia de castração, que estimula a criança a não renunciar ao objeto de seu desejo, a imobilizasse aqui, num processo de defesa que a torna precocemente refratária ao trabalho psíquico que ela deve produzir para compreender que é, precisamente, a renúncia ao objeto primordial do desejo que salvaguarda a possibilidade do desejo, dando-lhe um novo estatuto. É, com efeito, o novo estatuto induzido pela função paterna que institui um *direito ao desejo*, como desejo do desejo do outro.

Em razão de sua economia psíquica particular, o perverso encontra-se subtraído a este "direito ao desejo", e permanece imperativamente fixado em uma gestão cega na qual não cessará de procurar demonstrar que a *única lei do desejo é a sua* e não a do outro. Isto permite compreender melhor os diferentes expedientes do funcionamento perverso e os *traços estruturais que o caracterizam*.

A título destes traços estruturais, mencionemos logo o *desafio* e a *transgressão*, que constituem as duas únicas saídas para o desejo perverso.

A denegação, a renegação mesmo, tem essencialmente como objeto a questão do desejo da mãe pelo pai. Neste sentido, é, antes de tudo, denegação da diferença dos sexos. Entretanto, como Freud havia muito justamente indicado, esta renegação não pode

se fundar senão na medida em que o perverso reconhece, de uma certa maneira, este desejo da mãe pelo pai. Uma coisa não pode ser denegada senão porque algo já se sabe previamente. À sua maneira, o nerverso. então, bem reconhece o real da diferença dos sexos, mas recusa suas implicações, cuja principal quer que esta diferença seja, precisamente, a causa significativa do desejo. O perverso esforça-se assim por manter o risco de uma possibilidade de gozo que poderia fazer a economia desta causa significativa.

Nesta provocação incessante que é a sua, assegura-se ele, assim, de que a Lei está certamente lá, e que ele pode encontrá-la. Neste sentido, a *transgressão* aparece como o elemento correlato e inevitável do desafio. Não há meio mais eficaz de se assegurar da existência da lei do que o de se esforçar por transgredir as interdições e as regras que a ela se remetem simbolicamente. É no deslocamento da transgressão das interdições que o perverso encontra a sanção, ou seja, o limite referido metonimicamente à interdição do incesto. Quanto mais o perverso desafia, ou mesmo transgride a Lei, mais experimenta a necessidade de se assegurar ter ela, realmente, origem na diferença dos sexos e na referência à interdição do incesto.

Em torno deste ponto, certas confusões diagnosticas merecem ser assinaladas, principalmente em relação à histeria e à neurose obsessiva.

VI. Diagnóstico diferencial entre as perversões, a histeria e a neurose obsessiva

O *desafio* e a *transgressão* podem perfeitamente ser observados em outras estruturas que não a estrutura perversa, particularmente na neurose obsessiva e na histeria. No entanto, a transgressão não se articula ao desafio da mesma maneira.

1. Na neurose obsessiva

O desafio está manifestamente presente em certos comportamentos sintomáticos dos obsessivos. Lembremos desde logo, a este respeito, a propícia compulsão dos obsessivos ao engajamento em todas as formas de competição ou de ordem de domínio. O conjunto destas situações permanece subtendido pela problemática de uma adversidade (real ou imaginária) a desafiar.

No entanto, mesmo esta dimensão do *desafio* estando ativamente presente no obsessivo, *percebe-se* que por isso mesmo qualquer possibilidade de transgressão é quase impossível. Nesta mobilização geral em que o obsessivo desafia a adversidade, ele não parece poder fazê-lo senão na perspectiva de um combate regular. De fato, um obsessivo é bastante preocupado com as regras do combate e com a menor desobediência à regra. Isto nos leva a observar que o obsessivo faz esforços desesperados para tentar (à sua revelia) ser perverso sem jamais consegui-lo.

Quanto mais o obsessivo se faz o defensor da legalidade, mais ele luta, sem o saber, contra seu desejo de transgressão. O que o obsessivo ignora, ou não quer saber, em torno da questão do desafio, é que ele é o único protagonista concernido. Ele tem necessidade de criar para si uma situação imaginária de adversidade para se engajar no desafio. Uma tal adversidade lhe permite

desconhecer que é quase sempre ele que lança a si próprio desafios. Igualmente, ele os propõe na medida em que pode, para este efeito, desenvolver um grande dispêndio de energia.

A *transgressão* posta em ação pelos obsessivos e o equivalente de sua "fuga adiante" concernindo à questão de seu próprio desejo. Não é raro que neste processo de fuga adiante o desejo corra mais rápido que o obsessivo, que nada quer saber disso. O sujeito é então ultrapassado pela entrada em ação deste desejo, que ele sofre, na maior parte do tempo, de um modo *passivo*. Nestes momentos em que o sujeito é, de alguma forma, raptado por seu próprio desejo, não é raro que a atualização deste desejo encontre sua expressão em um *agir de transgressão*. A maior parte do tempo, trata-se de uma transgressão insignificante, mas é pelo fato de ser dramatizada pelo sujeito que seu aspecto espetacular pode então evocar a transgressão perversa. Frequentemente, um elemento motor alimenta esta dramatização: o *acting-out* que é a própria dimensão onde o obsessivo *se autoriza a ser agido por seu desejo*, com todo o gozo que daí deriva.

2. Na histeria

Sobre a vertente estrutural da histeria, podemos igualmente colocar em evidência esta dimensão do *desafio*.

Na histeria, a transgressão é sustentada por um questionamento agudo concernindo à dimensão da identificação, ela mesmo atraída pelo risco da lógica fálica e seu corolário concernindo à *identidade sexual*.

E sempre em torno da ambigüidade mantida pelo histérico sobre o terreno de sua identidade sexual que algumas expressões do desejo histérico assumem com facilidade o perfil perverso.

Evoquemos rapidamente, a respeito desta ambigüidade perversa, a freqüente realização de encenações homossexuais nos histéricos. Lembremos igualmente a satisfação perversa dos histéricos em "fazer advir a verdade". Nisto, encontramos a posição clássica dos histéricos da qual Lacan fala através desta percuciente expressão tirada de Hegel: "A bela alma". De fato, não há histeria, sem que advenha, a um dado momento ou outro, esta disposição que consiste em fazer advir idealmente a verdade, mesmo ao preço de desvelar, ante um terceiro, o jogo do desejo do outro. Sobretudo,

em toda situação terceira em que o desvelamento de uma verdade sobre um, pode, pelo contrário, desmobilizar ou interrogar o desejo do outro.

Mas ainda aí, na histeria, a dimensão da transgressão está contaminada pelo que faz dela a mola nas perversões. Além disso, mesmo existindo, incontestavelmente, um *desafio histérico*, permanece ele sempre um desafio à toa, já que nunca é sustentado pela colocação em causa, fundamental, da lei paterna que relaciona a lógica fálica ao significante da castração.

Na histeria, o significante da castração é simbolizado. O preço a se pagar por esta simbolização manifesta-se essencialmente no registro da *nostalgia fálica*. De resto, é certamente esta nostalgia que dá à histeria todo o peso de sua invasão espetacular e transbordante. No máximo, teremos uma dramatização "poética", num "estado de graça" fantasmado. Ora, nós bem o sabemos, um estado de graça tem interesse psíquico apenas porque é exclusivamente imaginário. A partir do momento em que a coisa toma corpo na realidade, a exibição histérica se atenua, e o histérico, assaltado nas últimas defesas de sua mascarada, escapole com uma pirueta.

O histérico tem uma afeição particular pela dimensão do *semblante*, na medida mesmo em que é aí que ele pode entrar no desafio e sustentá-lo. Como tal, o desafio está inscrito em uma estratégia de reivindicação fálica. Para citar apenas um exemplo característico, evoquemos o fantasma canônico da mulher histérica identificada com a prostituta. É dentro de um formidável desafio que esta ou aquela histérica percorre o *trottoir*, ou pára seu carro num lugar estratégico, até o momento em que lhe é dada a oportunidade de responder ao "curioso imprudente": "eu não sou quem você está pensando".

Um outro registro do *desafio histérico feminino* vê-se facilmente posto à prova na contestação fálica que freqüentemente governa a relação com um parceiro masculino. Trata-se, no caso, de todas estas situações em que a histérica desafia seu parceiro masculino, *significando-lhe*: "sem mim, você nada seria". Outra maneira de dizer: "Eu te coloco no *desafio* de me provar que você tem realmente o que é suposto ter". Por menos que o parceiro aceite imprudentemente esta demonstração, a histérica logo aumenta a aposta do desafio.

Na vertente da *histeria masculina*, o *desafio* está igualmente alojado sob o símbolo da atribuição fálica. Tudo se passa como se o sujeito não investisse na dimensão do desafio senão na condição de ser convocado pelo desejo do outro. E nesta dialética particular do desejo que o homem histérico se lança, a si próprio, num *desafio* insustentável. Este desafio resulta de uma *conversão inconsciente entre desejo e virilidade*. Ser desejável implica necessariamente, no histérico masculino, a aptidão para administrar a prova de sua virilidade, junto a uma mulher. Neste sentido, o homem histérico se entrega, a si próprio, neste impiedoso desafio de só poder desejar uma mulher através do fantasma onde ela sucumbirá, com a demonstração de sua virilidade.

Em um tal dispositivo, é portanto o gozo da mulher que se torna o indício mesmo de sua capitulação diante da super-potência fálica. Não é espantoso que o homem histérico se deixe levar por um tal desafio insustentável. Com a carga, para ele, de responder através de comportamentos sintomáticos que bem conhecemos: *a ejaculação precoce e a impotência**.

* Examinaremos esta problemática de maneira mais detalhada quando abordamos a descrição estrutural da histeria, cf. infra, cap. XV, p. 97.

VII. O perverso e a lei do pai

No perverso, a problemática da denegação se organiza de modo diferente. Enquanto na histeria e na neurose obsessiva, é a posse imaginária do objeto fálico que é desafiada, nas perversões, é fundamentalmente a *Lei do pai*. O desafio da Lei do pai, no perverso, situa-se essencialmente na vertente da dialética do *ser*. No obsessivo, como no histérico, o desafio concernindo à posse do objeto fálico se situa, em contrapartida, na alternativa do *ter* ou *não ter*. Esta primeira classificação, todavia, não é bastante precisa para que seja clinicamente operatória.

Devemos insistir no caráter imperativo segundo o qual o perverso fará intervir a lei do *seu* desejo, ou seja, como única lei do desejo que ele reconhece, e não como um desejo que estaria fundado na lei do desejo do outro, que é, inauguralmente, a Lei do pai. E sempre deste ponto de vista que se deve compreender que o pai "faz a lei" (Lacan) para a mãe e a criança. Permanentemente, o perverso esforçar-se-á para então desafiar essa Lei do pai, com tudo aquilo que ela impõe enquanto falta a simbolizar (castração). Desafiando esta Lei, ele recusa, em definitivo, que a lei do seu desejo seja submetida à lei do desejo do outro. O perverso põe, então, em ação duas opções: de um lado, a predominância da lei do seu desejo como única lei possível do desejo; por outro lado, o desconhecimento da lei do desejo do outro como a que viria mediar o desejo de cada um. Todo gozo perverso se constitui nesse espaço entre os dois, sustentando-se numa mesma estratégia impossível mas cujo interesse essencial é o de suscitar, junto a um terceiro, a convicção de que, talvez, ela não o seja.

O perverso, pois, é levado a colocar a Lei do pai (e a castração) como um limite existente para melhor demonstrar, em seguida, que ela não é um limite, neste sentido de se poder sempre assumir o risco de ultrapassá-la. O perverso tira, efetivamente, todo bene-

fício voluptuoso de seu gozo nesta **estratégia** de ultrapassagem. Para isto, é necessário, evidentemente, um cúmplice, **imaginário** ou **real**, isto é, uma testemunha ofuscada pelo truque fantasmático em que o perverso se encerra frente à castração.

Dentre esses testemunhos potenciais, a mãe constitui o protagonista senão inaugural, pelo menos privilegiado. Explicarei isto mais adiante.

A propósito desse testemunho cúmplice, cuja presença mostra-se indispensável para o desdobramento do agir perverso, lembro-lhes esta breve passagem, evocada por Jean Clavreul:

"É claro que é enquanto portador de um olhar que o Outro será o parceiro, isto é, antes de tudo o cúmplice, do ato perverso. Tocamos, aqui, no que distingue radicalmente a *prática perversa*, onde o olhar do outro é indispensável, porque necessário à cumplicidade sem a qual não existiria o campo da ilusão, e o *fantasma perverso* que não só se acomoda muito bem com a ausência do olhar do outro, mas necessita para ter êxito, se satisfazer na solidão do ato masturbatório. Se o ato perverso se distingue sem equívoco do fantasma, será, então, nesta linha em que se inscreve o olhar do Outro que discerniremos a fronteira, olhar cuja *cumplicidade* é necessária para o perverso, enquanto é *denunciador* para o normal e para o neurótico".¹

É na medida desta cumplicidade implícita do Outro que o perverso pode mobilizar seu desafio como modo de acesso ao gozo. A estratégia perversa permanece sempre fixa qualquer que seja a variedade de suas efetuações. Ela consiste sempre em *desencaminhar* o outro com relação às balizas e aos limites que o *inscrevem* diante da lei. Como bem observa Jean Clavreul:

"O que permanece mais importante para o perverso é o fato de que o Outro esteja suficientemente engajado, inscrito num balizamento conhecido, sobretudo de respeitabilidade, para que cada nova experiência ganhe figura de *devassidão*, isto é, para que o Outro se veja extraído do seu sistema, e para que aceda a um gozo onde o perverso detém, em toda instância, o controle".²

Em meu livro, *Estrutura e perversão*, dei um exemplo perfeitamente significativo desse *desafio*, que consistia, no caso, em desencaminhar algo da vida privada de um **analista**.³

Paradoxalmente, a relação que o perverso mantém com a Lei do pai, se manifesta principalmente, por um modo de relação específica para com a mãe e, para além, com todas as mulheres. Isto não é espantoso, tendo em vista que a *renegação* do perverso

incide diretamente sobre a questão do desejo da mãe pelo pai, ou seja, a coisa essencialmente inadmissível por excelência.

Como era de se esperar, a renegação se faz acompanhar por construções fantasmáticas que se elaboram a partir de certos materiais tirados das teorias sexuais infantis concernindo à castração. Como sabemos, trata-se sobretudo da ausência de pênis da mãe, que só se pode explicar pela castração que o pai lhe teria infligido. Este elemento persistente das elaborações imaginárias infantis está na origem do *horror particular da castração* que se observa em todo perverso. Horror maior, na medida em que é subtendido pelo fantasma de uma castração real.

Este problema supõe uma dialética delicada entre diferentes elementos fantasmáticos concernindo à castração da mãe (e das mulheres), e este outro elemento, constituído pelo desejo da mãe pelo pai. No perverso, existe uma oscilação constante entre essas duas séries de materiais. Ou o pai carrega a responsabilidade de ter submetido a mãe à ordem do seu desejo — ele lhe terá, assim, imposto essa lei iníqua do desejo, que faz com que o desejo seja sempre submetido à lei do desejo do outro — ou, pelo contrário, a própria mãe é faltosa, por ter desejado o desejo do pai. Sobre ela, então, é que será projetada a acusação de ser cúmplice da castração, que não se colocaria se a mãe não estivesse comprometida com o pai, do lado do seu desejo.

Essa dupla construção fantasmática concernindo à castração, vai predeterminar certos protótipos de relações características que o perverso exprimirá frente a homens e mulheres. Essa dupla opção fantasmática permanece sobredeterminada pelo *horror* da castração. Que se trate do pai iníquo, submetendo a mãe à lei do seu desejo, ou da mãe tendo a fraqueza de aceitar esta lei, num caso como no outro, que fazem figura de verso e reverso, a coisa é inadmissível, pois consiste em *ratificar a falta, quer dizer, a castração*.

Em reação a este "horror", vem se opor essa outra elaboração fantasmática, através da qual o perverso imagina a mãe toda-poderosa do lado do desejo, isto é, *não carente*. A crença imaginária nessa mãe não-carente implica na neutralização do Pai Simbólico enquanto representante da função paterna. Dito de outro modo, o pai não é suposto ter o que a mãe deseja. Conseqüentemente, o perverso pode continuar a sustentar o fantasma de ser o único objeto de desejo que faz a mãe gozar.

VIII. A mãe fálica

Voltemos, por um instante, a este momento decisivo do complexo de Édipo que designamos como estado favorável ao ponto de ancoramento das perversões.

Falar de "ponto de ancoramento" supõe, evidentemente, a intervenção de certos fatores determinantes, suscetíveis de induzir uma ambigüidade em torno da questão da identificação fálica. Uma tal ambigüidade pode se exprimir na conjunção de duas séries de determinações que eu sintetizaria da seguinte maneira: de um lado, *a cumplicidade libidinal da mãe*; de outro, *a complacência silenciosa do pai*.

A cumplicidade erótica materna manifesta-se o mais frequentemente no terreno da sedução, de uma "verdadeira sedução", e não de um "fantasma de sedução", que seria adotado pela criança. Esta sedução materna exprime-se sobretudo através das respostas que traz às solicitações eróticas da criança. Respostas que a criança inevitavelmente recebe como testemunhos de reconhecimento e encorajamento. Neste sentido, a resposta materna é um verdadeiro chamado para o gozo, na medida em que mantém a atividade libidinal do filho junto à mãe. No entanto, este apelo sedutor permanece hipotecado com um pesado equívoco.

De fato, a criança é tanto seduzida quanto encorajada pelo que sua mãe lhe permite tanto "tocar", como "ver" e "ouvir". Mas, da mesma maneira, atormenta-se com o mutismo materno sobre a questão de desejo concernente ao pai. Mesmo se na cumplicidade erótica que a mãe divide com a criança, esta última se certifica da ausência de mediação paterna com respeito ao desejo da mãe, o pai não deixa de aparecer aí como um intruso. Sobretudo se levarmos em conta que, se a mãe nada confirma à criança de seu desejo pelo pai, ela igualmente não se subtrai à possibilidade. Muito ao contrário, faz com que freqüentemente subsista um

perturbador equívoco sobre o lugar do pai em seu desejo. Aliás, é na medida desta ambigüidade que se desenvolve toda a atividade libidinal da criança junto à mãe, que ela se esforça por seduzir sempre mais, na esperança de levantar esta dúvida em relação à intrusão paterna. E aqui, no próprio campo da rivalidade fálica, que sua tentação de tornar *derrisória* a instância paterna encontra sua origem e sua expressão característica através do *desafio*. De resto, esta *derrisão* da instância paterna verifica-se de um modo implícito muito freqüentemente encorajada pela mãe: o silêncio, ou de um modo mais decisivo ainda se a mãe a isto se refere. Com efeito, acontece freqüentemente de a mãe lançar a instância paterna mediadora de seu desejo na "mentira". Podemos falar de mentira no sentido da criança assim ser levada a perceber a inconsistência que a própria mãe empresta a esta mediação. Atormentada então fica a criança na medida desta dupla prisão. Prisão à sedução materna e, em seguida, a uma interdição que, certamente, a mãe lhe significa, mas ao mesmo tempo sempre fazendo-a saber ser inconseqüente. Daí o início da *transgressão*.

Uma tal ambigüidade materna só tem incidência determinante junto à criança, por que recebe de volta um certo reforço do lado da posição paterna. Este reforço é desenvolvido principalmente pela complacência de um pai que se deixa de bom grado desposuir da representação de sua função simbólica. Se, nesse caso, podemos falar da *complacência silenciosa do pai*, é em referência à aptidão que ele demonstra em delegar sua própria palavra através da palavra da mãe, com toda a ambigüidade que a coisa supõe.

Abordemos aqui um ponto clínico fundamental concernindo à questão do diagnóstico diferencial com a organização dos processos psicóticos.

No caso das perversões, *a significação da Lei é mantida*. Se bem que ela seja delegada de maneira problemática à iniciativa materna, a criança não é submetida a uma lei materna do desejo que não seria referendada como Lei do pai. Outra maneira de dizer, para retomar a expressão de Lacan, que a mãe do perverso não é uma mãe "fora da Lei": é uma *mãe fálica*. Com efeito, a criança permanece certamente confrontada com uma significação do desejo que é referendada em *Nome-do-Pai*. Isso não quer dizer que esta significação do desejo submetido à lei do desejo do outro não seja essencialmente significada do lado paterno. A compla-

cência **paterna** mantém o equívoco na simples medida em que permite ao discurso materno fazer-se "embaixador" da interdição. Daí a ambigüidade investida psiquicamente pela criança entre uma mãe sedutora que encoraja a criança a fazê-la gozar, e uma mãe ameaçadora e proibidora que se faz "cafetina" da palavra simbólica do pai. Este entre-dois em que a criança se vê presa tem como consequência nela alimentar o fantasma da mãe todo-poderosa, ou seja, da *mãe fálica*.

A imago desta mãe fálica vai assim predeterminar a relação que o perverso manterá posteriormente para com outras mulheres. Mulheres às quais ele não renunciará, pronto a buscar encontrá-las na pessoa de outros homens, como é o caso na homossexualidade.

Podemos evidenciar assim certos traços estruturais que se organizam por pares opostos, para exprimir radicalmente esta relação ambígua do desejo do perverso ao desejo do outro. Assim acontece com a alternativa evocada anteriormente concernindo à mãe ausente e à mãe castrada. Regularmente, o perverso oscila entre a representação destes dois objetos femininos fantasmados, dos quais ele não cessa de buscar, na realidade, as encarnações melhor apropriadas. Da mesma forma, a mulher pode lhe aparecer simultaneamente como uma *virgem* ou uma *santa* ou ainda como uma *puta* repugnante.

A mulher que encarnará a mãe fálica será fantasmada como uma mulher *totalmente idealizada*. Nesta idealização, descobriremos que o perverso continua a se proteger da mãe como objeto de desejo possível. Não apenas esta mulher, idealizada toda-poderosa, é virgem de qualquer desejo enquanto objeto puro e perfeito, mas ainda, por essa mesma razão, é objeto intocável, fora de alcance, porque *proibida*. Ela constitui, para ele, o protótipo mesmo do *ideal feminino*, do qual ele nada pode esperar além de benevolência e proteção. Como exemplo, mencionemos o papel privilegiado que representam algumas mulheres junto a homossexuais masculinos.

Mas a mulher também pode encarnar a mãe **repelente**, repugnante porque sexuada, isto é, uma mãe tanto *desejável* como *desejante* em relação ao pai. Então, esta mulher/mãe é relegada à condição de prostituta, ou seja, à condição de um objeto abjeto oferecido ao desejo de todos já que não reservado apenas ao desejo do perverso. É a mulher marcada pelo *horror da castração*.

Compreende-se esta abjeção pelo sexo feminino, no perverso, enquanto sexo castrado e fantasmado como uma ferida repelente e perigosa, da qual é preciso se afastar sob pena de perder seu próprio **pênis**, cedendo ao desejo. Mais ainda, sexo feminino que é preciso maltratar ou sadizar porque tão infame que dá gozo. A mulher desejável e desejante constitui-se assim como um objeto a se evitar de modo absoluto se se quer evitar a perdição, fundamentalmente portanto, *a perda e a falta*.

IX. Novo diagnóstico diferencial entre as estruturas neuróticas e as perversões

Se é possível, nesta relação antinômica com a mulher, isolar traços de estrutura característicos da perversão, mais uma vez é propício esclarecer alguns pontos diferenciais de diagnóstico em relação às estruturas neuróticas.

1. Na neurose obsessiva

A problemática particular do desejo pode levar um obsessivo a certos comportamentos estereotipados em relação às mulheres, que podem fazer lembrar, à primeira vista, a atitude dos perversos para com elas. Mencionemos, por exemplo, o culto **reverencial** que alguns dentre eles podem colocar em ação em suas relações femininas. Este culto parece se sustentar, em certos casos ao menos, por uma idealização radical da mulher tal como observamos nas perversões. O *dédalo* das precauções oratórias e materiais que eles desenvolvem para cortejar as mulheres que desejam pode muito rapidamente tomar a forma de uma *veneração* que lembra a relação com a mulher idealizada intocável. No entanto, esta conduta de distanciamento traduz, aqui, o próprio movimento da dinâmica obsessiva do desejo: esta distância é introduzida porque o obsessivo nada quer saber de seu desejo.

Se a mulher desejada é intocável é porque o obsessivo não quer reconhecer que a deseja. Ela não é entretanto colocada à distância, como uma mulher purificada de todo desejo, fora de alcance porque impossível. Ela não parece proibida pelo fato de abrigar o fantasma de uma mulher fálica **todo-poderosa**, que seria preciso manter. No caso presente, o sujeito deve sobretudo se proibir de saber que ele próprio a deseja sob pena de se sentir comprometido.

Uma outra dimensão da lógica obsessiva parece igualmente colocar em evidência a mulher como um objeto idealizado. Trata-se da tendência que têm certos obsessivos em encerrar a mulher de seu desejo nos "arquivos", a colocá-la sob uma redoma, como um precioso objeto de coleção que deve ser mantido fora de qualquer aproximação, isto é, relegado ao nível de um objeto de posse e, acidentalmente, de consumo. Ainda aí, a mulher é venerada de um modo quase intocável. O essencial sendo que esteja eternamente lá. O sujeito termina inclusive por não mais tocá-la.¹

Encontramos nesta disposição bastante freqüente da neurose obsessiva uma das vertentes arcaicas do despotismo infantil que dá livre curso à pulsão de **conquista**, isto é, à pulsão de dominar o objeto. Quanto mais a mulher é levada à dimensão de objeto não desejante e indesejável, mais o obsessivo se tranqüiliza em sua problemática da posse do objeto. É aliás nesta asfixia do desejo do outro que ele consegue melhor manter a lógica de seu próprio desejo. Enquanto substituto materno, a mulher deve permanecer inteiramente preenchida pela presença do sujeito que é, desse modo, identificado a seu falo. Neste "colocar de molho", o obsessivo chega então a lixar o compromisso que regula seu desejo. Além disso, este "colocar de molho" releva mais exatamente de um *colocar em ordem*, até mesmo de um acertar o passo.

Para que seu objeto subsista deste modo quase-inanimado, isto é, não desejante, o obsessivo está prestes a se entregar a um verdadeiro culto. Este culto é um dos piores que se pode render a uma mulher, já que tende a neutralizar previamente qualquer veleidade nela desejante. Para chegar aí, o sujeito vai alimentar o fantasma persistente de tudo fazer por ela, de tudo lhe dar, para que *nada falte* a ela. A coisa não tem preço, contanto que o objeto não se mexa, nada reivindique, que seja portanto sem demanda. A mulher fica assim prisioneira desta terrível lógica: "um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar". Este é, com efeito, o reflexo exterior do universo dos objetos de investimentos desejados pelo obsessivo. Quando a dinâmica do desejo está quase morta, aí e somente aí, o obsessivo goza silenciosamente do infortúnio de seu desejo.

Mas, evidentemente, a coisa nunca é assim. Como ela não está completamente morta, cedo ou tarde, o obsessivo fica condenado ao sofrimento da desordem. De fato, desde que o objeto de culto

venerado, intocável (e intocado) começa a se mexer, então a desordem começa. A partir do momento em que a mulher se significa como desejável para o olhar do outro, o universo suposto inamovível do obsessivo põe-se a vacilar. Nestas condições, o objeto não tem mais nada a ver com um objeto idealizado. Por isso, ele não aparece como um objeto de perdição, um objeto de repulsão infame e repugnante, como é o caso para o perverso. Ao contrário, a mulher é então um objeto que pode escapar, que pode se perder e que foge ao controle. Daí os lastimáveis empreendimentos de reconquista do objeto perdido.

Ao contrário do perverso, que se esquivava e maltrata seu objeto repugnante, o obsessivo não sabe mais o que sacrificar para se fazer perdoar. Torna-se assim, facilmente, mártir acabrunhado e culpado, pronto a pagar tudo, a tudo suportar, para que as coisas voltem à ordem inicial. Em nome desta ordem mortífera, o obsessivo pode-se fazer mais histérico do que nunca, com o único fim de que o objeto retorne a ele e não lhe escape mais. Trata-se de neutralizar magicamente a falta: o objeto feminino devendo reintegrar seu lugar de objeto inerte e sem desejo. A experiência mostra no entanto que os melhores sacrifícios de nada servem. A falha introduzida pelo surgimento do desejo do outro reconduz inexoravelmente o obsessivo à ordem da perda, ou seja, à da castração. Aí, está, aliás, a diferença crucial que agita o obsessivo em relação ao perverso.

Com efeito, o obsessivo não dispõe do “*estepe*” de que dispõe o perverso: ele não pode de nenhum modo se apoiar sobre a denegação da castração, ou seja, esta representação imaginária através da qual o perverso consegue alimentar o motor de sua satisfação. Se a mulher é idealizada na neurose obsessiva, só o é em razão de uma fantasmatização mágica que nunca é uma muralha intransponível. O primeiro alerta do desejo do outro é sempre decisivo, já que obriga o obsessivo a recolocar em causa os benefícios secundários de sua neurose: apelo à boa lembrança da castração e da falta no Outro. Aí onde o perverso alimenta a ilusão do ideal feminino do qual é o artesão, o obsessivo se esgota em restaurar este ideal que não é para ele senão um vestígio nostálgico da pré-história edipiana: nostalgia da identificação fálica que ele teve de trocar, de bom ou mau grado, pelo desconforto do ter, imposto pela lei do pai. Neste sentido, os obsessivos são apenas *românticos do “ser”*.

2. Na histeria

Da **mesma** forma, pode-se fazer aparecer igualmente certos elementos **diferenciais** concernindo às mulheres a referência entre a *histeria masculina* e as perversões.

No entanto, na histeria masculina, as coisas são bem mais pitorescas e ricas do que o são na neurose obsessiva. A relação com as mulheres, que pode evocar sob certos aspectos a do perverso com seu objeto, é ambígua porque existe, nesta estrutura, um pendor favorável às manifestações perversas.

A relação do homem histérico com o outro feminino é, desde logo, alienada o mais freqüentemente em uma representação da mulher como *mulher idealizada*; isto é, erigida sobre um pedestal inacessível. Todavia, não se trata de uma "virgem" intocável e não desejante, ou ainda de um objeto de veneração asséptico de todo desejo. Ao contrário, esta mulher é colocada sobre um pedestal como um objeto precioso justamente porque é desejável e desejante. Neste sentido, ela intervém, principalmente para o histérico, como um objeto de *fazer valer*.

A mulher deve ser impiedosamente sedutora, sempre oferecida ao olhar fascinado e invejoso do outro para que o sujeito possa investi-lo idealmente. Importa para ele que a mulher não saia nunca desse lugar, com o risco de ser imediatamente destituída de seus trunfos sedutores. Nesse caso, ela se torna, ao contrário, um objeto ameaçador, um objeto odioso de detestação que é preciso destruir na medida em que deve expiar o fato de ter caído do pedestal onde a economia libidinal do histérico o havia instalado em prol de seu conforto próprio.

Existe, evidentemente, todo um jogo sutil a se compreender entre a mulher idealizada sobre o modo do fazer valer e esta mulher bruscamente decaída e responsável por todos os males. Aí encontramos a relação ambivalente que o histérico mantém com o falo.² Para o histérico masculino, a mulher constitui, de fato, o objeto por excelência que lhe permite descobrir-se em relação à posse do objeto fálico. Como veremos em seguida, esta problemática fálica permanece diretamente circunscrita ao modo de *não tê-lo*. Não se sentindo investido ao nível da atribuição fálica, o histérico masculino responde com facilidade aos desejos de uma mulher sobre o modo de *não ter o pênis*, ou de não tê-lo completamente, donde este quadro sintomático familiar: a impotência e/ou a ejaculação precoce.

É a partir daí que podemos compreender a natureza desta reviravolta na representação da mulher. Enquanto ela é objeto sedutor e brilhante destinado ao fazer valer, tudo vai bem, já que está em posição de objeto de admiração fálica oferecido ao olhar de todos. O histérico pode assim se confortar em seu sintoma, que consiste em se pensar despossuído do falo. Este falo, através desta mulher, ele o tem sempre à sua disposição qual objeto de possivelmente guardado, se bem que proposto sem limite à admiração dos outros. De resto, quanto mais é cobiçado deste modo, mais o histérico paradoxalmente dele recebe a confirmação de que só o é na medida em que é realmente o falo que é cobiçado através dele. Assim, enquanto um tal objeto é uma propriedade inalienável, tudo vai muito bem no que diz respeito à posse fálica.

Com bastante evidência, isto supõe, em contrapartida, que o dito objeto não seja excessivamente desejante, com o risco de ver os negócios ideais se complicarem. Se a mulher se põe a desejar, e sobretudo se ela deseja seu mais fiel admirador histérico, então começam as chateações. Com efeito, o desejo da mulher remete então, abruptamente, o interessado, à questão da posse do objeto fálico. Se ela deseja, é que lhe falta algo que o outro é suposto ter. Ora, todo o problema se situa aí. Por conseguinte, o objeto feminino torna-se preocupante, para não dizer perseguidor, já que condena impiedosamente à prova da atribuição fálica. Neste instante, o conforto da fascinação balança e todo o cortejo sintomático que acompanha as trocas sexuais se desencadeia.

As dificuldades começam verdadeiramente quando o objeto feminino idealizado não apenas se manifesta como ausente, mas põe-se ainda a reivindicar imperativamente sobre o modo do desejo: um desejo que o leva, como para todos, em sua corrida ao *objeto a*. Em uma tal perseguição, o histérico masculino desde logo se desqualifica em razão da posição sintomática que ele concede ao falo. E nesta dialética que o objeto feminino se transfere da situação idealizada onde se encontrava, para uma posição ainda mais detestável, já que se manifesta como um objeto suscetível de ser perdido.

Nestas condições, todo o imaginário da "propriedade" vacila; a encarnação idealizada do objeto fálico empreende a fuga. Compreende-se porque maltratar um tal objeto é inconscientemente destruir a marca da falta no objeto feminino. Nestes momentos de desmoronamento, o histérico é então confrontado com o signifi-

cante da falta deste outro feminino. Parece lógico que o histérico oscile em uma atitude ambivalente estereotipada que não faz senão traduzir a permanência de sua ambivalência para com o falo, a saber, uma atitude sucessivamente hostil e expiatória em relação ao objeto.

De qualquer modo, o objeto deve ser dominado. Daí a hostilidade ostentatória que o histérico alimenta a seu respeito, para assegurar sua posse. Mas muito rapidamente, o histérico é superado por seu próprio empreendimento de destruição, o que o leva a uma reviravolta expiatória e quase mágica através do que ele se esforça, novamente, por atrair para si as boas graças do objeto. Nesta reviravolta, podemos observar a atualização de um dos traços mais fundamentais da estrutura histórica: *a alienação do desejo em prol do desejo do outro*. O que importa, com efeito, é colocar-se então ao serviço deste outro para reinstaurá-lo em seu pedestal, de onde ele caiu. Nesta situação expiatória, o perdão não tem preço e o histérico se oferece como vítima pronta a tudo sacrificar por seu objeto idealizado.

As forças morais da humilhação são aí ainda mais desejadas porque poderão santificar a ferida narcísica imaginária intolerável, através da qual o histérico se apresenta como um objeto indigno por excelência. A natureza desta indignidade, nós a conhecemos bem: o histérico, que não está à altura do parceiro feminino adulado, requer a absolvição feminina diante do desastre fantasmático operado pela ausência do objeto fálico. Esta indignidade testemunha a desgraça de não possuí-lo aos olhos daquela que sempre pode reparar este defeito. Os argumentos expiatórios são sem limites, já que o que importa, antes de tudo, é dar a ver até que ponto o sacrifício não tem nenhum preço ao olhar daquela que ele ama.

Com toda razão, trata-se certamente de uma *confusão trágica entre o desejo e o amor*. Tudo se passa, com efeito, como se a dimensão do amor para o objeto feminino devesse se oferecer como garantia exclusiva do desejo. Quanto mais o histérico masculino ama, mais ele se premune da dimensão do desejo. De fato, quanto mais o amor se desenvolve sem limites, mais o lugar da falta no Outro é ocultado. Isto explica porque o histérico se apresenta freqüentemente como um herói sacrificado no terreno de seu amor pelo outro feminino: ou seja, um antigo combatente queixoso e desconhecido em nome de todos os sacrifícios suportados e rendidos em honra de sua dama.

Para reconquistar o objeto perdido, o histérico masculino está pronto a tudo. Encontramos aí a vertente cega que é alimentada em toda neurose: quanto mais o sacrifício amoroso se põe em cena, mais invalida no outro as veleidades do desejo. E na dimensão deste mal-entendido que o histérico paga o tributo de sua inscrição na função fálica, mantendo, assim, a insatisfação de seu próprio desejo.

Em outros termos, quanto mais a dívida expiatória é cara, mais a lógica histérica do desejo encontra aí seu lugar.

Um último ponto merece ser salientado a propósito da articulação entre a destituição do objeto feminino idealizado e sua transformação em objeto de destruição. Neste deslizamento, observamos, na maioria das vezes, um processo completamente estereotipado que parece intervir como uma *embreagem metapsicológica* que se manifesta sob a forma de uma atualização de violência, ou seja, da perda, único motor que dá ao desejo sua dimensão viva. Por trás do caráter espetacular da violência (tanto moral como física) identificamos a atualização de um processo bem conhecido: a *crise de histeria*. Ela sempre intervém como descarga libidinal dos investimentos eróticos do objeto do desejo. Com efeito, podemos tomar este acesso de violência como uma “*crise de histeria à la Charcot*”, que se apresenta sob uma forma abortada, o que não a impede de preencher o mesmo papel. Encontramos, se bem que sob uma forma diminuída, os principais grandes momentos da crise clássica de histeria. O período das *síndromes precursoras* é freqüentemente anunciado por uma *logorréia* bastante interpretativa. O *período clônico* é geralmente metaforizado por uma crise elástica espetacular. Quanto ao *período resolutório*, manifesta-se geralmente pela estereotipia dos desmoronamentos emotivos, das lágrimas, dos gemidos, e outras lamentações diversas. De resto, esta fase resolutória inaugura sempre a etapa seguinte: o tempo expiatório do perdão.

E fácil compreender que, sob diferentes aspectos, a economia desejante do histérico masculino pode, à primeira vista, pregar em favor da perversão. Todavia, esse quadro clínico, que evoca certos sintomas perversos, não participa em nada de uma estrutura perversa. A diferença estrutural absoluta entre estas duas organizações psíquicas se situa, essencialmente, em relação ao modo de inscrição do histérico na função fálica.

Terceira Parte

A estrutura histórica

X. Estrutura histérica e lógica fálica

Como fizemos para com a estrutura perversa, proponho que tentem cernir os traços estruturais fundamentais da histeria, isto é, pondo em evidência, na dialética do desejo e à vista do jogo fálico, o que se pode considerar como “pontos de ancoramento” das organizações históricas.

Convém então apontar os pontos de cristalização em que esta lógica fálica inflete segundo um modo específico e preponderante que se fixa, no presente caso, em torno da problemática do *ter* e do seu correlato *não ter*.

Por menos que se trate, na histeria, de um fato estrutural, nem por isso a passagem do *ser* ao *ter* deixa de constituir um acontecimento geral da dialética edipiana. Trata-se, portanto, de uma dimensão que intervém no horizonte de todos os processos de organização psíquica. O modo estereotipado de se encarregar do jogo constituído por esta problemática do *ter* é que será representativo da estrutura histérica.

Como sabemos, a passagem do ser ao ter é determinada principalmente pela intrusão paterna. O pai imaginário aí se manifesta intervindo especificamente como pai *privador* e *frustrador*. Do mesmo modo, aparece à criança como um pai *proibidor*.¹É, efetivamente, porque o pai é reconhecido pela mãe como aquele que lhe “faz a lei” (Lacan), que o desejo da mãe se revela à criança como um desejo inscrito na dimensão do *ter*. Enquanto o pai privador arranca a questão do desejo da criança da dimensão do *ser* (ser o falo da mãe), este pai conduz inevitavelmente a criança para o registro da castração.

Esse pressentimento da castração é aquilo através do que a criança descobre *não ser*, não só o falo, mas também *não o ter*, à exemplo da mãe, que descobre, ao mesmo tempo, desejar a criança ali mesmo, onde é suposta estar. O pai tem, assim, acesso

a sua plena função de *pai simbólico*, ainda mais que a mãe reconhece a palavra do pai como a única suscetível de mobilizar o seu desejo. Com efeito, nesta nova mobilização do desejo da mãe, tal como aparece à criança, esta última não pode deixar de instituir o pai imaginário num lugar onde ele é depositário do falo.

→ Insisto particularmente neste reviramento da dialética do ser ao ter na organização da estrutura histórica. Sobre este ponto e sua incidência no complexo de castração, Lacan nos traz um esclarecimento precioso:

"Para tê-lo, é preciso ter sido colocado que não se pode tê-lo, que esta possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo. Aí está o passo *que se deve dar*, é onde deve intervir, a qualquer momento, eficazmente, realmente, efetivamente o pai".⁴

→ (O jogo histórico é) por excelência, a questão desse "passo a dar" ~~na assunção~~ da conquista do falo. É através dessa conquista que a criança se subtrai à rivalidade fálica na qual ela se instalara tão bem que havia, até *imaginariamente*, alojado o pai. A assunção desta conquista do falo é, na verdade, o que Freud designava pela expressão *declínio do complexo de Édipo*. Fácil é então compreender que um declínio assim permaneça, pois, diretamente suspenso à questão da atribuição fálica paterna, ou seja, o momento preciso em que a lógica do desejo histórico vai se iniciar.

Como bem observa Lacan, é preciso que o pai, a um dado momento, dê a "prova" dessa atribuição. Ora, precisamente, toda a economia desejante do histórico se esgota sintomaticamente na *colocação à prova* desse "dar a prova".

Mais uma vez, o ensino de Lacan esclarece consideravelmente esta fronteira psíquica a propósito da qual o histórico tropeça *neuroticamente*:

"É no que ele (o pai) intervém como aquele que tem o falo e não como quem ele é que se pode produzir *isto que reinstaura a instância do falo como objeto desejado pela mãe e não só apenas como objeto de que o pai pode privá-la*"?

De fato, o histórico interroga e contesta infatigavelmente a atribuição fálica numa oscilação em torno desta "alguma coisa" que vai se desenvolver sob o fundo de uma indeterminação entre duas opções psíquicas: de um lado, o pai tem, de direito, o falo, e é por esta razão que a mãe o deseja junto a ele; por outro lado, o pai só o tem por dele privar a mãe. É sobretudo esta última opção

tí se fiAtna injustamente desprovido ...

que ^{car, mas a v'}alimentará a colocação a prova constante, mantida pelo histérico com relação à atribuição fálica.

Aceitar que o pai seja o único depositário legal do falo é engajar seu desejo para com ele à maneira de não tê-lo. Por outro lado, contestar esse falo enquanto não o tendo o pai senão por ter dele desapropriado a mãe é abrir a possibilidade de uma reivindicação permanente concernente ao fato de a mãe poder também tê-lo, ou mesmo ter ela o direito a ele.

Neste nível da dialética edipiana, compreendemos facilmente como toda ambigüidade, toda ambivalência, sustentadas pela mãe e pelo pai quanto a inscrição exata da atribuição fálica, podem aparecer como fatores favoráveis à organização do processo histérico. Se pude dizer que os obsessivos são uns *nostálgicos do ser*, pode-se igualmente dizer que os histéricos são uns *militantes do ter*.

Nesta reivindicação do ter, identificamos, evidentemente, alguns dos traços mais notáveis da histeria. Uma observação, todavia, deve ser feita: a diferença dos sexos não se dá sem algumas incidências. Segundo o sexo do histérico, a reivindicação ganhará contornos fenomenologicamente diferentes. Isto não impede que, fundamentalmente, esta busca (*quête*), ou mesmo conquista (*conquête*), inscreva-se numa mesma dinâmica: apropriar-se do atributo fálico de que o sujeito se estima injustamente desprovido. Que se trate, para a mulher histérica, "de bancar o homem", como dizia Lacan, ou, pelo contrário, para o histérico masculino, atormentando-se na busca de dar provas de sua "virilidade", a coisa em nada muda. De um lado como de outro, está em questão a adesão a um fantasma mobilizado pela posse suposta do falo; donde, em ambos os casos, a confissão implícita de que o sujeito não o poderia ter.

XI. Os traços da estrutura histérica

quadro de angústia > a econo

Temos o costume de dizer — é um lugar comum que percorre toda a literatura psicanalítica — que o sujeito histérico apresenta uma inclinação favorável aos *sintomas de conversão*. Da mesma forma, a histeria se caracterizaria também pela predominância da formação de *sintomas fóbicos* o mais freqüentemente conjugados com estados de *angústia*.

Todas essas indicações apresentam, efetivamente, algum interesse diagnóstico. Não deixam de ser incertas na medida em que participam apenas de uma classificação de sintomas. Ora, vimos que esses sinais clínicos permanecem sempre insuficientes para a determinação rigorosa de um diagnóstico. Intervêm apenas a título de informações provisórias que podem ser fortalecidas pelo balizamento de *traços estruturais*.

Uma coisa é ter presente no espírito a semiologia padrão do quadro clínico histérico. Outra coisa é assegurar-se de que uma semiologia assim teria apenas um valor nosográfico.

Admite-se comumente que a clínica histérica se divide em três grandes quadros:

- histeria de conversão
- histeria de angústia
- histeria traumática

Do ponto de vista dessa classificação nosográfica, cada tipo de histeria se distingue dos outros na base de uma semiologia essencialmente fundada na especificidade dos sintomas, a exemplo de qualquer classificação psiquiátrica.

Na clínica psicanalítica esta especificação permanece secundária. Efetivamente, em qualquer um desses três tipos, a economia do desejo histérico mantém-se fundamentalmente idêntica. Uma identidade assim só pode ser balizada segundo índices mais pro-

fundos que contribuirão para precisar a estrutura: os *traços estruturais*. Quer se trate de um paciente que privilegia a conversão somática; quer se trate, ao contrário, de um sujeito histérico engajado de maneira predominante nos sintomas fóbicos e nos componentes de angústia, tanto num caso como no outro, a intervenção terapêutica terá eficácia apenas se conseguir desmobilizar a economia neurótica do desejo, ou seja, se levá-la ao nível estrutural para além das manifestações periféricas (os sintomas).

Além disso, não devemos perder de vista que a expressão sintomática histérica está igualmente presente em outras organizações estruturais. Daí a vigilância que sempre devemos ter para com a decodificação rigorosa dos traços da estrutura em detrimento do despistamento dos sintomas.

* * *

estr. -- manifestos -
estrutural / sintomas
(sint.)

A propósito destes traços estruturais, devemos mencionar imediatamente o que se poderia chamar *a alienação subjetiva do histérico em sua relação com o desejo do Outro*. De fato, estamos aí na presença de um dos elementos mais constitutivos do funcionamento da estrutura histérica. Para daí compreender o caráter específico, devemos novamente partir da problemática do ter, que representa o próprio epicentro da questão do desejo histérico.

Se, fundamentalmente, o objeto do desejo edipiano, o falo, é aquilo de que o histérico se sente injustamente privado, ele não pode delegar a questão de seu desejo a não ser àquele que é suposto tê-lo. Neste sentido, o histérico não interroga a dinâmica de seu desejo senão junto ao Outro, que é sempre suposto deter a resposta ao enigma da origem e do processo do desejo em questão.

o falo

Isto já permite compreender em que o outro serve de suporte privilegiado aos mecanismos identificatórios. A *identificação dita histérica*¹ encontra assim sua origem no princípio desta alienação. Este suporte identificatório é tanto feminino quanto masculino.

Uma mulher histérica pode, por exemplo, identificar-se com facilidade a uma outra mulher se esta última é supostamente conhece a resposta ao enigma do desejo: como desejar quando se está privado daquilo a que se tem direito? A partir do momento em que uma mulher desejante se apresenta como "não o tendo", mas desejando-o apesar de tudo junto àquele que é suposto tê-lo,

esta mulher aparece de imediato, para o histérico, como aquela que lhe trará a solução para sua questão. Daí a identificação subsequente da histérica com seu "modelo".

Que fique claro que esta identificação é sempre um artifício neurótico, uma cegueira que em nada contribui para a solução esperada. Muito ao contrário, ela só faz redobrar a economia **neuroticamente** insatisfeita do desejo. De fato, como dizia Lacan, ela oculta o "passo a dar" que consiste em aceitar desde logo não ter o falo, para se permitir os meios posteriores para sua posse. Com efeito, aceitar *não tê-lo* é potencialmente poder **identificar-se** com aquela que não o tem mas que o deseja junto àquele que é suposto tê-lo.

Todavia, a identificação histérica pode, igualmente, se constituir a partir do modelo daquela que não o tem e que, por via de consequência, se dedica a reivindicá-lo. Observamos aí uma vertente **identificatória** que eu não hesitaria em chamar: *identificação militante*, ou ainda, *identificação de solidariedade*. Esta disposição leva às mesmas cegueiras de antes, já que denega, uma vez mais, a condição que sela a relação do sujeito ao desejo do falo.

—7/ i / Emtodososcasos, os processos **identificatórios** atestam o mais
das vezes a alienação **subjetiva** do histérico em sua relação com
o desejo do outro, especialmente sob a forma desta sujeição do
desejo ao que se pode supor, pressentir, até previamente imaginar,
que seja o do outro. Esta sujeição, por excesso de imaginário,
constitui um terreno favorável a todas as indústrias de sugestão.

A influência e a sugestão operam sempre, com efeito, sob o exercício conjunto de duas condições. Em primeiro lugar, é preciso que o outro que sugere tenha sido investido de imediato pelo histérico em um lugar privilegiado. É preciso, por outro lado, que o histérico reconheça em si os meios de poder responder ao que ele acredita que este outro espera dele. O lugar privilegiado de que falamos é o do *Senhor*, sempre instituído como tal pelo histérico, na medida em que ele é suposto saber aquilo que o histérico se esforça por desconhecer sobre a questão de seu desejo.

Neste sentido, cada um pode se encontrar, em um momento oportuno, investido nesta função de Senhor. As coisas se complicam bastante amiúde; sobretudo quando o entronizado nesta posição não apresenta alguma aptidão ao exercício do domínio. Daí a observação bastante pertinente de Lacan: "o histérico tem necessidade de um Senhor sobre o qual possa **reinar**".

No entanto, basta que o **outro** responda a alguns dos atributos que o histérico lhe atribui fantasmaticamente, para que se torne imediatamente o "eleito" diante do qual o histérico vai então poder desenvolver a cegueira própria aos impasses de seu desejo. Nestas condições, por mais que o "eleito" acolha esta posição fantasmática por algumas manifestações reais de domínio, o histérico redobra então imediatamente sua economia neurótica.

Podemos aprofundar um pouco mais adiante esta dimensão da alienação do desejo do histérico no desejo do outro, através do exame de alguns casos alegóricos correntes. Mencionemos, por exemplo, a dimensão do *fazer valer* que governa as relações de trocas inter-subjetivas de certos pares. Sujeitos histéricos apresentam, de fato, esta disposição singular que consiste em fazer abstração de todas as manifestações pessoais com o único fim de reforçar as de seu parceiro. Estes histéricos se colocam em cena, de preferência, como os defensores incondicionais das idéias, das convicções, das opções... do outro.

Estatisticamente, este fervor em se colocar a serviço do outro manifesta-se com mais freqüência na histeria feminina. Sujeitos assim colocam então toda sua arte e seus talentos para se regozijarem com o prestígio que o outro é suposto disso receber. Da mesma forma, os homens que se prestam a esta mascarada identificam-se eles próprios com o estatuto "de objetos que fazem brilhar", ou que põem em destaque, a que os condenam as histéricas.

Além disso, este caráter **sacrificial** obedece igualmente a um outro aspecto essencial da histeria: a dimensão do dado a ver. Este processo se realiza em favor de um deslocamento. Colocar-se a serviço do outro é sempre tentar mostrar-se a si mesmo através do outro e, assim, beneficiar-se de seu "esplendor". Um tal modo de dependência traduz sempre o fato de abdicar alguma coisa de seu próprio desejo em benefício de um outro. Trata-se portanto de uma captura, que é dupla: encantar-se a si próprio na expressão de seu desejo, mas igualmente emboscar o outro com ele se confundindo e fazendo valer sem cessar o desejo que se crê ser o seu.

Esta disposição histórica tem encarnações completamente estereotipadas. Assim, para agradar e tentar preencher o que ele imagina ser o prazer do outro, o histérico se engajará de bom grado na cruzada da abnegação sacrificial. Historicamente, en-

Engajadas de abnegação sacrificial

contramos aí, sob uma forma derivada, a função do missionário. Não esqueçamos o destino de Anna O... (Berta Pappenheim) que a levou a fundar este célebre grande corpo de benfeitorias: as assistentes sociais.

Em uma vertente mais masculina, evoquemos do mesmo modo os “antigos combatentes” que alimentam seus benefícios secundários de neurose, **prevalecendo-se** de todos os sacrifícios que aceitaram para o bem da família, do trabalho e de alguns valores igualmente seguros.

Por menos que a dimensão do ter subtenda de maneira permanente a economia histórica do desejo, nem por isso deixam de existir certas tendências nas quais, precisamente pela falta do ter, o histórico vai privilegiar sua identificação com o ser. O processo de identificação aparente com o falo não é em nada contraditório em relação à posição precedente. Pelo contrário, é inclusive uma consequência lógica da relação do histórico com o ter. Neste sentido, podemos ainda identificar aí um traço de estrutura característico da histeria.

Em todo sujeito histórico persistem, de forma mais ou menos invasora, os vestígios de um queixa arcaica que se desenvolve sobre o fundo de uma reivindicação de amor concernente à mãe. De fato, o histórico se viu freqüentemente como *não tendo sido amado o bastante pelo Outro*, como não tendo recebido todas as provas de amor esperadas da mãe. Esta frustração de amor inscreve-se sempre em referência ao jogo fálico. O histórico investe-se assim, nesta frustração, como um objeto desvalorizado e incompleto, ou seja, como um objeto derrisório para o desejo da mãe face ao que poderia ser, pelo contrário, um objeto completo e ideal: o falo.

1. *faliw*^A incidência mais manifesta desta relação desvalorizada com o objeto do desejo da mãe localiza-se no nível da *identidade do histórico*. Esta identidade é sempre insatisfatória, frágil, ou, dito de outra forma, parcial, em relação a uma identidade plenamente realizada, ou **seja, ideal**. Daí os esforços tão vãos quanto insaciáveis que o histórico desenvolve para se esforçar em realizar esta identidade. É fácil compreender a que tipo de fantasma responde esta atividade laboriosa do histórico para subscrever seu ideal de

identidade. Trata-se de tentar tornar-se o objeto ideal do *Outro* que o histérico supõe **jamais** ter sido. A medida desta suposição traduz a determinação particular que o sujeito irá impor então à economia de seu desejo.

Muito cedo, Freud chamou nossa atenção sublinhando que o histérico deseja sobretudo que seu desejo permaneça insatisfeito². Ele se fecha, de fato, em uma lógica psíquica sem par: para manter seu desejo, o sujeito esforça-se por jamais lhe dar um objeto substituto possível, a fim de que a insatisfação que daí resulta remobilize, assim, sempre mais longe, o desejo, nesta aspiração rumo a um ideal de ser.

Na medida em que aquilo que o histérico persegue é, antes de tudo, ordenado por esta identificação com o objeto ideal do desejo do Outro, podemos daí concluir que todos seus esforços são então colocados a serviço da *identificação fálica*. Não é portanto espantoso observar a aguda afinidade que o histérico demonstra para com todas as situações onde esta identificação imaginária é suscetível de *ser encenada*. Encontramos aí o que habitualmente é convencionado chamar-se o *narcisismo fálico* dos histéricos. Sabendo que este narcisismo fálico ordinariamente se inscreve no limiar da problemática da diferença dos sexos, com seu acme **resolutório** na aceitação da castração, esta estratégia histórica intervém então para *tentar frustrar a questão do ter, ou seja, o inevitável encontro com a falta*.

Este “narcisismo fálico” se exprimirá favoravelmente sob uma forma espetacular e imoderada: o dado a ver, isto é, posto em cena. Trata-se sobretudo, para o histérico, neste *pitiatismo*, de se oferecer ao olhar do Outro como encarnação do objeto ideal de seu desejo. Para fazer isto, o sujeito aí se identificará tanto por seu *corpo* como por sua *palavra*. O essencial sendo aparecer como um “objeto brilhante” que fascina o Outro.

Todas as oportunidades de sedução em que o histérico pode se engajar apóiam-se sobre este “brilho fálico”. Com efeito, na histeria, a sedução é sempre fundamentalmente colocada a serviço do falo, mais do que é colocada a serviço do desejo. Em outros termos, trata-se mais de fortalecer a identificação imaginária do falo do que desejar o outro. Apesar e contra tudo, é preciso *fazer desejar o outro*, fazer-lhe desejar este objeto fascinante que se dá a ver como o objeto que poderia preencher sua falta. Mas importa mais ainda deixar o outro em suspenso nesta mobilização. En-

do falo do que do desejo.

quanto o outro corre atrás de um tal objeto, o histérico pode assim manter o fantasma de sua identificação fálica. E nós bem sabemos que, a partir do momento em que o outro deixa de apenas "correr", e se mostra mais empreendedor em seu desejo, expõe-se, na maior parte das vezes, a ser dispensado de forma clara e devida. Os histéricos têm, com efeito, um grande domínio do "fim de não-receber".

Se, do ponto de vista da identificação com o objeto da falta no Outro, a problemática permanece idêntica nas mulheres e nos homens histéricos, já que se trata da relação com a castração, em contrapartida, segundo o sexo do sujeito, as estratégias neuróticas nos trarão perfis diferentes. Com efeito, caso se trate de uma mulher ou de um homem, a relação com a dimensão do ter será mobilizada, seja na vertente do *não ter*, seja na vertente de *ser suposto tê-lo*. Esta **bi-partição** em relação ao registro do ter vai então encontrar caminhos de realização bastante estereotipados de acordo com o sexo do interessado. E principalmente em torno do problema da *relação com o sexo* que vão se desenhar mais nitidamente um *perfil histérico tipicamente feminino e tipicamente masculino*.

XII. A mulher histérica e sua relação com o sexo

Enquanto subtendida pelo desejo, a relação com o sexo do outro é sempre *desejo do falo no outro*. Uma mulher pode assim encontrar, junto a um homem, o que ele absolutamente não tem. Mas, reciprocamente, é algo da dimensão fálica projetada na mulher que mobiliza o desejo de um homem junto a ela. Em um caso como no outro, trata-se, deveras, para cada um dos protagonistas respectivos, de *ser suposto ter o que o outro não tem*. Outra maneira de dizer que a dimensão da *falta* governa a relação com o sexo.

De uma certa maneira, constituir-se como podendo ser o falo do outro é sempre recusar aceitar o encontro com a falta: temos aí a posição fantasmática estereotipada do histérico. Inversamente, o reconhecimento da falta é sempre reconhecimento da castração do outro. Isto permite compreender a circulação do desejo entre uma mulher e um homem, a qual é imperativamente suspensa pelo reconhecimento recíproco da castração no outro. No homem, esta circulação inicia-se na medida em que ele se apresenta à mulher na dimensão do: "*eu não tenho o falo*"; para a mulher, naquilo em que ela se apresenta, na dimensão do: "*eu não sou o falo*". A partir disso, compreendemos imediatamente como o sujeito histérico se inscreve em uma problemática impossível em sua relação com o sexo do outro. Impossibilidade sintomática atestada pela insatisfação do desejo que é alimentada pelo fato de o histérico não reconhecer nunca estas duas expressões da castração.

Examinemos, sem mais delongas, estes dois aspectos sintomáticos da relação com o sexo, primeiramente na histeria feminina; depois, no capítulo seguinte, na histeria masculina.

* * *

Esta relação com o sexo é muito amplamente **sobredeterminada** por um certo número de registro da realidade, onde a lógica

histórica do desejo vai encontrar pontos de apoio favoráveis. Se bem que estes pontos de apoio da realidade são, enquanto tais, diferentes, não deixam de ser menos eletivamente escolhidos, na medida em que servem a um mesmo objetivo: o *ideal* ao qual o histórico sacrifica sem calcular.

Em nome deste ideal, parece evidente que o *cuidado de perfeição* vai mobilizar a mulher histórica sem descanso. Trata-se, aliás, mais exatamente, de uma exigência na relação com a perfeição que encontrará, justamente, seus suportes privilegiados em certos estereótipos culturais e ideológicos, a começar por esta colusão entre o *belo* e o *feminino*.

Uma coisa é constatar na mulher histórica o quanto o cuidado com o belo é um constante perseguidor, outra coisa é ver como o belo vem encaixar-se no feminino ao preço de suplantá-lo. Curiosamente, observamos, na maior parte do tempo, que esta preocupação com a beleza, sujeitada ao ideal de perfeição, permanece, na maior parte do tempo, expressa de um modo negativo. Existe uma coleção de apreciações favoritas destinadas a circunscrever esta reivindicação: "não sou bastante isso"; "sou muito isso"; "sou feia"; "meu corpo deveria ser assim", "meu rosto deveria ser assado"; etc. São fórmulas inúmeras vindo justificar esta exigência de beleza que atormenta a histórica, incessantemente.

A primeira vista, o que está em jogo aí, na histórica, não é nada muito diferente do que observamos em todos nós: a colocação à prova do narcisismo comum a todos. Na histórica, esta colocação à prova narcísica simplesmente toma proporções extremamente invasoras. A histórica hipostasia, de modo absoluto, a *dimensão* ordinária do narcisismo. Ela faz isso, na medida em que a fantasmagoria pessoal da beleza está *habitualmente* ligada àquilo através do que cada um quer ou pode agradar. Ora este *querer agradar ao outro* não está, em si, de forma alguma, sujeito à necessidade de uma exigência totalitária de beleza, isto é, a uma perfeição tal que a apreciação do julgamento do outro sobre nós possa fazer o papel de *lei*. Naquilo que este *querer agradar* permanece tributário de certas manifestações de considerações provindas do outro, ele não exige que seja necessário atingir um *summum* de perfeição para daí receber a garantia.

A histórica não apreendeu completamente esta discriminação. Com efeito, subsiste sempre a secreta esperança de chegar a atingir este auge de perfeição. Neste ponto, o jogo histórico é cego

demais, isto é, fiel a si mesmo: interpelar o outro de tal maneira que ele fique tão completamente fascinado quanto subjugado. Neste caso, a empreitada desenfreada da histérica significa aderir ao fantasma persistente de um outro que poderia ficar completamente siderado pela encarnação desta perfeição.

Felizmente, isto não acontece nunca em relação a um outro sexuado. A histérica é o juiz mais tirânico desta ascensão pelo lado do ideal da perfeição. Nada será belo o bastante para neutralizar o rastro das imperfeições, para apagar os vestígios dos defeitos. Esta exigência despótica, inevitavelmente, chama as manifestações sintomáticas, onde a mais impressionante é a *indecisão permanente* da histérica em relação a qualquer coisa.

Quer se trate das coisas mais ordinárias da vida cotidiana, ou de negócios menos banais que engajam a ordem das coisas a um termo mais longo, a estratégia sintomática permanece idêntica, concernindo, por exemplo, à escolha de uma roupa, de um par de sapatos, de uma marca de pasta de dentes, ou, até mesmo, de um parceiro amoroso. Quando, assim mesmo, a escolha acaba por se fazer, tanto por desgaste como por cansaço, o objeto eleito continua sua carreira de incerteza, dúvidas e arrependimentos. As negociações intermináveis que daí resultam apenas redobram a hesitação inicial: nenhum objeto escolhido será suscetível de garantir ou de preencher sua função de maneira melhor apropriada do que aquele que foi precisamente relegado.

Evidentemente, é ao nível da escolha de um parceiro amoroso que o problema da hesitação vai culminar. Neste terreno, a histérica sofre, com efeito, por não se ter nenhum critério ideal de garantia. Levando-se em conta a natureza do investimento concernido, a histérica se tortura à vontade em seus negócios amorosos. Ela não deixa de atualizar, aí neste espaço, os traços mais característicos de sua estrutura.

Estar ali sem realmente estar constitui, para a histérica, em sua relação com o outro, uma porta de saída salutar, para o caso de não se tratar de uma boa opção. Esta disposição ganha toda sua importância do ponto de vista da economia do desejo histórico, cuja constante é permanecer insatisfeita.

Nesse sentido, pode-se dizer que a busca infernal da perfeição vem justamente nomear, para traduzir seu próprio negativo: *a convicção permanente da imperfeição*. Compreendemos então por que a histérica pactua facilmente com a dimensão do *fazer*

parecer, através do que esforça-se para mascarar imperfeições com que se sente psiquicamente afetada. Tudo presta para servir de máscara: roupas, enfeites, representações, identificações ostensivas. Tudo vem a propósito para tentar tornar mais atraente ao olhar do outro algo que se presume não sê-lo. Aí encontramos o elemento mais essencial de sua inconsistência, de sua labilidade.

Em torno desta problemática, à imperfeição física se ligam, igualmente e com facilidade, a imperfeição moral e intelectual. Do mesmo modo que não está segura de uma perfeição física, a histérica não se acha tranqüila em sua consistência intelectual. A imperfeição nunca se limita apenas ao dado-a-ver do corpo. Estende-se igualmente à inteligência e ao espírito. De maneira que o "fazer parecer" intervirá neste novo registro segundo as mesmas técnicas de camuflagem. Por trás desta expressão favorita: "eu não sei nada", a histérica traduz seu abatimento pelo fato de jamais ser o bastante inteligente ou culta ao olhar do outro. Esta disposição freqüentemente assume o aspecto de um autêntico complexo de perseguição pelo lado do intelecto. Esta queixa permanente encarna-se em inibições sintomáticas, das quais conhecemos bem os *leitmotiv*: "leio livros, não guardo nada"; "não compreendo nada de tudo que me ensinam", etc.

A relação com o saber constitui um terreno eminentemente favorável à atualização dolorosa das imperfeições. De fato, é muito mais difícil restaurar as falhas intelectuais por artifícios ou operações ilusórias, como pode ser o caso pelo lado dos defeitos físicos. Nada melhor que uma histérica para denunciar tais artifícios quando estes tentam iludir pelo lado do saber. Deste ponto de vista, as históricas são os juízes e os censores mais implacáveis: nenhuma lacuna poderia ser dissimulada na medida em que a relação com o saber não suporta nenhuma fraqueza. A histérica subscreve sem restrição este fantasma totalitário: "ou se sabe disso; ou, se este não for o caso, nada se sabe". Desde logo, pretender saber, assim mesmo, alguma coisa, quando não se pode dar a prova de que se sabe tudo, é a indignidade, a própria impostura. Evidentemente, este argumento "fascista" estende-se, além de ao saber propriamente dito, àqueles que são supostos dominá-lo, assim como aos lugares onde ele é ensinado.

Dessa forma, a histérica é levada a se persuadir antecipadamente de que não conseguirá nada dominar do saber por menor que seja. Em tais condições, existe a solução que tudo quita, o "fazer

parecer”: tentar desesperadamente ser o reflexo do saber de um outro. Para ter acesso ao pensamento de um outro, ela se torna seu apoio incondicional numa empreitada de adesão imaginária, e toma o partido de tornar-se dele o puro e simples eco. Uma vez mais, identificamos este traço estrutural da histérica que consiste em estar lá sem todavia estar realmente do lado de seu desejo. Fazendo-se porta-voz do saber de um outro, ela neutraliza suas próprias lacunas. Esta "megafonia" é subtendida pela preocupação constante em agradar ao outro e em constituir-se como objeto que poderia preencher sua falta. Agradar ao outro é primeiramente pensar como ele, em seguida falar como ele, e, no melhor dos casos, se o terreno estiver pronto, pensar e falar como ele, mas em seu lugar. Uma semelhante inconsistência pactua com o projeto de se dissolver no desejo do outro e de só existir como seu puro reflexo.

Através desta disposição, encontramos, está claro, a servidão privilegiada que a histérica mantém para com o sujeito eleito para o lugar de *Senhor*, instituído, previamente, como aquele que não pode não saber tudo. E sob esta condição que a histérica se esforça por se fazer o reflexo do pensamento dele. Donde esta aptidão característica do discurso histórico em se fazer discurso do discurso de um outro. Neste sentido, ele pode se fazer discurso de todos, já que é discurso de empréstimo.

Em nome desta subscrição incondicional da perfeição, uma outra manifestação característica da histérica merece ser examinada: o problema da *identificação com a mulher* que atormenta toda histérica na medida em que ela aí joga a questão de sua *identidade feminina*. É lugar-comum constatar que a histérica fixa sempre este ou aquele modelo feminino para tentar assumir sua própria feminilidade. Historicamente, evoquemos o caso de Dora que era subjugada pelas qualidades e encantos de Madame K..¹ Muito cedo, Freud pressentira, nos avatares deste processo identificatório, uma das constantes mais fundamentais do funcionamento histórico. Lembremos de imediato que é nesta dimensão que surge e se desenvolve qualquer homossexualidade histérica, que é mais ligada ao processo da identificação do que à dimensão da escolha de objeto amoroso.

Se a histérica tão facilmente se deixa subjugar por uma outra mulher investida como modelo, é porque esta última é suposta poder responder à questão crucial da histérica: *o que é ser uma*

mulher? Por causa desta questão central, a homossexualidade histórica não consiste em eleger uma mulher como objeto de amor ideal. Pelo contrário, nesta promiscuidade homossexual, a histórica busca, antes de mais nada, ser como ela, pensar como ela, viver como ela, fazer amor como ela, ter os mesmos homens que ela, etc. Em outras palavras, trata-se, essencialmente, de “vampirizar” esta outra, que ela supõe ter conseguido, à perfeição, sua identidade feminina.

Este modo de “vampirização” do modelo feminino permite compreender certos aspectos das relações que as mulheres históricas mantêm com os casais. A apropriação completa do modelo feminino requer, no mínimo, o compartilhar das suas escolhas e preferências, até o fim. Não há, então, aí, senão um “passo a dar”, para lhe roubar seus parceiros amorosos. A experiência mostra o quão facilmente certas históricas libertinam os parceiros masculinos das suas amigas. Ainda mais que o companheiro da outra mulher será sempre mais bem “equipado” do que o seu próprio. A questão da escolha certa volta à carga: o outro homem tem sempre algo a mais ou melhor que o que está em uso. E o que se passa com o outro homem ou com a roupa ou os sapatos que não haviam sido escolhidos: revelam-se infinitamente mais satisfatórios do que o que se tinha pego. Onde a mesma encenação, a mesma queixa, e as mesmas desilusões.

E verdade que o problema de escolha de um parceiro amoroso é aquele em que a mulher histórica lançará, o mais distante possível, sua adesão ao ideal de perfeição. Por esta razão, o *desafio* terá um lugar essencial. A histórica tenta reter aquele de quem ela possa se assegurar que responderá, de antemão, a todas as suas exigências. Com esta estratégia, a histórica deixa de ver que selecionou, malgrado ela, o meio de nunca encontrar homem algum à altura da situação esperada. Onde o gosto imoderado de certas mulheres históricas na escolha de um parceiro impossível: quanto mais inabordável, melhor se poderá sustentar a ilusão de que o feliz escolhido não será decepcionante.

Compreende-se assim esta propensão favorável, das históricas, em apontar sua escolha para um parceiro “estrangeiro”, não só, aqui, no sentido comum do termo, mas sobretudo em razão do seu caráter radicalmente “outro” (*heteros*). Quanto mais estrangeiro, mais será mantido imaginariamente como parceiro inacessível. Se além do mais seu estatuto de “estrangeiro” o mantém, na

realidade, numa distância importante ou mais ou menos permanente da histórica, ele se torna o parceiro dos sonhos. Por outro lado, tão logo o “**estrangeiro**” se faça mais cotidiano, mais imediato, suas aptidões ideais caem em queda livre: torna-se de imediato tão decepcionante quanto os outros. Donde este fantasma histórico, fartamente alimentado, de ser a mulher de um navegador de longo curso (“é formidável, pois é tão bom quando a gente se **revê...**”), ou de ser a companheira de um engenheiro preso vários meses do ano nos confins da Antártica. Esses tipos de figura são bem pouco freqüentes, mas neste tema, pode-se imaginar toda uma série de variações livres. A mulher histórica pode se alinhar com soluções mais pragmáticas, que consistem em proteger a representação imaginária do homem ideal, escolhendo um parceiro amoroso engajado além. E tanto ele aparecerá como o único conveniente que, justamente, será já o homem de uma outra mulher. A histórica pode então se desconsolar, como convém, já que, de todos os parceiros masculinos, o único que a interessa é, precisamente, este, impossível.

Nessas diversas atribuições que a histórica desenvolve com relação a seus parceiros amorosos, podemos pôr em evidência uma constante específica: a *queixa surda* ou, pelo contrário, francamente *folclórica*, que mantém, com relação aos homens. Percebe-se que tudo que pudesse fazer papel de critério de seleção transforma-se em seu contrário.

Apesar de tudo, existe um terreno eletivo para recolher a expressão da queixa histórica: o da criteriologia sexual. Conscientemente ou não, a mulher histórica mantém, no mais das vezes, uma vigilância especial ao nível da performance sexual, tanto no aspecto positivo quanto no negativo. **O** importante não é isto. **E** preciso sobretudo que a coisa dita sexual seja objeto de um discurso de reivindicação. A histórica pode, desse modo, sempre querer o homem de uma outra mulher, porque suposto ser mais potente, mais experimentado, até mesmo mais infatigável. Mas, da mesma maneira, sua queixa poderá mostrar uma criteriologia esportiva do mais alto nível.

Uma reivindicação dessas funciona bem na medida em que geralmente encontra uma resposta favorável do lado masculino. Donde esta lamentável competição fálica das mulheres históricas que vem encorajar a derrisão masculina da corrida à virilidade. De um lado, retemos as reivindicações históricas estereotipadas:

"ele não sabe me fazer gozar"; "ele não faz amor o bastante comigo"; "tem o membro grande demais" ou, segundo o caso, "pequeno demais"... Por outro lado, tomamos conhecimento da suscetibilidade masculina infantil, convocada por essas reivindicações no terreno de um questionamento fálico. Angustiado no nível da sua fantasmagoria viril, o homem não pode deixar de acrescentar um pouco, ao nível da "performance": deve dar a prova de que a coisa não é como sua parceira diz. Nesta competição trágica, os mal-entendidos deploráveis atingem os mais altos níveis, pois o homem, interpelado em sua virilidade, quer, antes de mais nada, dar a prova de que não é "impotente". A histérica saberá, então, tirar partido da recrudescência dos esforços do parceiro para fazer disto um novo objeto de decepção: "ele quer sempre fazer amor comigo, sem nem mesmo perguntar se tenho vontade..."

Nessas relações selvagens, se, de um lado, a mulher histérica não sabe realmente o que reivindica com suas queixas sexuais, deve-se convir que, de outro lado, seu parceiro masculino permanece na mesma cegueira, cultivando um total desconhecimento do que uma mulher lhe pede. A histérica que se queixa de não estar sexualmente satisfeita, mais freqüentemente, sem se dar conta, adotou uma posição masculina. Adere ao universo imaginário da competição fálica. Sua queixa sexual atesta diretamente a ilusão dos critérios de consistência ou de inconsistência sexuais que os homens deram a si próprios com relação ao ideal da perfeição viril. De fato, os homens que se vêem presos, contra a vontade, no medo da falha ou da insuficiência sexual, são freqüentemente levados a adotar uma atitude "artificial" e de "fazer de conta" com relação a qualquer reclamação feminina que pudesse lhes ser feita quanto a isto. Ora, as mulheres conhecem muito bem os truques, as mentiras, as precauções laboriosas que os homens usam para evitar o confronto com semelhante ameaça ao narcisismo.

Se a reivindicação sexual da histérica toma um perfil desses, é porque está segura de encontrar, nos homens, respostas favoráveis e convenientes. Quanto mais a histérica se queixa de insatisfação sexual, mais ela mobiliza a insatisfação sexual masculina. Inversamente, quanto mais o homem se ofusca na sua segurança sexual, mais ele dá prova, com suas performances, de ter a histérica razão por esperar sempre mais. É bem conhecido este

diálogo de surdos **tragicômico**, do qual os combatentes saem bem extenuados. Resumindo, a histérica só sustenta este tipo de reivindicação porque aí põe à prova a certeza de sua insatisfação.

A mulher histérica não pode fixar sua escolha no primeiro homem que se apresente, visto ser necessário que a escolha se mantenha potencialmente passível de revisão. Ela é sempre, ou quase, recheada de tentativas e erros que vêm a calhar para sustentar mais adiante a "hesitação histérica". O companheiro selecionado só o é, no mais das vezes, porque se segue a uma desdita, ou a uma ruptura sentimental. A histérica não deixará de lhe significar só ter sido escolhido por despeito, que é um parceiro de "segunda mão". Chegamos aí ao paradoxo psíquico que sustenta a dimensão desejante do histérico em sua relação com o outro. Por um lado, o outro "eleito" só o é tendo em vista as exigências de perfeição que o prendem numa relação de investimento privilegiada. Por outro lado, este eleito revela-se, de antemão, desinvestido deste lugar privilegiado, pelo menos no sentido de que a histérica lhe significa que ele toma o lugar de um outro que contou muito, um outro até mesmo inacessível, que melhor lhe conviria. Um parceiro assim é sempre, então, escolhido por falta de um outro.

Nesta problemática, a dimensão do corpo se torna prioritária para a histérica. Ela "dá" o seu corpo ("dei-me a ele"). Esta dimensão imaginária do dom induz a *posição sacrificial* da histérica, amplamente sustentada pela ideologia **sócio-cultural** fálica contemporânea. Pelo viés de uma tal ideologia, a mulher histérica aparece imaginariamente como aquela através da qual o homem pode vir a ser, aquela pela qual a incompletude do homem pode receber um objeto de satisfação tão perfeito quanto possível. Não surpreende, então, que a histérica escolha "o homem importante", isto é, aquele junto ao qual ela se achará indispensável para, justamente, apoiar alguma coisa dessa importância: "se eu não estivesse aqui..."; "sem mim você não seria nada..."; etc.

Neste ponto, devemos dar precisão quanto à natureza particular da relação imaginária que existe entre o "homem importante" e o "pai" da histérica. Um erro comum consiste em pensar que a histérica busca sempre um homem que substitua uma imagem paterna. O homem procurado — e eventualmente encontrado — nunca é uma pura e simples reprodução do pai. O que a histérica busca num homem é um *pai completo*, ou seja, um pai tal como

nunca existiu. Através da escolha de um parceiro masculino a histérica quer, antes de mais nada, preencher as ausências imaginárias do pai. Ela está disposta a emprestar-lhe tudo o que faltava ao pai: ser mais forte, mais bonito, mais potente, etc., do que foi o pai. E, aliás, neste sentido, e somente neste, que um homem assim pode ser o Senhor que a histérica busca.

Em torno desta problemática se organiza toda a consistência do *fantasma de prostituição* familiar às mulheres histéricas. Este fantasma se sustenta na posição sacrificial para com um só homem, mais que para com todos. A prostituta pode se *vender* a todos os homens na estrita medida em que a mitologia fantasmática pede que ela se *dê* a um só: o protetor que está em posição de Senhor. Ele é "senhor" dos corpos. Mas não a qualquer título! Não em nome do domínio de técnicas ou de aptidões especiais em possuir mulheres e em fazê-las gozar. O nervo do fantasma histórico da prostituição passa sobretudo pelo fato de **que o "senhor dos corpos" é aquele que falta**. E o motivo por que a prostituta lhe paga. Ele precisa dela e do seu dinheiro para estar completo. E quanto mais paga, mais ela o investe como tal. E, aliás, por esta razão que este fantasma é tão facilmente mobilizado no contexto da situação analítica.

Há aí uma posição subjetiva bem específica da histérica para com um homem, na medida em que existe algo que falta a ele. Esta posição é diferente da relação com o outro, que assinalamos precedentemente, onde a histérica oferecia sua perfeição a um Senhor suposto tão perfeito quanto ela. Aqui, a histérica é suposto deter o que falta ao outro e a ele o oferece. Por menos que esta "oferenda" ganhe uma certa dimensão, caímos bem perto de uma posição psicótica. De fato, basta que a convicção de deter algo que falta ao outro torne-se **uma** certeza, para que se possa observar como a histérica pode bascular, num momento delirante fugidio. Se isto só acontece excepcionalmente, é porque o Senhor nunca ocupa realmente o lugar designado pela histérica. Não está mais à altura e rapidamente revela-se um Senhor decepcionante. Não mais assumindo, então, as exigências ideais consentidas pela histérica, torna-se apenas um objeto de insatisfação.

XIII. A histeria masculina

A histeria masculina não tem a mesma **história** que a histeria feminina, mas enquanto estrutura psíquica, esta afecção neurótica interessa tanto ao homem como à mulher.

Evidentemente, a histeria masculina permanece, ainda em nossos dias, consideravelmente reforçada pelo auxílio de uma dissimulação médica, que é principalmente **diagnóstica**. A medicina resiste muito em identificar, no homem, esta afecção neurótica que, assim, se beneficia de toda uma série de camuflagens. Como exemplo destes artifícios, encontramos freqüentemente a busca de uma razão exterior ao sintoma, a evidenciação de uma “**causa honrosa**”. Tudo se passa como se importasse ir buscar no outro, ou na circunvizinhança exterior, uma causalidade que não existe senão em si mesmo. Neste sentido, compreendemos por que uma das etiologias mais freqüentemente citadas para servir de muralha a esta dissimulação é o *traumatismo*. Por pouco que o traumatismo de ressonância psíquica se encontre associado a um traumatismo físico, a histeria masculina então torna-se ainda mais mascarada. Citemos, por exemplo, a ocorrência dos acidentes do trabalho, até mesmo ainda fatos de guerra, e dispomos de categorias clínicas codificadas para nos encarregarmos do travestimento da causalidade que governa a expressão dos sintomas. As *neuroses pós-traumáticas* e as *neuroses de guerra* permitem apreender a duplicidade desta mascarada.

Para melhor exorcizar a culpabilidade pressentida pelo sintoma, basta perverter o quadro clínico com algum “reconhecimento oficial” — rendas, pensões, inclusive alguns títulos honoríficos — então a histeria masculina assim reconhecida, indenizada, decorada, pode melhor se estampar, já que a consideração social constitui, para ela, o mais seguro meio de não ser nunca desalojada nas molas propulsoras de sua neurose.

Claro, nem todas as histerias masculinas tiram proveito de um travestimento desta natureza. Mas a insistência que certos homens põem em mostrar as seqüelas psíquicas de seu traumatismo deve fazer pensar na histeria, sobretudo quando estes traumatismos não estão diretamente relacionados com seqüelas físicas características.

Do ponto de vista da sintomatologia clínica, a histeria masculina não consegue se distinguir da histeria feminina. No máximo, nós a vemos apresentada de outra forma, isto é, percebida nas referências de um discurso médico que emascula os transbordamentos imaginários habitualmente consentidos à expressão invasora da histeria feminina. A histeria masculina não tem trinta e cinco séculos de história a seu favor!

Por exemplo, as grandes crises histéricas — chamadas "grandes crises à la Charcot" ou "grandes ataques da Salpêtrière" — aparecem quase inexistentes no contexto da histeria masculina. Ela cede o passo a manifestações menos espetaculares do tipo mal-estar, lipotimias, estados de fadiga difusos...

Existe, no entanto, uma expressão sintomática que evoca metaforicamente, na histeria masculina, a "grande crise": é o acesso de cólera¹ freqüentemente acompanhado de crises clásticas e cuja causa é freqüentemente alegada em nome da contrariedade. As ditas contrariedades aparecem o mais das vezes como benignas e ligadas a obrigações ordinárias da vida cotidiana. Entretanto, estas inevitáveis obrigações são sistematicamente expressas em detrimento de si, de uma maneira suficientemente importante para traduzir um mal-estar que não pode ser neutralizado de outra forma senão através da descarga psíquica de um acesso de cólera. Outra maneira de dizer que esta crise de cólera é uma verdadeira *confissão de impotência* que traveste uma descarga libidinal.

Enquanto não encontrávamos no homem certas expressões características da histeria feminina (anestesia, paralisia, contrações, perturbações sensoriais, manifestações polivalentes de conversões), indentificávamos certos aspectos de temores orgânicos que evocam algumas vezes a hipocondria: temores e afecções cardíacas com todos os sinais precursores *ad hoc*, afecções articulares, dispepsias diversas, perturbações neuro-vegetativas mal circunscritas, etc. Em contrapartida, o lote ordinário das algias de conversões múltiplas é tão freqüente no homem como na mulher. A elaboração psíquica e a função disfarçada dos sintomas têm papéis comparáveis para os dois sexos.

Por exemplo, esta preocupação com o "dar a ver", com o "dar a ouvir", evocada anteriormente, permanece bem presente na histeria masculina. Todavia, lembremo-nos que na mulher histérica o "dar a ver" é sempre dar a ver *alguma coisa do corpo*. Em contrapartida, no homem, o "dar a ver" concerne ao *corpo inteiro*.

Através deste "dar a ver", o que é fundamentalmente trazido à baila é o desejo de aparecer, o desejo de agradar, no final das contas, uma demanda de amor e de reconhecimento. Isto explica, na histeria masculina, esta tendência essencial à sedução. O homem "se" mostra como tal mais do que mostra alguma coisa. Daí os inevitáveis comportamentos de ostentação. Para fazer isto, são idênticos os meios no homem e na mulher: os artifícios são prioritários.

Na histeria masculina, a *sedução* se constitui como o suporte privilegiado de uma negociação de amor. Para se certificar de ser amado por todos, o histérico masculino oferece seu próprio amor sem se poupar. Trata-se, está claro, de um amor de fachada, na medida em que o homem histérico é incapaz de se engajar além da sedução. Já que não pode renunciar a ninguém, importa-lhe antes de tudo receber o amor de todos. Todavia, querer ser amado por todos é sobretudo não querer perder nenhum objeto de amor. Encontramos aí um dos componentes preponderantes da histeria: a insatisfação.

Em nome de sua estratégia de amor, o histérico masculino é partilhado entre diversos outros junto aos quais engaja-se com facilidade no mesmo tempo. Encontramos aqui a hesitação permanente do histérico observada em outros setores: ao nível da escolha de uma atividade profissional, de uma decisão importante a tomar, da escolha de um parceiro a conservar, etc.

E portanto sempre o interesse que o outro demonstra para com um objeto que se torna, como tal, objeto de desejo para o homem histérico. Daí a posição potencial de *vítima* que o predispõe a quaisquer empreitadas de sugestão. Como contrapartida, o histérico desenvolve de maneira permanente aquela lamentação de não poder se aproveitar do que possui: "a carreira do outro teria sido mais conveniente", "a mulher do outro teria sido seguramente mais satisfatória, já que mais desejável", "a roupa que não compramos teria sido mais adequada", etc. Podemos dizer que a divisa do homem histérico é a de colocar em primeiro lugar sua *incapacidade de gozar*, ou a de não tirar proveito do que ele tem, em

prol da lamentação pelo que não tem. Todavia, mesmo obtendo o que não tem, se tal possibilidade lhe for dada, isto levará de qualquer modo a um fracasso, já que sua estratégia é destinada a manter a insatisfação.

Existe, de fato, um traço de estrutura próprio à histeria **masculina**: *o fracasso ou o comportamento de fracassado*. Quando o histérico consegue obter o que cobiçava no outro, imediatamente apressa-se em fracassar. O terreno das carreiras **profissionais** constitui um espaço particularmente privilegiado na medida em que os fracassos aí podem se realizar de uma maneira bastante espetacular sobre o modo vitimista oferecido ao olhar de todos.

Disposmos aí de uma terminologia bem específica para ratificar o que, no fim das contas, não é senão um traço da estrutura histérica: *a neurose de fracasso ou a neurose de destino*.

A neurose de fracasso é uma especificação nosográfica introduzida por René **Laforque**² que queria valorizar esta configuração psíquica específica através da qual sujeitos demonstram ser, à revelia, os artesãos de sua própria desgraça, no sentido em que parecem não poder suportar obter o que parecem mais desejar: *é o fracasso diante do sucesso*. Tudo se passa como se o sucesso desencadeasse um mecanismo de auto-punição para que a satisfação seja recusada.

Esta compulsão à repetição do fracasso lembra diretamente o que Freud designava como *neurose de destino*. Esta estratégia sintomática evidencia o indefectível retorno de um encadeamento de acontecimentos dramáticos. Mas este retorno é tal que o sujeito pode lograr-se a si próprio sobre sua participação pessoal: "é o destino", "**foi** a fatalidade mais uma vez". Como Freud observou muito bem, esta existência de fracasso é modelada previamente pelo sujeito, mas de tal maneira que a repetição de determinações inconscientes toma sempre a envergadura de acontecimentos exteriores imprevisíveis.

Existem certos paliativos e certos processos de supercompensações ante esta síndrome de fracasso. Descubramos desde logo como este fracasso diante do sucesso se estabelece. Na maior parte do tempo, observamos a coalizão de duas séries de elementos incompatíveis. De um lado, uma tendência ostensivamente mobilizada pelo histérico de mostrar suas ambições, seus dons, suas potencialidades de êxitos. De outro, uma tendência vitimista que consiste em imputar à realidade exterior o fracasso da reali-

zação da primeira tendência. Em outros termos, tudo se passa como se o indício ou o elemento suscetíveis de dar crédito à promoção do sujeito funcionassem como sinais destinados a desencadear o mecanismo de compulsão à repetição. A partir do momento em que o histérico obtém a garantia de que a promoção de seu desejo é virtualmente realizável, ele se torna imediatamente inapto a assumi-la. Resulta daí o estabelecimento de estados ansiosos, depressivos, até mesmo **neurastênicos**, idênticos aos que encontramos na histeria feminina. É na base desta inaptidão inconscientemente orquestrada pelo histérico que pode se desenvolver toda uma série de processos de supercompensação cujas duas opções mais habituais são o *alcoolismo* e a *prática dos tóxicos* (nem todos os alcoólatras e toxicômanos são por isso histéricos).

Devemos compreender qual é a função exata destas práticas tóxicas no terreno da histeria masculina. Desde logo assinalemos que o alcoolismo masculino é freqüentemente um alcoolismo neurótico que se elabora sobre um fundo de histeria. Álcool e droga permitem, com efeito, assegurar ao histérico uma nota compensatória em seu ser masculino, como veremos mais tarde a propósito de sua relação sexuada com o **outro**.³ Trata-se de tentar aparecer "como um **homem**" lá onde precisamente o histérico se queixa de jamais poder chegar a sê-lo. O mediador "tóxico" permite assim ao histérico dar o troco ao outro, quer se trate de uma mulher ou de um homem. Em relação a uma mulher, isso lhe permite cultivar a ilusão de realmente deter o que ele acredita esperar ela dele (possuir o objeto fálico). Em relação a um homem, autoriza, igualmente de modo ilusório, a se apresentar diante dele como um rival possível, isto é, igual a ele, enquanto suposto ter aquilo de cuja falta se queixa o histérico. Nos dois casos, identificamos bem esta ambivalência histórica que subten- de toda sua problemática **sexual**: existir para si e parecer sob o olhar do outro; ou ainda desejar para si próprio e desejar apesar de si através da avaliação do que o outro supostamente espera do ponto de vista de seu desejo.

XIV. A relação com o sexo no histérico masculino

A problemática singular que o histérico masculino mantém com o sexo inscreve-se logicamente nesta dimensão da relação com o outro em que o sujeito se esforça em querer agradar a todos. Todavia, esta relação com o outro feminino é de antemão alienada em um certo tipo de representação da mulher como mulher idealizada e **inacessível**¹. Daí o freqüente desenvolvimento de comportamentos de evitação para com uma confrontação direta e pessoal com a mulher no terreno sexual.

Resulta daí a instituição de manifestações perversas das quais uma das mais freqüentes é a *máscara* ou a *encenação* homossexuais. Não se trata de uma homossexualidade verdadeira, que se fundaria sobre uma escolha de objeto de amor exclusivamente masculino. No máximo, assistimos a uma paródia homossexual na medida em que é suscetível de induzir compensações secundárias **tranqüilizadoras**. Sendo o outro semelhante a si, ele protege assim a diferença dos sexos. Isto não quer dizer que o feminino se torna, em função disso, uma preocupação ausente no homem histérico. Muito pelo contrário, está bem presente, mas suportável na condição de ser assim mediatizada.

Esta mediação é freqüentemente acompanhada de uma compulsão à masturbação subtendida por fantasmas de conotação perversa, especialmente encenações eróticas de mulheres homossexuais.

O **exibicionismo** constitui igualmente uma outra manifestação perversa freqüentemente mobilizada pelo *histérico masculino*, como encenação do corpo (e não como desvelamento do sexo como é o caso nas verdadeiras perversões). Através deste exibicionismo, o histérico reitera algo do **teatralismo** provocador da paródia homossexual. O *fazer parecer* sustentando-se sempre pelo olhar do outro é então aquilo através de que o sujeito pode

gozar **fantasmaticamente** o juízo que supõe desaprovador ou hostil a seu respeito. Por menos que o outro se deixe prender por esta captura imaginária, o gozo faz-se *optimum*. De fato, qualquer escândalo, qualquer denúncia, prisão ou acusação intervêm aqui como provas que justificam que a encenação mentirosa funcionou bem.²

Além desta camuflagem perversa que é destinada a manter o objeto feminino à distância, o histérico recorre freqüentemente a uma outra manifestação **sintomática**: a *impotência* que vem, além disso, reforçar uma compulsão ao fracasso. Que esta impotência seja total ou que se apresente sob a forma abortada da *ejaculação precoce*, o princípio que governa esta defesa na relação com o sexo do outro permanece idêntica. **Apóia-se** num mesmo mecanismo imaginário que leva o histérico a *confundir o desejo e a virilidade*. Esta confusão tem sua origem numa **interpretação** particular que o histérico desenvolve face à demanda de uma mulher.

Uma demanda dessas nunca é acolhida por ele como solicitação desejante que se dirigisse a um desejo de homem. Pelo contrário, é sempre percebida pelo histérico como injunção que lhe impõe *dar prova de sua virilidade*. Em outros termos, tudo se passa como se a relação desejante se fundasse na necessidade de se dever justificar "ter" o que a mulher demanda, isto é, o *falo*. O histérico masculino não se sentindo depositário deste objeto, responde à mulher: *não tenho o pênis*, donde sua impotência. A confusão entre o desejo e a virilidade traduz, assim, uma confusão quanto à natureza do objeto, entre o órgão e o falo. Para o histérico masculino, ter o pênis implica logicamente, em sua economia desejante, possuir inevitavelmente o falo.

Uma das ilustrações mais características desta problemática histérica nos é dada pelo caso de figura característica do *playboy*. Para a maioria deles, cada primeiro encontro com uma mulher nova, singularmente, se solda pela expressão da sua impotência. Isto não é tão enigmático quanto parece à primeira vista, desde que se distingam os mecanismos inconscientes que estão operando. No *playboy*, pode-se pôr em evidência a conjunção de diversos traços sintomáticos que contribuirão para induzir este processo de impotência. Existe, desde já, uma relação inconsciente com a mãe, muito prenha. Deste ponto de vista, podemos considerar a impotência como uma resposta à demanda incons-

ciente da mãe: ele se prende ainda a ela. Por esta razão ele se expõe em numerosas experiências, onde o fracasso sexual mais ou menos parcial é testemunho de que nenhuma mulher pode mobilizar o seu desejo. Outra maneira de significar que o histérico não tem o falo, pelo menos na medida em que sua mãe pôde lhe dar a entender que *ela o tinha, talvez*. Da mesma forma, ela pode ter lhe dado a entender ser ele este falo. Encontramos aí uma configuração fálica freqüente, pela qual homens foram colocados, em criança, em situação de objetos de compensação da carência materna. A impotência se revela, então, como um compromisso entre aquilo através do que uma mulher pode gozar (é a prova fálica supostamente exigida pela mulher) e a fidelidade à mãe, apresentando-se a uma mulher como um objeto de representação e não como um objeto de "consumo" possível.

Na realidade, este processo se traduz pela obsessão permanente do *playboy*: ter determinada mulher, depois, outra ("aquela ali, eu a terei..."). A mulher é, então, investida como um troféu que permite, no plano de uma exibição ostensiva da virilidade, sustentar a rivalidade com os outros homens, isto é, aqueles que o histérico está certo que têm o falo.

Existe ainda uma outra forma de encarnação desta posição histórica associada à impotência, é o *fisiculturismo*. O fisiculturista está em representação fálica permanente: à falta de ter o falo, ele assinala metaforicamente, com o corpo, que ele o é. Aqui, a confusão *pênis/falo* é diferente. O pênis é imaginariamente representado pelo corpo inteiro. Donde esta necessidade de justificar, de confirmar, incessantemente, a potência do músculo. O trabalho do músculo evoca, metaforicamente, a ereção, que, com freqüência, desagradavelmente se ausenta em tais sujeitos. O fantasma fálico se organiza, então, de modo singular: por não gozar com um pênis comum, uma mulher pode gozar com o pênis musculoso, bastando olhar para ele. O gosto desmedido dos fisiculturistas pela exibição *explica-se*, então, pelo fato de que esse "mostrar-se" do corpo, que se entrega a todos os concursos, não passa de uma competição de ereção de pênis.

A *ejaculação precoce* — que não é senão um orgasmo precipitado — se origina num processo psíquico um pouco diferente daquele da impotência, se bem que se inscreva na mesma problemática. A ejaculação precoce dá testemunho de um perigo imaginário ao nível do ato sexual com uma mulher. Mesmo sendo

possível, este ato sexual comporta sempre um risco: o de não poder demonstrar à mulher que o homem tem o falo, e que pode, então, assumir seu ato até o fim. O desfecho é sempre o mesmo: uma mulher só poderá gozar se o homem lhe administrar a prova do seu domínio fálico. Compreende-se o porquê desta performance imaginária ser fortemente ansiógena. Aqui, será a angústia que irá, simultaneamente, entrar em curto-circuito e precipitar o processo. O objetivo esperado, que é particularmente ameaçador, é o gozo feminino. Ora, para a histeria masculina, apenas aquele que tem o domínio absoluto do falo pode assumir o gozo feminino, quer dizer, dominá-lo. O gozo da mulher é, com efeito, sempre percebido como um fracasso diante do poder fálico vitorioso. Não tendo o atributo que lhe permitiria conquistar esta vitória, o histérico só pode se sentir sujeitado ao poder daquele que o tem. Inconscientemente, ele se fecha nessa dimensão imaginária de capitulação diante desse poder fálico. Do mesmo modo, ele inconscientemente identifica-se com a parceira feminina e goza por ejaculação precoce, como imagina gozar uma mulher, sucumbindo ao poder fálico. Quanto mais se assegura de que o gozo da mulher não pode resistir ao poder fálico, mais instala a si próprio na posição de quem não o tem, e mais gozará de modo precoce.

Encontram-se nesses homens construções fantasmáticas significativas: os *verdadeiros homens viris*. Esses homens a quem basta penetrar as mulheres para que elas gozem instantaneamente; ou mesmo o fantasma do super-homem que sabe fazer gozar todas as mulheres, aquele que acerta as contas com qualquer frigidez feminina, que faz com que as mulheres gozem repetidamente, aquele a quem as mulheres pedem por piedade ou que suplicam que **páre**, sucumbindo num desmaio do gozo...

Quarta parte

A estrutura obsessiva

XV. A problemática obsessiva

Como fiz para com as perversões e a histeria, abordarei a estrutura **obsessiva**¹ a partir do processo de atualização do desejo do sujeito diante da função fálica.

Tradicionalmente, no campo psicanalítico, apresenta-se muitas vezes a estrutura obsessiva como uma organização psíquica que histeria a particularidade de ser, de muitas maneiras, oposta à da histeria. Por mais cômodo que seja esse tipo de perspectiva, nem por isso deixa de ser **ambíguo**. Essa oposição não só é relativa, mas também bastante inadequada. Apóia-se apenas na base de certas observações fenomenológicas e, de forma alguma, em *traços estruturais*.

A principal dessas observações consiste em pôr em evidência uma ocorrência específica que poderia dar crédito a esta oposição. Ao contrário do histérico, o *obsessivo sente-se amado demais pela mãe*. Se bem que este fato pareça incontestável em todas as problemáticas obsessivas, em nada constitui elemento pertinente, que permitisse opor tão facilmente o obsessivo ao histérico. Prova disso seria tratar-se também de elemento conjuntural muito frequentemente identificável em organizações perversas. Do ponto de vista do diagnóstico, não podemos apoiar-nos neste elemento de observação.

Trata-se, todavia, de componente certamente valioso para a abordagem da lógica obsessiva. Pôr em evidência que o obsessivo é um sujeito que se sentiu amado em demasia por sua mãe é apontar algo específico do ponto de vista da função fálica. De fato, o obsessivo se manifesta frequentemente **como** um sujeito que foi particularmente investido como objeto privilegiado do desejo **materno**, ou seja, privilegiado em seu investimento fálico. Donde esta fórmula já evocada: os obsessivos são os nostálgicos do ser. Esta nostalgia tem seu principal apoio na lembrança de

um modo particular de relação que o obsessivo manteve com sua mãe. Seria, sem dúvida, mais exato dizer: que sua mãe manteve com ele. Descobre-se sempre na história dos obsessivos a menção a uma criança que teria sido a **preferida** pela mãe, ou que, pelo menos, pôde, num dado momento, sentir-se **privilegiada** junto a ela.

Nos jogos do desejo mobilizados pela lógica fálica, esse “**pri-vilégio**” desperta necessariamente, na criança, um investimento psíquico precoce e preponderante que consiste, para ela, em **se** constituir como objeto junto ao qual a mãe supostamente irá encontrar o que não consegue encontrar junto ao pai. Em outras palavras, a criança é presa nesta crença psíquica: a mãe poderia encontrar nela o que supostamente espera do pai.

Estamos aí confrontados com um dos pontos decisivos da aposta fálica na dialética **edipiana**: *a passagem do ser ao ter*, onde a mãe aparece à criança como dependente do pai no sentido de que este último “faz a lei” do ponto de vista do seu desejo. Nós bem sabemos, trata-se aí de uma vivência psíquica pressentida e interpretada pela criança. Se o pai é suposto fazer lei à mãe, é sob a condição de que a mãe, ela própria, é suposta desejar o que não tem o que o pai possui. É, pela própria definição, do *investimento simbólico* do pai que se trata, investimento este que se fecha com a atribuição fálica. É sempre neste deslocamento do atributo fálico que se efetua a passagem do “ser” ao “ter”. Ora, um deslocamento desses não pode **se** realizar senão na medida em que alguma coisa conseqüente foi significada à criança no discurso materno, declaradamente que o objeto do seu desejo, do desejo da mãe, é estritamente dependente da pessoa do pai. Somente a significação dessa dependência pode mobilizar a criança na dimensão do ter.

Por menos que certas ambigüidades sejam significadas, no discurso da mãe, a propósito da “localização” do objeto do desejo, a criança, então, poderá se instalar imaginariamente num *dispositivo de suplência* à satisfação do desejo materno. Aí está um ponto crucial na determinação da estruturação obsessiva.

Não se trata, por assim dizer, de **uma suplência** ao objeto do desejo da mãe. Se este fosse o caso, estaríamos em presença de linhas de determinações favoráveis à organização de perversões, ou mesmo de psicoses. Trata-se, antes, aqui, de *suplência à satisfação do desejo* da mãe. O que faz supor que essa satisfação

foi designada à criança como falha. Toda a ambigüidade evocada precedentemente reside justo em torno desta dependência do desejo da mãe, e malgrado ela, pode se reduzir a duas significações que não se recobrem completamente. De um lado, a criança percebe que a mãe é dependente do pai do ponto de vista do seu desejo; mas, por outro lado, não parece receber por inteiro do pai o que é suposta esperar. Esta lacuna na satisfação materna induz, junto à criança que se faz testemunha disto, a abertura favorável para uma *suplência* possível.

A criança é confrontada com a lei do pai, mas mantém-se também subjugada pela mensagem de insatisfação materna. Neste ponto, uma precisão merece ser dada: a mãe não aparece, aos olhos da criança, como radicalmente insatisfeita. No máximo, trata-se de uma *vacância parcial* desta satisfação, a partir da qual a mãe vai tentar uma *suplência*, buscando um *complemento* possível junto à criança. E neste sentido, e apenas neste sentido, que o obsessivo é objeto de um investimento particular que lhe dá a convicção de ter sido a *criança preferida, privilegiada*. Mas, repito, o privilégio nunca passa de *suplência* à satisfação falha do desejo materno. Se a criança é logicamente levada à lei do pai pela referência do discurso materno que aí inscreve o seu desejo, essa *suplência* não deixa de constituir um apelo de oferecimento para uma persistência da identificação fálica. Da mesma forma, existe sempre no obsessivo uma incerteza constante entre o retorno regressivo a uma identificação assim, e a obediência à Lei e às implicações que esta supõe.

Por mais que este retorno ao ser seja fortemente cobiçado em vista da satisfação falha do discurso materno, ele nunca é plenamente conseguido. Já essa "nostalgia" sintomática revela certos traços estruturais característicos da economia obsessiva do desejo. Da mesma maneira, visto que o reconhecimento do pai simbólico se suporta com certas ambigüidades, ele será também objeto de notáveis manifestações.

Essa dúvida permanente se ilustra sobretudo pela atitude de *fuga adiante* que o obsessivo não pára de atualizar em vista do seu desejo.

XVI. Os traços da estrutura obsessiva

A partir deste posicionamento, podemos mais precisamente abordar os estereótipos estruturais postos em ação na neurose obsessiva e, conseqüentemente, sua demarcação com relação à problemática dos sintomas. Particularmente, é possível isolar, do ponto de vista do desejo, certos traços estruturais que determinam o seu curso. Evoquemos já, quanto a isto, o caráter imperioso da *necessidade* e do *dever* que vêm margear a *organização obcecante do prazer*. Evoquemos também a *enfermidade da demanda* e a *ambivalência* como traços associados a dispositivos de defesa sintomáticos como:

- { — as formações obcecantes,
- o isolamento e a anulação retroativa,
- / — a **ritualização**,
- } — as formações reacionais,
- o trio: culpa, mortificação, contrição,
- \ — e o conjunto de quadro clínico habitualmente designado,
- \ desde Freud, pela expressão "*Caráter anal*"¹.

Partamos deste ponto indutor da neurose obsessiva: o signo do desejo insatisfeito da mãe, que inscreve a criança, junto a ela, na relação singular precedentemente evocada. A marca da falha na satisfação do desejo materno se **apóia** precocemente na criança, ajudada pela relação dual privilegiada que ela mantém com a mãe. Logo cedo, a criança percebe os indícios significantes. O fundo dos investimentos eróticos que subtendem ordinariamente essa relação dita "dual" melhor se presta à circulação desta mensagem, visto a relação estender-se prioritariamente no terreno da satisfação das necessidades e da necessidade de cuidados, ou seja, no contexto de um acesso ao corpo da criança que só pode, daí, induzir e favorecer o gozo.

Naquilo que este gozo permanece inevitável na relação da mãe com a criança, pode esta encontrar um certo número de indícios catalizadores em favor da economia libidinal da mãe. É neste sentido que a falha da satisfação do desejo materno se torna **predeterminante**.

Quanto a isso, **reportemo-nos** às explicações trazidas por Freud concernindo à etiologia sexual da neurose obsessiva, das quais só retomo as articulações mais essenciais.

Um dos primeiros elementos desta abordagem tem sua origem na *teoria da sedução*, a qual, aliás, é inauguralmente apresentada por Freud como tendo um papel preponderante na concepção psicanalítica geral da etiologia das neuroses. Entretanto, muito rapidamente, Freud amenizou bastante essa incidência da sedução, como se vê em sua carta a Fliess, de 21 de setembro de 1897², onde parece inclusive recusar suas primeiras posições.

Não se trata, no entanto, aí, de um puro e simples abandono. No máximo, ele renuncia ao alcance sistemático da função da sedução enquanto elemento indutor da problemática neurótica. Em outras palavras, a incidência da sedução deve ser minimizada no cortejo dos mecanismos indutores das neuroses. O "destino" desta teoria freudiana da sedução na etiopatogenia das neuroses foi minuciosamente analisado por Jean Laplanche e Jean-Baptiste Pontalis no célebre *Vocabulário de Psicanálise*, a que os **remeto**³.

Mesmo que não possamos reter a sedução como um elemento etiológico constitutivo da neurose obsessiva, ela nem por isso deixa de se constituir como mediador favorável. Historicamente, devemos lembrar-nos de que a especificação freudiana da neurose obsessiva é contemporânea daquela da histeria. Desde 1894/1895, Freud isola e dispõe a patologia obsessiva na classe das psiconeuroses de defesa, para acentuar o fato de que, neste terreno neurótico, os processos de defesa são postos à frente, isto é, no primeiro plano das manifestações sintomáticas.

Face à neurose obsessiva, o tema da *sedução* é então introduzido por Freud de uma maneira perfeitamente característica. As obsessões aparecem como *exprobações disfarçadas* que o sujeito se faria a si próprio, com relação a uma atividade sexual infantil produtora de prazer. O que faz, todavia, a especificidade propriamente obsessiva dos seus sintomas é o modo de inscrição psíquica dessa atividade libidinal infantil *face ao desejo da mãe*. Segundo Freud, tratar-se-ia de uma *agressão sexual tendo sucedido a uma*

fase de sedução. Nessa ocasião, as moções pulsionais libidinais retornam ulteriormente sob uma forma travestida, sobretudo como representações e maneiras obcecantes.

Esses elementos obcecantes não constituem senão sintomas primários de defesa, contra os quais o Eu reage de forma precisa mobilizando processos secundários de defesa. E neste sentido que poderíamos principalmente identificar o *isolamento* e a *anulação retroativa* sobre os quais voltaremos adiante.

Da mesma forma, se a sedução não intervém mais enquanto elemento indutor **etiologicamente prioritário**, tem, no entanto, um papel certo na relação que se desenvolve entre a mãe e a criança. O que Freud pressentira nesta vertente da *sedução materna*, aparece, com efeito, como ocorrência determinante na medida em que podemos exatamente localizar o ponto de impacto: *a falha da satisfação do desejo materno*, precocemente significada à criança. Como veremos, é o significante desta falha que induzirá, junto à criança, uma vivência psíquica singular, sentida como sedução.

Com toda evidência, neste espaço de configuração relacional, é sempre a mãe que desperta e mantém a criança no registro do seu gozo libidinal. Esta fase de *erotização* é inevitável, já que encontra seu suporte favorito por ocasião da repetição dos contatos físicos mantidos no terreno dos cuidados e da satisfação das necessidades. Deste ponto de vista, a criança não pode deixar de ser objeto de uma *sedução erótica passiva*, por parte da mãe. Por menos que a criança esteja presa nesse gozo em favor de uma falha da satisfação do desejo da mãe, que lhe é significada, essa sedução passiva então se redobra e o gozo que daí resulta é vivenciado como agressão sexual. A criança, então, não mais terá a escolha de gozar sem se sentir parte integrante de um gozo privilegiado da mãe.

O *excesso de amor* testemunhado por todos os sujeitos obsessivos tem sua origem no dispositivo onde a sedução erótica materna constitui um apelo para suprir sua insatisfação. A criança é, de algum modo, chamada a suprir uma falha no gozo materno, o que nela induz a uma incitação à *passividade sexual*, o que testemunha fartamente toda a produção *fastasmática* cotidiana dos obsessivos masculinos. Encontramos na maior parte deles, com efeito, os vestígios nostálgicos desta sedução agressiva passiva que se exprime através dos fantasmas preponderantes: "ser seduzido por uma mulher sem ter nada pretendido"; ou ainda "ser

violado por uma mulher"; sob uma forma ideologicamente mais caricatural, é também o fantasma da "enfermeira" que cuida e que goza fazendo gozar sexualmente seu "doente" por ocasião dos cuidados.

Esta atitude de disposição passiva ao gozo constitui uma das estereotípias mais notáveis da estrutura **obsessiva** através da qual o sujeito evoca **nostalgicamente** sua *identificação fálica*. De fato, é com este "passivo fálico" que a criança, futuro obsessivo, vai abordar a passagem decisiva do "ser" ao "ter". **E** aliás por esta razão que seu acesso ao universo do desejo e da lei constitui para ela um processo problemático, como o mostra muito justamente a relação particular que ela mantém com o **pai**, e, além dele, com toda figura de autoridade que reativa a imago paterna.

A passagem do "ser" ao "ter" é logicamente vivida pela criança na dimensão da insatisfação, já que negada em sua identificação fálica tendo em vista a intrusão paterna. É portanto fácil compreender em que esta "passagem" constitui um obstáculo especialmente problemático para o futuro obsessivo. Lá onde deveria normalmente confrontar-se com a insatisfação, fica precisamente *presa da satisfação* na relação de **suplência** que mantém com a mãe. O obsessivo não cessará, posteriormente, de lembrar a que ponto esta experiência, precoce mas privilegiada, de prazer com a mãe, constitui para ele **um obstáculo** na economia de seu desejo.

Esta absorção materna prematura não permite à criança mediatizar seu desejo. A criança permanece, com efeito, prisioneira do desejo insatisfeito da mãe. Mais exatamente, conviria dizer que é o desejo da criança por ela que vai despertar, de volta, seu próprio desejo insatisfeito, na medida em que doravante lhe é permitido supri-lo. Por conseguinte, todo o processo do desejo vai fazer curto-circuito na criança.

Habitualmente, a dinâmica do desejo se desenvolve segundo um ritmo ternário. O desejo se separa da necessidade para entrar, em seguida, na demanda. No caso presente, a partir do momento em que o desejo **e** separado da necessidade, ele é imediatamente tomado pela mãe insatisfeita que encontra aí um objeto de **suplência** possível. O perfil todo particular do desejo obsessivo se explica pelo caráter apressado desta posse. O desejo carrega, com efeito, sempre o *selo exigente e imperativo da necessidade*, na medida em que, desde seu surgimento, a mãe não lhe concede o tempo de se suspender na espera da articula-

ção de uma demanda. Partindo disto, podemos localizar dois traços de estrutura essenciais.

Por um lado, o desejo do obsessivo *comporta sempre a marca impiedosa da necessidade*. Por outro lado, o obsessivo é *tomado pela doença na expressão de sua demanda*. A passividade masoquista, que lhe é bem característica, resulta, em grande parte, da impossibilidade em que ele se acha de poder demandar. Esforça-se, assim, em fazer adivinhar e articular pelo outro o que deseja e não consegue ele próprio demandar.

De um modo mais geral, esta doença participa da *servidão voluntária* na qual se encerra com tanta facilidade o obsessivo. Paradoxalmente, esta impossibilidade de demandar o leva a *dever* tudo aceitar, tudo suportar. Como não consegue estar na medida de poder formular uma demanda, sente-se obrigado a assumir todas as conseqüências implicadas por esta atitude, principalmente *ocupando o lugar de objeto do gozo do outro*. Outra maneira de lembrar que uma tal atitude passiva constitui um convite favorável a se fazer *sadizar* pelo outro.

A *queixa* repetitiva da qual o obsessivo se beneficia num fundo de sadização é aquilo por meio de que ele poderá, de volta, assumir seu próprio gozo sintomaticamente mortífero. O indício deste gozo é fortemente atualizado através das *manifestações reacionais* que se resumem, no *essencial*, a laboriosas ruminações contra a adversidade. Isto se explica ainda mais pelo fato de esta disposição do obsessivo em se fazer o objeto do gozo do outro ser uma ressurgência de seu status fálico infantil no qual ele se acha encerrado como criança privilegiada da mãe.

Isto reaparece sob a forma sintomática característica da *culpa*, que evoca indiretamente este privilégio quase incestuoso da criança junto à mãe com respeito à castração. Em razão desta fixação erótica pela mãe, o obsessivo é continuamente tomado, de maneira aguda, pelo temor da castração. Com bastante evidência, trata-se aí de uma *referência* à *castração simbólica*, cujas manifestações mais espetaculares vão se exprimir em torno da *problemática da perda* e da relação com a lei do pai.

XVII. O obsessivo, a perda e a lei do pai

O obsessivo *não pode perder*. Esta negociação psíquica, totalmente intolerável, ressoa de maneira bem invasora em todos os níveis da vida cotidiana. Do mesmo modo que o obsessivo apresenta uma disposição favorável a se constituir como *tudo para o outro*, deve despoticamente *tudo controlar e tudo dominar*, para que o outro não lhe escape de maneira nenhuma, isto é, para que ele *não perca nada*. A perda de alguma coisa do objeto só pode, com efeito, remetê-lo à castração, ou seja, para o obsessivo, a uma *falha em sua imagem narcísica*. Inversamente, ultrapassar a castração é sempre tentar conquistar e manter um status fálico junto à mãe e, mais geralmente, junto a qualquer mulher. Como a *Lei do pai* permanece, todavia, onipresente no horizonte do desejo obsessivo, a *culpa é irremediável*. É esta ambivalência alimentada entre a nostalgia fálica e a perda implicada pela castração que inscreve o obsessivo numa *posição estruturalmente específica com relação ao pai*.

Sendo a imago paterna onipresente, ela só pode atrair a rivalidade e a competição tão prezadas pelos obsessivos. Sujeitos assim não largam uma atividade incessante para se substituírem ao pai (e a qualquer figura suscetível de representá-lo). Donde a necessidade imperativa de "matá-lo", para ocupar seu lugar junto à mãe. Esses desejos de morte arcaicos reaparecem de maneira quase permanente na problemática *obsessiva*, e sempre da mesma maneira: ter o lugar do outro investido inconscientemente como um representante potencial da referência simbólica paterna.

Esta preocupação com o "ter o lugar" do outro traz o obsessivo a todas as lutas de prestígio, a todos os combates grandiosos e dolorosos. Por ocasião desses enfrentamentos, o obsessivo não deixa nunca de reafirmar, assim, a existência salvadora da castração. Tanto o Senhor lhe é insuportável, na medida em que é

suposto deter o que o obsessivo ambiciona, quanto deve assim mostrar-se e assim permanecer. Como vimos anteriormente, é neste terreno que podemos identificar certos comportamentos de *desafio*. Se o obsessivo, todavia, *tem necessidade* de encontrar um Senhor, não é nunca da mesma forma que o **histérico**², que *procura* um. No histérico, o desafio para com o Senhor é sempre governado por uma estratégia de destituição, enquanto que para o obsessivo, é preciso, ao contrano, que o Senhor permaneça como tal, e até o fim.

Todo o sentido da competição e da rivalidade está orientado para este objetivo. Tentar tomar o lugar do Senhor é sempre se esforçar para assegurar que este lugar cobiçado é ilegítimo, ou seja, que o Pai não poderia ser suplantado. Este Senhor inabalável continua, assim, metaforicamente, a proibir e a condenar a erotização incestuosa da relação com a mãe, na qual o obsessivo está preso.

Está claro que esta colocação à prova do Pai/Senhor é constante e é objeto de uma perplexidade. Por um lado, existe a Lei do pai à qual é preciso tudo sacrificar, até mesmo se sacrificar. Por outro lado, esta mesma Lei deve ser regularmente frustrada e dominada por sua própria conta. **Donde**, uma luta inexorável que se desloca sobre múltiplos objetos de investimento. Encontramos aí os traços específicos da personalidade obsessiva que Freud mencionara tão bem com sua famosa expressão "*caráter anal*"³. Lembremos, para guardar, a *perseverança* e a *obstinação* como os dois veículos privilegiados dos investimentos obsessivos.

Não é preciso dizer que o motor destes veículos é animado pela inexpugnável energia que o obsessivo engaja para **atingir** o domínio do gozo (lugar do pai). Deste ponto de vista, os obsessivos são potencialmente grandes conquistadores. Os meios mais furiosos são mobilizados para conquistar, cada vez mais, este domínio fantasmático. Ademais, nada será o bastante. A partir do momento em que atinge um objetivo, o obsessivo já embarca em uma nova corrida para atingir um outro. É aliás freqüente constatar-se com que desenvoltura ele vira as costas para o que acaba de obter — dando-lhe um grande pontapé — a partir do momento em que tem o seu domínio.

Em cada uma destas "performances", o obsessivo desconhece regularmente ter feito a experiência da castração que é sempre, exatamente para ele, retorno à ordem da fronteira que limita a

ilusão de qualquer totalização, de qualquer domínio da globalidade. Isto explica porque o obsessivo manifesta tão poucas atrações para com a coisa conquistada. Nada vale mais que um novo objeto a conquistar, um troféu suplementar a levar em conta nesta **interminável** ascensão rumo ao controle absoluto do gozo. Deste ponto de vista, os obsessivos são **virtuosos** da escalada: quanto mais os caminhos a abrir são austeros e complicados, mais o percurso valerá a pena.

O obsessivo adere fundamentalmente a um fantasma persistente: em *gozo sem falta*, ao qual é necessário chegar custe o que custar. Adesão que dá a ilustração direta do *fantasma da boca que beija a si mesma*⁴. Como Freud observava, o obsessivo é um mercenário impenitente engajado numa luta sem fim para se assegurar do *controle onipotente do objeto*. Por esta razão, o obsessivo dispõe de uma panóplia prodigiosa de vantagens secundárias da neurose.

Uma outra manifestação realmente notável da neurose obsessiva se localiza ao nível da *transgressão*. Como **vimos**⁵, o obsessivo está sempre perplexo neste terreno, em razão de sua *ambivalência específica face à Lei do Pai*. O controle onipresente do gozo do objeto não pode, com efeito, senão confrontá-lo com a transgressão. Em contrapartida, a **pregnância da Lei**, e a necessidade de a ela se referir para escapar à culpa pelos ímpetus libidinais inconscientes, arrasta inevitavelmente o obsessivo a uma situação de conflito.

De fato, é realmente excepcional que ele transgrida alguma coisa na realidade. Seu **“flerte”** com a transgressão se desenvolve, o mais freqüentemente, na encenação fantasmática, onde ele pode lhe dar livre curso. Um dos únicos registros em que a transgressão real pode se adiantar ao fantasma é o terreno sexual e o das relações amorosas, onde então ela se realiza, principalmente ao modo do *acting-out*.

A figura da transgressão, no obsessivo, se realiza, com maior **frequência**, à luz de seu contrário, O obsessivo aparenta continuamente um grande rigor moral. Sua adesão incondicional para com as regras e as leis é brandida de maneira ostentatória. Com facilidade, ele se faz defensor das virtudes e do **bem-fundamentado** das normas estabelecidas. Seu escrupuloso cuidado com a honestidade em qualquer assunto dá também a plena **medida** da comovente ingenuidade que demonstra em certas circunstâncias:

"antes morrer do que ceder uma polegada de terreno". Fica claro que esta posição legalista, através da qual o obsessivo pactua com o grandioso e o martirologio, só é tomada na medida inversa do desejo inconsciente de transgredi-la.

Assim como se pode considerar serem os santos os mais formidáveis especialistas na questão do gozo, são os obsessivos os mais desvalorizados moralistas e os devotos mais cegos em relação a esta questão. A sua obstinação em proteger a ordem e as virtudes só se compara à completa falta de discernimento sobre o que estão protegendo. É aliás nesta ocasião que vemos se desenvolverem as manifestações de defesa mais características dos obsessivos. Pensemos, por exemplo, no *isolamento*, que tem como missão essencial desconectar um pensamento, uma atitude, um comportamento, da seqüência lógica em que se inscrevem. O elemento psíquico, assim isolado de seu contexto, é, ao mesmo tempo, neutralizado afetivamente. O objetivo da operação é o de dissociar os afetos de uma representação, ligada a certos materiais recalcados. Este processo de isolamento sefaz sobretudo através de pausas e de rituais estereotipados. É a uma arma de defesa radical e sistemática que devemos o perfil excessivamente controlado dos obsessivos, ou seja, esta atitude inepta que consiste em todas as circunstâncias — até mesmo e sobretudo nos cataclismas — a permanecer senhor de si. A ponderação aparente dos obsessivos não tem outra consistência senão este controle permanentemente exercido sobre um fundo de isolamento.

Uma das provas mais espetaculares da permanência deste processo se observa no quadro do tratamento analítico: a aplicação quase constante do não respeito à regra fundamental. Com efeito, o obsessivo resiste galhardamente ao processo da associação livre que poderia frustrar este mecanismo de isolamento. Através da associação livre, o sujeito é chamado a ceder a toda tentação de controle e de domínio do seu dizer, portanto sobre o surgimento improvisado dos efeitos que poderiam aí se encontrar associados. O obsessivo não encontra outra saída a não ser resistir a isso firmemente, em benefício da narrativa e da racionalização.

Esta defesa tem seu eco mais manifesto em uma atitude favorita. O obsessivo, de fato, é um escrutador espantoso, um prodigioso observador da ordem das coisas e do mundo, inclusive de si próprio já que se objetiva abstratamente da ambiência exterior que o cerca. A delicadeza e a assiduidade que põe a serviço desta

aptidão à observação sustentam-se apenas sobre a base dessa dissociação do registro dos afetos. De resto, quando ela existe, a capacidade de humor dos obsessivos não se deve a nada a não ser à densidade do compromisso do qual se sabem, apesar de tudo, parte integrante: compromisso entre os registros dos afetos interiorizados e isolados, e contudo a necessidade de testemunhar algo disso. O humor, que no mais das vezes vem do desdém, constitui uma maneira cômoda de descarregar os afetos, sem nunca deixar este posto de observação sobre si mesmo. O obsessivo fala de si a partir deste posto de observação neutro, onde ele se diverte com este outro que é ele próprio.

Ele dispõe igualmente de uma outra arma eficaz de defesa contra os afetos: a *anulação retroativa*. Por este mecanismo, ele recusa pensamentos ou atos, e tenta fazer como se não tivessem acontecido. Encontramos aí o cuidado constante de minimização caro aos obsessivos. Além da coisa testemunhar uma cegueira prodigiosa, decide também o tipo de avaria a que eles se expõem. A anulação retroativa é um *processo compulsivo* de grande eficácia, já que consiste em colocar em cena, ou em ato, um comportamento diretamente oposto àquele que o sujeito acaba de afirmar. O obsessivo obtém nisso toda uma série de vantagens secundárias do lado do controle e do domínio.

Como Freud havia mencionado em diversas ocasiões, a anulação retroativa coloca em evidência um dos elementos conflitivos permanentes em que se debate o obsessivo: ou seja, a oposição arcaica entre o amor e o ódio para com o objeto de investimento. No mais das vezes, é a vertente do ódio que se esforça por anular a componente do amor. Trata-se aí de um mecanismo duplo de investimentos e de desinvestimentos característico da economia do desejo obsessivo: escapar do seu desejo e anulá-lo o quanto puder a cada vez que se encontra engajado autenticamente. Esta dialética específica da estrutura obsessiva exprime-se por manifestações ainda mais estereotipadas quando concernem aos objetos amorosos.

XVIII. O obsessivo e seus objetos de amor

No espaço de investimentos dos objetos de amor, o obsessivo freqüentemente dá o melhor de si mesmo, isto é, paradoxalmente *tudo e absolutamente nada*. “Tudo”, no sentido que ele pode tudo sacrificar; “nada”, na medida em que não aceita perder. Não se trata aí de duas disposições incompatíveis. Muito ao contrário, é nesta medida que se estabiliza qualquer estratégia desejante do obsessivo.

De fato, esta estratégia gira essencialmente em torno da questão do *gozo do outro*, diante do que convém tudo controlar, isto é, neutralizar todos os sinais exteriores. Da mesma forma, para que nada saia do lugar, nada deve gozar, o desejo deve estar morto.

Nestas condições, já que o obsessivo não dá nada, ele não perde nada. Em contrapartida, ao menor sinal exterior de gozo observado no outro, ele está pronto a tudo sacrificar e a tudo dar para que as coisas voltem a seu estado *inicial*.

Se a problemática da *perda* é tão central na lógica obsessiva, é porque remete diretamente à *falta*. Nada perder, ou seja, evitar ser confrontado com a questão da falta, consiste então em *neutralizar o desejo* de uma certa maneira, já que este é precisamente constituído e continuamente relançado pela falta como tal. De maneira que o desejo, assim amordaçado, não é mais legível pela articulação da menor demanda.

Compreende-se porque, em nome de um tal dispositivo de neutralização, o objeto desejado é investido de uma maneira singular.

Ele está hipotecado, até mesmo consignado, em uma posição tal que ocupa preferencialmente o *lugar do morto*. O obsessivo não cessa de instalar seu objeto de investimento amoroso neste lugar magnífico onde, para ser amável e ser amado, o objeto deve

se *fazer de morto*. A máquina desejante do obsessivo só gira a todo vapor nesta condição. Condição única que permite a seu desejo não encontrar nenhuma inquietação. Se o outro está "morto", ele não deseja; o obsessivo fica assim tranqüilo na medida em que o desejo é sempre desejo do desejo do outro. O imperativo constante que o anima em sua relação amorosa se deve ao fato de que o outro *não deve nada demandar*, pois se o outro demanda, é que ele deseja.

Da mesma forma, o obsessivo vai colocar em ato tesouros de energia para que ao outro não falte nada, e não seja portanto levado a sair de seu lugar. O universo do outro deve permanecer assim escrupulosamente ordenado. E através desta ordenação totalitária que o obsessivo controla e domina a morte desejante do outro. Os exemplos não deixam, no discurso do obsessivo masculino, de vir ratificar esta condenação à morte: "não lhe falta nada", "ela tem tudo em casa", "ela não precisa trabalhar", etc. Na medida em que o obsessivo parece se ocupar de tudo, sua parceira feminina é cumulada e nada tem a demandar. Seu objeto está portanto presumivelmente ao abrigo de todo desejo.

De fato, tais sujeitos mantêm um gosto imoderado pelo encarceramento amoroso. Dispendem tudo, sem moderação, para que o outro resida em uma prisão de primeira classe. O embalsamento e a **mumificação** do outro não têm preço. É um luxo diante do qual o obsessivo não recua nunca já que nada é bastante bom para que o outro amado seja honrado em seu lugar de morto. Não apenas o outro deve aceitar sua morte, mas ainda seria mal visto o fato de não se mostrar contente com tudo que se fez por ele com este objetivo.

O obsessivo é, de fato, muito sensível ao reconhecimento das homenagens que presta ao seu parceiro amoroso. Seria o cúmulo que, assim, ele não se mantivesse feliz em seu estado de morto: seria a mais iníqua das ingratidões. Nesta ocasião, como em outras, o obsessivo está muito preocupado com a justiça. Ora, não existirá maior injustiça que uma mulher que não demonstre reconhecimento diante desta solicitude mortífera que deve tanto agradá-la!

De uma maneira geral, a estratégia obsessiva consiste em se apropriar de um *objeto vivo* para transformá-lo em *objeto morto*, e cuidar para que assim permaneça. Na maior parte do tempo, somente assim é que poderá manter algum comércio amoroso com

ele. A fim de melhor chegar a isso, ele pode igualmente enobrecer seu objeto de amor enfeando-o, isto é, transformando-o em objeto cada vez mais indesejável, o que garante, de uma certa forma, que esteja bem morto. Além disso, esta destituição desejante apresenta igualmente a vantagem de ancorar a posse imaginária do objeto contra o olhar de um rival sempre potencial.

Sobre este ponto, salientamos o *recato* de certos obsessivos para com seu parceiro. Ele é sempre solidamente **reacionalizado** por uma série de princípios educativos e mundanos, em nome do bom gosto e da boa aparência. Assim, certas mulheres são condenadas a não descobrir a menor parcela de seu corpo fora das normas do bom decoro. Verifica-se que as normas de bom decoro ideais, para certos obsessivos, significam fechar as mulheres em "armaduras" vestimentas tais em que quase nada se mostre. E por menos que um "rival" ouse ainda lançar o menor olhar sobre esta couraça, teremos, então, a prova de que a mulher é **incorrigivelmente venal**.

Nem todos os obsessivos tomam necessariamente o partido de tornar seu objeto de amor indesejável. Alguns, pelo contrário, são bastante sensíveis à erotização do corpo do outro. Mas esta erotização não é todavia tolerável a não ser que o outro seja relegado ao nível de objeto. Um objeto que se mostra e cujo brilho não pode senão refletir-se imaginariamente sobre o proprietário. No entanto, aqui mais que em qualquer outra situação, o objeto deve então ser totalmente apagado, isto é, radicalmente morto. E com esta única condição que ele pode existir eroticamente. De qualquer forma, o objeto erótico partilha a mesma função que o carro esporte, sabendo que seu papel ideal é a imobilidade, a fim de que através dele se possa admirar seu proprietário.

Outros obsessivos apresentam o mesmo tipo de relação para com a fórmula feminina "esportiva", mas no registro do veículo de competição intelectual. Trata-se de um deslizar metonímico que vai da "carroceria" para o "motor". Neste tipo de figura, estamos em presença de uma erotização do cérebro do "animal de concursos", que só tem direito à existência se renuncia, para sempre, a qualquer esperança do lado da sensualidade do corpo.

Em todos os casos, o *objeto está morto*. Mas, cedo ou tarde, o obsessivo não deixará de fazer a experiência crucial de um objeto morto que não suporta mais representar este papel. O próprio desses mortos é que, quanto mais se lhes dá a morte, **melhor** eles

ressuscitam. Inevitavelmente, essas ressurreições, por menores que sejam, sempre anunciam grandes cataclismas no obsessivo, que conhece, então, o amargo gosto da derrota infantil.

Nada é tão reconfortante e amável quanto um morto feminino, nada é mais inquietante e odioso que uma mulher viva, isto é, que pode gozar. O obsessivo agüenta tudo, sem fazer contas e sem se poupar, exceto uma coisa: que o outro goze sem ele, sem que esteja ou possa ter estado, de alguma forma, preocupado. O outro não pode gozar sem o seu consentimento, sem ser autorizado. O que é radicalmente intolerável é que uma mulher ouse contestar, contrariando todas as convenções estabelecidas, uma situação tão confortável de morte. E o mundo de ponta-cabeça.

Um morto não deve gozar. Um morto que goza é um *traidor*, pois, se goza, é porque *deseja*. Com que direito? O direito que quer, necessariamente, que o desejo de cada um esteja sempre submetido à lei do desejo do outro, coisa que o obsessivo, justamente, se esforça em não querer nem ouvir falar.

Na existência do obsessivo, o gozo do outro se traduz sempre por uma certa agitação através da qual ele tenta retomar em mãos o controle das operações. Está pronto a sacrificar tudo, para que as coisas voltem à ordem da morte do desejo. Para que o outro volte a ser seu objeto — um morto que não goza — o obsessivo desenvolve uma generosidade sem limites e se prontifica para toda homenagem, todos os esforços, todas as tarefas. Engaja-se nos projetos mais inesperados para reconquistar o objeto que, escapando, envia-o à perdição.

Por ocasião dessas estratégias de “*recuperação*”, o obsessivo pode, aliás, mostrar-se mais histérico que um autêntico sujeito histérico. Pode, com efeito, de forma caricatural, identificar-se com o objeto que ele imagina ser aquele do desejo do outro. É claro que esta subserviência produz, de hábito, o efeito inverso ao esperado. Não é com isso que conquista o objeto. Este reviramento servil tem como consequência afastar ainda mais o objeto, na medida em que lhe demonstra que o obsessivo não quer nada perder. Quanto mais esforça-se em ser *tudo para o outro*, mais o obsessivo significa a si como *nada sendo*. Ora, o que importa, para o outro, é que um *lugar seja dado para a falta*, pois, sem falta, o desejo não se sustentaria. O obsessivo, então, se desqualifica, na própria medida em que não deixa advir o tempo da falta e o lugar que lhe cabe, na dinâmica do desejo. Os reconheci-

tos de domínio, todos os consolos e outros pactos de boa vontade nada mudarão. O parceiro feminino não se engana mais com isto exceto quando encontra, nessas tarefas de reabilitação, um terreno favorável para a expressão das vantagens secundárias para a sua neurose pessoal. Aliás, é o que observamos bastante frequentemente em certas parceiras femininas histéricas. Muitas vezes, uma neurose chama outra, no sentido de uma complementariedade dos sintomas.

Notas

I. A noção de diagnóstico em psicanálise

1. Desenvolvi *detalhadamente* esta problemática em meu livro *Structure et Perversions*, Denoël, Col. L'Espace analytique, 1987. A ser lançado pela Editora Artes Médicas (Porto Alegre) em 1991.
2. S. FREUD e J. BREUER, "Psicoterapia da histeria" in *Estudos sobre a histeria*, Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (ESB), Rio de Janeiro, Imago, vol. 2, p. 311.
3. Cf. *ibid.*
4. Cf. S. FREUD, "A propósito da psicanálise dita selvagem", in *A técnica psicanalítica* ESB, vol. 11, p. 207.
5. *Ibid.*
6. Cf. S. FREUD, "O início do tratamento", in *A técnica psicanalítica*, ESB, vol. 10, p. 163.
7. *Ibid.*
8. M. MANNONI, *A primeira entrevista em psicanálise*, Rio de Janeiro, Campus, 1981. •

II. Sintomas, diagnóstico e traços estruturais

1. Consagrei a este problema a redação de um trabalho: *L'a-scientificité de psychanalyse*. Tomo I: *L'aliénation de la psychanalyse*. Tomo II: *La paradoxalité instauratrice* Paris, Editions Universitaires, 1988. [A ser lançado no Brasil por Artes Médicas em 1991.]
2. S. FREUD, "Pulsões e suas vicissitudes", in *Metapsicologia*, ESB, vol. XIV, p. 137.
3. S. FREUD, cf. 1) "Caráter e erotismo anal" (1908), ESB, vol. 9, p. 175. 2) "A disposição à neurose obsessiva. Uma contribuição ao problema da escolha da neurose" (1913), ESB, vol. 9, p. 173. 3) "As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal", ESB, vol. 17, p. 159.
4. J. LACAN, "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud", in *Escritos*, São Paulo, Perspectiva, 1988, p. 223.
5. J. LACAN, "Situações da psicanálise e formação do psicanalista", *ibid.*, p. 189.
6. *Ibid.*
7. J. LACAN, "Função do campo da fala e da linguagem em psicanálise", *ibid.*, p. 101.

8. Cf. S. FREUD, "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", ESB, vol. 12, p. 149.
9. J. DOR, cf. "Symptômes et traits structuraux. Illustration de leur différenciation dans un cas clinique d'hystérie" in *Structure et perversions* op. cit., pp. 41-66.
10. J. DOR, cf. cap. X, "O sintoma como processo metafórico", in *Introdução à leitura de Lacan*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1989, pp. 63-67.
11. J. DOR, cf. cap. VI, "Metáfora-metonymia e supremacia do significante", *ibid.*, pp. 41-50.

III. A função paterna e as estruturas psíquicas

1. J. DOR, cf. cap. V, "Structures psychiques et fonction phallique", in *Structure et perversions*, op. cit., pp. 77-86.
2. J. DOR, cf. cap. XII, "O estádio do espelho e o Édipo" e cap. XIII, "A metáfora paterna — Nome-do-Pai — A metonymia do desejo", in *Introdução à leitura de Lacan*, op. cit., pp. 77-88 e pp. 89-95.
3. J. DOR, cf. cap. IV, "Le père réel, le père imaginaire et le père symbolique: la fonction du père dans la dialectique oedipienne", in *Le Père et sa fonction en psychanalyse*, Paris, Point Hors Ligne, 1989, pp. 51-65. [A ser lançado por Jorge Zahar Editor este ano.]
4. J. DOR, cf. cap. V, "La fonction paternelle et ses avatars", *ibid.*, pp. 67-105.
5. J. DOR, cf. cap. I: "Introduction: la fonction du père en psychanalyse", *ibid.*, pp. 15-24.

IV. O ponto de vista freudiano sobre as perversões

1. S. FREUD, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), ESB, vol. 7.
2. Cf. R. von KRAFFT-EBING, *Psychopatia Sexualis* (1896), Paris, Payot, 16ª edição, 1931.
3. S. FREUD, cf. 2 parte: "A sexualidade infantil", in *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, *ibid.*, p. 117 e mais particularmente: "A disposição perversa polimorfa", *ibid.*, p. 172.
4. *Ibid.*
5. *Ibid.*
6. S. FREUD, "Pulsões e suas vicissitudes", in *Metapsicologia* op. cit.
7. S. FREUD, "A organização genital infantil" (1923), ESB, vol. 7, p. 213.
8. Cf. S. FREUD, "As teorias sexuais infantis", *ibid.*
9. Fiz uma exposição de uma observação de manifestações perversas em um caso de fobia feminina (histérica), in *Apertura*, vol. 5, 1991, pp. 95-100.
10. S. FREUD, "O fetichismo", ESB, vol. 21, pág. 179. Cf. também cap. VIII de *L'abrégé de psychanalyse*, Paris, PUF, 1967, pp. 80-81.
11. S. FREUD, cf. particularmente os estudos que desenvolve a partir de 1923. "A perda da realidade na neurose e na psicose" (1924), ESB, vol. 19, p. 229. Cf. também "Clivagem do ego no processo de defesa", ESB, vol. 23, p. 309.

VI. Diagnóstico diferencial entre as perversões, a histeria e a neurose obsessiva

1. Examinaremos esta problemática de forma mais detalhada quando abordarmos a descrição estrutural da histeria. Cf. infra, cap. XIV.

VII. O perverso e a lei do pai

1. J. CLAVREUL, "O casal perverso", in *O desejo e a perversão*, Campinas, Papirus Editora.
2. *Md.*
3. J. DOR, cf. cap. XIV, "La jouissance perverse et le tiers complice. Le secret et l'agir", in *Structure et Perversions*, op. cit., pp. 200-202.

IX. Novo diagnóstico diferencial entre as estruturas neuróticas

1. Cf. infra cap. XVIII.
2. Cf. infra, cap. XIV.

X. Estrutura histérica e lógica fálica

1. J. DOR, cf. cap. V, "La fonction paternelle et ses avatars", "Fonction paternelle et structure histérique", in *Le Père et sa fonction en psychanalyse*, op. cit., pp. 79-84.
2. J. LACAN, *Les formations de l'inconscient* (1967-1958), inédito, seminário de 22 de janeiro de 1958 (grifo meu).
3. *Ibid.* (grifo meu).

XI. Os traços da estrutura histérica

1. Cf. S. FREUD, "A identificação" in "Psicologia de grupo e análise do ego", ESB, vol. 18, p. 89.
2. Cf. S. FREUD, "Sonho da açougueira", in *A interpretação dos sonhos*, ESB, vol. 4.

XII. A mulher histérica e sua relação com o sexo

1. S. FREUD, "Fragmento de uma análise de histeria (Dora)", ESB, vol. 7.

XIII. A histeria masculina

1. Cf. supra cap. IX.
2. Cf. R. LAFORGUE, *Psychopathologie de l'échec*, Paris, Payot, 1939.
3. Cf. infra, cap. XIV.

XIV. A relação com o sexo no histérico masculino

1. Cf. supra, cap. IX.
2. Fiz uma exposição de uma observação clínica sobre tais manifestações perversas em um caso de histeria masculina em meu trabalho *Le père et sa fonction en psychanalyse*, op. cit., cf. cap. V, "La fonction paternelle et ses avatars", pp. 95-105.

XV. A problemática obsessiva

1. Não há dúvida que a estrutura obsessiva não é apenas uma organização psíquica que encontramos nos homens. Se bem que seja bem mais rara nas mulheres, ela não deixa de existir, com todo o seu cortejo de manifestações sintomáticas estereotipadas tais como se as observa na neurose obsessiva masculina. Por razões de síntese, abordarei aqui apenas a neurose obsessiva no homem.

XVI. Os traços da estrutura obsessiva

1. Cf. supra, cap. II, nota de pé de página nº 3.
2. Cf. S. FREUD, "Carta a Fliess n 69 de 21-9-1897", in *Correspondência completa Freud-Fliess* Rio de Janeiro, Imago, 1986.
3. J. LAPLANCHE e J.-B. PONTALIS, "Sedução (Cena de -, Teoria da -)" in *Vocabulário de Psicanálise*, São Paulo, Martins Fontes.

XVII. O obsessivo, a perda e a lei do pai

1. Cf. supra, cap. VI.
2. Cf. supra, cap. VI.
3. Cf. supra, cap. II e cap. XVI.
4. S. FREUD, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, op. cit., "A criança se satisfaz com seu próprio corpo; sua atitude é *auto-erótica* (...), 'Pena que eu não consiga me beijar', ele poderia dizer" (grifos do autor).
5. Cf. supra, cap. VI.

Bibliografia das obras citadas

- CLAVREUL, "O casal perverso", in *O desejo e a perversão*, Campinas, Papyrus Editora.
- DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan*. Tomo I: *O inconsciente estruturado como uma linguagem*. Porto Alegre, Editora Artes Médicas, 1990.
- _____. *Structure et perversions*, Paris, Denoël, coll. L'Espace analytique, 1987.
- _____. *L'a-scientificité de la psychanalyse*. Tome I: *L'aliénation de la psychanalyse*. Tome II: *La paradoxalité instauratrice*, Paris, Editions Universitaires, 1988.
- _____. *O pai e sua função em psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1991.
- _____. "Manifestations perverses dans un cas de phobie", in *Apertura*, vol. 5, 1991, pp. 95-100.
- FREUD, S./BREUER, J. "Psicoterapia da histeria" (1895), in *Estudos sobre a histeria*, ESB, vol. 2.
- FREUDS, S. Carta a Fliess de 21-9-1897, in *Correspondência Completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904*, Rio de Janeiro, Imago, 1986.
- _____. A interpretação dos sonhos (1900), ESB, vols. 4 e 5.
- _____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), ESB, vol. 7.
- _____. "Fragmento da análise de um caso de histeria (Dora)" (1905), ESB, vol. 7.
- _____. "Caráter e erotismo anal" (1908), ESB, vol. 9.
- _____. "Psicanálise selvagem" (1910), ESB, vol. 11.
- _____. "Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise", ESB, vol. 12.
- _____. "O início do tratamento" (1913), ESB, vol. 10.
- _____. "A disposição à neurose obsessiva" (1913), ESB, vol. 12.
- _____. "Pulsões e suas vicissitudes" ESB, (1915), vol. 14.
- _____. "As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal (1917), ESB, vol. 17.
- _____. "A Psicologia de grupo e a análise do ego" (1921), ESB, vol. 18.
- _____. "A organização genital infantil", (1923) ESB, vol. 19.
- _____. "Neurose e Psicose" (1924), ESB, vol. 19.
- _____. "A perda da realidade na neurose e na psicose" (1924), ESB, vol. 19.
- _____. "O fetichismo" (1927), ESB, vol. 21.

- FREUD, S. "Clivagem do ego no processo de defesa" (1938), ESB, vol. 23.
- _____. "Esboço de psicanálise" (1939), ESB, vol. 23.
- KRAFFT-EBING, R. (VON) *Psychopatia Sexualis*, Paris, Payot, 16ª edição, 1931.
- LACAN, J. "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise" (1953) in *Escritos*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- _____. "Situação da psicanálise e formação do psicanalista" (1956), in *Escritos*, op. cit.
- _____. "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud" (1957), in *Escritos*, op. cit.
- _____. *Les formations de l'inconscient* (1956-1957), seminário inédito.
- LAFORGUE, R. *Psychopathologie de l'échec*, Paris, Payot, 1939.
- LAPLANCHE, J./PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*, São Paulo, Martins Fontes, 10ª edição, 1988.
- MANNONI, M. *A primeira entrevista em psicanálise*, Rio de Janeiro, Campus, 1981.

Bibliografia de Referência

1. Sobre perversões

- ALBY, J.-M. "Contribution à l'étude du transsexualisme", tese de Medicina, Paris, 1956.
- AULAGNIER, P. "La perversion comme structure", in *L'Inconscient* nº2, "La Perversion", abril/junho 1967, P.U.F., pp. 11-41.
- BONNET, G. *Voir-Etre vu*. Tomo I, *Etudes cliniques sur l'exhibitionnismes*. Tomo II, *Aspects métapsychologiques*, Paris, coll. Voix nouvelles en psychanalyse, 1981.
- _____. *Les perversions sexuelles*, Paris, P.U.F., col. *Que sais-je?* nº 2144, 1983.
- CLAVREUL, J. artigo "Perversions", in *Encyclopaedia universalis*, tomo 14, Paris, 1985.
- _____. "Perversions: une structure?''", in *Le désir et la Loi*, Paris, Denoël, 1987, pp. 141-157.
- _____. "Approche des perversions", *ibid.*, pp. 159-167.
- CZERMAK, M. "Précisions sur la clinique du transsexualisme", in *Les passions de l'objet*, Paris, Joseph Clims, 1986, pp. 109/129.
- DOR, J. "L'asservitude esthétique des travestis", in *Adolescence*, tomo 8, nº 2, outono 1990, pp. 217-232.
- FREUD, S. *Conferências introdutórias à Psicanálise*, ESB, vol. 15, Rio de Janeiro, Imago.
- _____. "Sobre as teorias sexuais das crianças", ESB, vol. 9.
- _____. "Uma criança é espancada: uma contribuição para o estudo das perversões sexuais", ESB, vol. 17.
- _____. "Algumas consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos", ESB, vol. 19.
- GESSAIN, R. "Vagina Dentata dans la clinique et la mythologie", in *La Psychanalyse*, nº 3, P.U.F., 1957, pp. 247-295.
- KRESS-ROSEN, N. a) "Introduction à la question du transsexualisme", b) "Les lois et le transsexuel", in *Le discours psychanalytique*, 1982, 2ème année, 3, pp. 13/17.
- LACAN, J. "D'une question préliminaire à tout traitement possible de la psychose" (1957), in *Ecrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 531-583.
- _____. *La relation d'objet et les structures freudiennes, (1956-1957), séminaire inédit.*

- LACAN, J. *A ética da psicanálise*, livro 7 (1959-1960), Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- _____. "Kant avec Sade" (1962), in *Ecrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 765-790.
- _____. *L'envers de la psychanalyse* (1969-1970), seminário inédito. A sair por Jorge Zahar Editor.
- _____. *Un discours qui ne serait pas du semblant* (1970-1971), seminário inédito.
- _____. *Le savoir du psychanalyste* (1971-1972), seminário inédito.
- _____. *Ou pire* (1971-1972), seminário inédito.
- _____. *Mais ainda*, Livro 20, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- _____. "L'Etourdit", in *Scilicet*, n° 4, Paris, Seuil, 1973, pp. 5-52.
- MAC DOUGALL, J. "Essai sur la perversion", in *Les grandes découvertes de la psychanalyse*, tomo: *Les Perversions*, Paris, Laffont/Tchou, 1980, pp. 269-285, et 187-303.
- MILLOT, C. "Clefs pour le transsexualisme", in *Horsexe*, Paris, Point Hors Ligne, 1983. pp. 29/43.
- PERRIER, F./GRANOFF, W. "Le problème de la perversion chez la femme et les idéaux féminins", in *Le désir et le féminin*, Paris, Aubier Montaigne, 1979, pp. 21-106.
- ROSOLATO, G. "Travestisme et Transsexualisme", in *Encyclopédie Médico Chirurgicale*, 1968, Psychiatrie, 37392, C10, 10-11.
- SAFOUAN, M. "Contribution à la psychanalyse du transsexualisme", in *Etudes sur l'Œdipe*, Paris, Seuil, 1974, pp. 74/97.
- _____. "L'homosexualité masculine et ses relations avec le mythe œdipien", in *La sexualité féminine*, Paris, Seuil, 1976, pp. 63-72.
- _____. "L'homosexualité féminine", *Ibid.*, pp. 117/127.
- STOLLER, R.J. *Recherches sur l'identité sexuelle*, Paris, Gallimard, 1978.
- TOSTAIN, R. "Essai apologétique de la structure perverse", in *Le Temps d'aimer*, Paris, Denoël, col. L'Espace analytique, 1988, pp. 53-64.

2. Sobre a histeria

- CHEMAMA, R. "A propos du discours de l'hystérique", in *Lettres de l'Ecole Freudienne de Paris*, n° 21, 1977, pp. 311-321.
- DOLT, F. "Hystérie et psychosomatique", in *L'image inconsciente du corps*, Paris, Seuil, 1984, pp. 352-366.
- FREUD, S./BREUER, J. *Estudos sobre a histeria*, ESB, vol. 2.
- FREUDS, S. "A Etiologia da histeria", ESB, vol. 3.
- _____. "Alguns pontos para um estudo comparativo da paralisia motora histerica e da paralisia motora orgânica", ESB, vol. 1.
- _____. "Meus pontos de vista sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses", ESB, vol. 7.
- _____. "Fragmento da análise de um caso de histeria", ESB, vol. 7.
- _____. "Fantasias histericas e sua relação com a bissexualidade", ESB, vol. 9.
- _____. "Algumas observações gerais sobre ataques histéricos", ESB, vol. 9.

- ISRAEL, L. *L'Hystérique, le sexe et le médecin*, Paris, Masson, 1976.
- _____. *Boiter n'est pas pécher*, Paris, Denoël, col. L'Espace analytique, 1989.
- LACAN, J. *As Psicoses*, Livro 3, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- _____. *La relation d'objet et les structures freudiennes* (1956-1957), inédito.
- _____. *Les formations de l'inconscient* (1957-1958), inédito.
- _____. *L'identification* (1961-1962), inédito.
- _____. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, livro 11, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1980.
- _____. *L'envers de la psychanalyse* (1969-1970), inédito.
- _____. "Séminaire sur l'hystérie", conferência dada em Bruxelas em 26 de fevereiro de 1977, in *Quarto*, nº 2, 1981, p. 115-123.
- LOEWENSTEIN, R. et PARCHEMINEY, G. "La conception psychanalytique de l'hystérie", *L'Encéphale* 1933, pp. 312-330.
- MELMAN, C. *Novos estudos sobre a histeria*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- MILLOT, C. *Nobodaddy, o histeria no século*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.
- NASIO, J. D. *L'hystérie ou l'enfant magnifique de la psychanalyse*, Paris, Rivages Psychanalyse, 1990.
- PERRIER, F. "Structure hystérique et dialogue analytique", in *La Chaussée d'Antin* tomo II, Paris, 10/18, 1978, pp. 74-78.
- REVUE FRANÇAISE DE PSYCHANALYSE, "De la névrose d'angoisse à l'hystérie", I, 1985, (número inteiramente consagrado ao tema da histeria).
- ROSOLATO, G. "L'hystérie. Structures psychanalytiques", in *L'Évolution psychiatrique*, tome XXVII, 1962, pp. 225-258.
- _____. "Introduction à l'étude de l'hystérie", in *Encyclopédie médico-chirurgicale*, 10, 1962, pp. 1-6.
- TRILLAT, E. *Histoire de l'hystérie*, Paris, Seghers, 1986.
- WINTER, J.-P. "Sur l'hystérie masculine", in *Le discours psychanalytique*, nº 1, octobre 1981, pp. 6-9.
- _____. "L'Hystérie masculine", I et II, in *Carnet de Psychanalyse de Louvain*, nº 4 e nº 5, Presses Universitaires de Louvain, 1983.

3. Sobre a neurose obsessiva

- FREUD, S. "Obsessões e Fobias", ESB, vol. 3
- _____. "Caráter e erotismo anal", ESB, vol. 9.
- _____. "Notas sobre um caso de neurose obsessiva (Homem dos ratos)", ESB, vol. 10.
- _____. "A disposição à neurose obsessiva", ESB, vol. 12.
- _____. "Um paralelo mitológico de uma obsessão visual", ESB, vol. 14
- _____. "As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal", ESB, vol. 17.
- GREEN, A. "Névrose obsessionnelle et hystérie. Leur relation chez Freud et depuis", in *Revue Française de Psychanalyse*, nº 5/6, 1964, pp. 678 sq.
- LACAN, J. "Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise" in *Escritos*, São Paulo, Editora Perspectiva.

- LACAN, J. *Os escritos técnicos de Freud*, Livro 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1986.
- _____. *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Livro 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- _____. *As psicoses*, Livro 3, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- _____. "La psychanalyse et son enseignement" (1957), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 437-458 (cf. sobretudo pp. 451-454).
- _____. "La direction de la cure et les principes de son pouvoir" (1958), in *Écrits*, Paris, Seuil, 1966, pp. 585-645 (cf. sobretudo pp. 596-598, 609, 633).
- LECLAIRE, S. "La fonction imaginaire du doute dans la névrose obsessionnelle", in *Entretiens psychiatriques*, éd. de L'Arche, 1955, pp. 193-220.
- _____. "Jérôme ou La mort dans la vie de l'obsédé", in *Démasquer le réel*, Paris, Points, nº 148, 1983, pp. 121-146.
- _____. "Philon ou L'obsessionnel et son désir", in *Démasquer le réel*, Paris, Points, nº 148, 1983, pp. 147-167.
- MELMAN, C. "Trois leçons sur la névrose obsessionnelle", conferências dadas em Bruxelas em 29 de novembro de 1986, 31 de janeiro e 21 de março de 1987, in *Bulletin belge* da Associação Freudiana.
- POMMIER, G. "A fantasia na neurose obsessiva e na histeria" in *O desenlace de uma análise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- ROUBLEF, I. "Le désir de l'obsessionnel dans la perspective de Jacques Lacan", in *Esquisses psychanalytiques* nº 9, Primavera, 1988, pp. 5-26.

Outros lançamentos Taurus-Timbre

Freud e a experiência psicanalítica

Joel Birman

Ensaio de psicanálise e filosofia

Jean Hyppolite

Um destino tão funesto

François Roustang

Percursos na história da psicanálise

Joel Birman (org.)

Homem-mulher

Carmen Da Poian (org.)

Ficções freudianas

Octave Mannoni

Apresentação de Sacher-Masoch

Gilles Deleuze

Psicanálise e nazismo

Chaim Samuel Katz (org.)

Angélica (psicanálise & cia.)

A crise das idéias